



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MÔNICA MARIA MESQUITA GONÇALVES

REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS CARTAS DO FUNDO ARQUIVÍSTICO
ANTÔNIO MARTINS FILHO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA

2021

MÔNICA MARIA MESQUITA GONÇALVES

REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS CARTAS DO FUNDO ARQUIVÍSTICO
ANTÔNIO MARTINS FILHO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Área de Concentração: Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento. Linha de Pesquisa: Representação da Informação e do Conhecimento e Tecnologia.

Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Bentes Pinto

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- G626r Gonçalves, Mônica Maria Mesquita.
Representação da informação nas cartas do fundo arquivístico Antônio Martins Filho na Universidade Federal do Ceará / Mônica Maria Mesquita Gonçalves. – 2021.
123 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Fortaleza, 2021.
Orientação: Profa. Dra. Virgínia Bentes Pinto.
1. Representação indexical de cartas pessoais. 2. Correspondência pessoal – Tipologia documental. 3. Representação Indexical da Informação. 4. Informação Arquivística. I. Título.

CDD 020

MÔNICA MARIA MESQUITA GONÇALVES

REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS CARTAS DO FUNDO ARQUIVÍSTICO
ANTÔNIO MARTINS FILHO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Área de Concentração: Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento. Linha de Pesquisa: Representação da Informação e do Conhecimento e Tecnologia.

Aprovada em: 11/03/2021.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Virgínia Bentes Pinto (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva (Membro externo- Avaliador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Luiz Tadeu Feitosa (Membro interno- Avaliador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Andrea Soares Rocha da Silva (Membro interno- Suplente)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Gracy Kelli Martins Goncalves (Membro externo- Suplente)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

À Universidade Federal do Ceará.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, Jesus Cristo e à Nossa Senhora que, foram espíritos de luz que me permitiram estar aqui fazendo esse trabalho, dando-me saúde e força diariamente, em uma época tão difícil de guerra, pandemia e tantas dificuldades nesse mundo.

Ao João, meu filho que se não fosse por ele, eu não teria encontrado encorajamento para esse desafio que é o Mestrado.

Ao meu amor, Ximenes, companheiro de todas as horas, pessoa forte que, juntamente com o João, passaram pelo desafio de minhas ausências constantes e ao meu pai, Francisco de Assis Gonçalves que sempre ajudou a nossa família a caminhar e me deu estrutura familiar para hoje poder estar aqui estudando.

À professora Virgínia Bentes Pinto que, aceitou orientar essa pesquisa de forma educada, plena, sábia e paciente, se não fosse ela, não teria uma linha sequer desse trabalho;

Ao professor Luiz Tadeu Feitosa, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará e membro da banca que, me acolheu prontamente na hora certa, de forma sábia, carinhosa e profissional.

Ao professor e amigo Eliezer Pires da Silva que, com seu acolhimento, sabedoria e carinho de mais de vinte anos de amizade, desde a época da graduação na Universidade Federal Fluminense, foi fundamental nessa pesquisa.

Aos membros da banca, pela oportunidade de aprender e trocar conhecimentos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará, em especial à querida Veruska da Costa Araujo Maciel que sempre esteve à disposição a nos ajudar tanto de forma presencial quanto online.

Aos meus colegas de turma, pelo convívio diário de forma presencial no início e após, online em tempos de guerra e pandemia.

Memorial da Universidade Federal do Ceará em especial à Gislene Soares Guerra e Marcela Gonçalves Teixeira, pelo apoio assim como, outros amigos da UFC: Isabel, Felipe, Simone, Alan, Ricardo, Kátia, Glória, em especial, à Maria Luzineide da Silva Andrade e Ananda Badaró de Athayde Prata, das quais sem essas duas nesses últimos dias, não teria concluído esse trabalho.

À Universidade Federal do Ceará que além de ser uma Instituição pública e de qualidade, me proporcionou afastamento parcial para cursar esse Mestrado e uma licença capacitação por três meses.

À Prefeitura de Cariré, Ceará, minha cidade Natal que, me acolheu durante três meses na Biblioteca Pública Municipal, em especial, à Roselange, Arlinda, Júnior, Samuel, Liduína, Vilma, Adenia e Tatá.

Resumindo, agradeço a todos e a todas que aqui, me ajudaram a chegar!

Gratidão!!!

RESUMO

Este trabalho discute questões referentes à representação da informação e tem como objetivo geral analisar, do ponto de vista arquivístico, os critérios a serem adotados para a construção da representação indexical de cartas de arquivo pessoal. Toma-se como objeto de análise a série correspondência recebida integrante do arquivo pessoal de Antônio Martins Filho, um dos fundadores e primeiro reitor da Universidade Federal do Ceará. Trata-se de uma pesquisa exploratória tendo como *locus* o Memorial da UFC, entidade custodiadora do referido arquivo pessoal do reitor. Os *corpora* da pesquisa foram constituídos por uma amostra das 200 cartas recebidas no período de 1935-2001. Esses documentos foram analisados do ponto de vista arquivístico, observando-se os critérios de identificação documental em cartas de arquivos pessoais para em seguida construir a representação terminológica e indexical objetivando à recuperação da informação. Foram mapeados os termos e assuntos que deram origem às cartas e depois construímos dois modelos de mapa conceitual. Um concernente aos assuntos das cartas pessoais recebidas por Antônio Martins Filho e outro evidenciando a área de Ciência da informação e Arquivologia. Ademais, também estruturamos um repertório arquivístico para identificação de assuntos referentes ao contexto de produção desses documentos. As informações produzidas foram categorizadas, permitindo a indexação e, futuramente, a elaboração de outros instrumentos de pesquisa mais detalhados. Os resultados evidenciam vinte e cinco (25) termos referentes aos metadados cabeçalhos do mapa e cento e seis (106) assuntos (subcategorias), de cada carta. Concluímos que nas cartas tomadas como objeto de análise, misturam-se aspectos pessoais e institucionais além de históricos e de memória, constituindo-se em tarefa complexa a definição de pontos de acesso que podem ser utilizados para a sua representação indexical. Assim, fica evidente que, embora haja critérios arquivísticos já estruturados para cartas de modo geral, tratando-se da particularidade desses documentos, ainda se constata a necessidade de novas possibilidades.

Palavras-chave: Representação indexical de cartas pessoais. Correspondência pessoal – Tipologia documental. Representação Indexical da Informação. Informação Arquivística.

ABSTRACT

This work addresses issues relative to the representation of information and has as its general goal to analyze the criteria to be adopted for the construction of the indexical representation of letters of a personal archive from the archival science's perspective. The object of analysis is a series of correspondences which integrate the personal archive of Antônio Martins Filho, one of the founders and first president of the Federal University of Ceará. It is an exploratory research having as locus the UFC's Memorial (Department of Archives), the entity with the custody of the abovementioned president's personal archive. The research corpora were constituted by means of a sample of 200 letters received between 1935 and 2001. These documents were analyzed through the archival science's point of view, observing the criteria of documental identification in letters of personal archives so that, afterwards, the indexical representation is constructed with views of recovering the information. The terms and subjects which originated the letters have been mapped and, next, two models of conceptual maps have been constructed. One of them concerning the subjects of the personal letters received by Antônio Martins Filho and another evidencing the fields of Information Science and Archival Science. Moreover, an archivistic repertoire has been structured for the identification of subjects related to the context of production of these documents. The information produced has been categorized, enabling the indexation and, henceforward, the elaboration of more detailed research instruments. The results evidence twenty-five (25) terms related to the heading metadata of the map and a hundred and six (106) subjects (subcategories) of each letter. Therefore, we drew the conclusion that, in the letters which were object of analysis, personal and institutional aspects were mixed, as well as historical and memory aspects, which constitutes a hard task to define points of access that can be utilized for its indexical representation. Therefore, it is evident that, although there already are archival criteria structured for letters in general, when it comes of the peculiarity of these documents, new possibilities of criteria are necessary.

Keywords: Indexical Representation of Personal Letters. Personal Correspondence. Documental Typology. Indexical Representation of Information. Archival Information. Archival Science

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMF	Antônio Martins Filho
CI	Ciência da Informação
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
ISAAR(CPF)	Norma internacional de registros de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e família
ISAD(G)	Norma geral internacional de descrição arquivística
LAI	Lei de Acesso à Informação
NOBRADE	Norma brasileira de descrição arquivística
TDIC'S	Tecnologias digitais de informação e de comunicação
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNESCO	Organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura
UNISIST	United Nations International Scientific Information System

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	PERCURSO METODOLÓGICO	16
3	REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO	20
3.1	Representação indexical da informação.....	20
3.1.1	Representação da informação no âmbito da arquivologia	25
3.1.1.1	<i>As funções classificação e descrição.....</i>	28
3.1.1.2	<i>Instrumentos de referência e descrição arquivística</i>	34
4	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA	38
4.1	Sobre ciência da informação	38
4.1.1	Aproximações entre ciência da informação e arquivologia	42
5	OS TIPOS DE ARQUIVOS	47
5.1	Arquivos públicos	47
5.2	Arquivos privados	50
6	CARTAS COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO PESSOAL	54
7	REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS CARTAS DO FUNDO ANTÔNIO MARTINS FILHO	60
7.1	Resultados e discussões	62
7.2	Aplicabilidade do mapa conceitual nas cartas recebidas do fundo Antônio Martins Filho	66
7.3	Repertório representativo da informação arquivística nas cartas recebidas por Antônio Martins Filho	72
8	CONCLUSÕES	113
	REFERÊNCIAS	115

1 INTRODUÇÃO

Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, resguardadas suas particularidades epistemológicas, são áreas de conhecimento afins, estruturadas a partir do documento, independentemente de tipo, suporte ou formato.

No contexto particular da Arquivologia, destacam-se, para os propósitos deste trabalho, os documentos do gênero textual – sejam manuscritos, datilografados ou impressos – e, de forma específica, as cartas, espécie documental comumente reunida nos arquivos sob a identificação “correspondência”.

Desse conjunto, tomamos como objeto de estudo as cartas pessoais. O interesse pelo objeto se relaciona, para além das questões do campo arquivístico, a estudos principalmente históricos e de memória, que também voltaram seus olhares para esses documentos, reconhecendo-os como fontes importantes.

Conforme entendimentos de Oliveira e Sobral (2019, p. 176), “as cartas sempre foram um desafio e uma tentação para os pesquisadores”. A carta é um documento que possui a função de encurtar distâncias entre correspondentes, permitindo a troca de informações e, muitas vezes, podendo revelar redes de sociabilidade que de outra forma permaneceriam ocultas.

Diferentemente de outros documentos, as cartas, durante muito tempo, eram percebidas mais na perspectiva pessoal, sem maiores preocupações em relação à história ou à memória das instituições, ficando sua análise restrita ao âmbito de relações familiares e de amizade, enquanto registros da ordem da intimidade. Para Oliveira (2016, p. 5), as cartas apresentam

[...] características comuns: usualmente, possuem datação, local, destinatário, assinatura e saudações. Mas a carta produzida na intimidade, fora de regulamentos institucionais ou legais, apenas partilhada entre o autor e o destinatário, muitas vezes não tem assinatura, nem data, as pessoas podem se tratar por apelidos, as informações podem ser fragmentadas [...]. Pertence a um universo somente conhecido pelos envolvidos, visto que somente aquelas pessoas sabem do que está se falando. O protocolo social ou a falta dele muitas vezes indicam o grau de intimidade entre as pessoas.

A carta ganha outros olhares e passa a ser estudada não apenas pela Arquivologia, mas também por áreas como Biblioteconomia, Letras, Linguística, Literatura, História e Direito, entre outras. Analisando as cartas pessoais, Perrot (1985, p. 11, tradução nossa) afirma:

Correspondência familiar e literatura ‘pessoal’ [...], testemunhos insubstituíveis, não constituem documentos ‘verdadeiros’ da esfera privada. Eles obedecem a regras de

saber fazer e encenação de si por si, que regem a natureza de sua comunicação e o status de sua de ficção.¹

Para Mostacero (2006, p. 133), as cartas são egodocumentos, que se configuram como “*un texto, de cualquier forma o tamaño, em que se esconde o descubre deliberada o accidentalmente un ego*”. Esse termo foi retomado por Dekker (2002, p. 14, tradução nossa), que considera os egodocumentos como “[...] os escritos nos quais o pesquisador se encontra com um ‘eu’, ou às vezes com um ‘ele’, continuamente presentes no texto como sujeitos da escrita e descrição”.² Na Arquivologia, a carta é identificada como espécie documental, divisão do gênero textual a ser detalhada pelos estudos de tipos documentais. Sobre a importância dessas categorias para o campo arquivístico, cabe mencionar as reflexões de Trancoso e Silva (2013, p. 1):

O estudo das espécies e tipos documentais vem sendo utilizado cada vez mais na prática da organização de arquivos, já que traz grandes contribuições para arquivistas e pesquisadores, enquanto usuários dos arquivos, pois permite realizar uma identificação minuciosa do documento. O estudo tipológico analisa o documento e a configuração da informação, atrelando a forma física ao conteúdo do documento. Além disso, procura estudar o documento enquanto integrante de um conjunto orgânico, levando em conta a atividade que o gerou. O estudo tipológico também procura identificar a denominação adequada dos nomes dos documentos, considerando o contexto onde estão inseridos.

Dessa forma, percebe-se a importância dos estudos de tipologia documental para a identificação dos documentos arquivísticos. A definição da espécie documental – no caso aqui analisado, a carta – é importante, mas um estudo mais aprofundado em relação aos tipos documentais que compõem essa espécie pode resultar em benefícios para profissionais e usuários de arquivos. No entendimento de Heredia Herrera (1985 *apud* BELLOTO, 2004, p. 53), “[...] a tipologia, por suas características intrínsecas, atribui maior importância ao procedimento administrativo, privilegiando o conjunto orgânico no qual o documento se situa e não o ‘discurso’ de cada um”. Mesmo essa pesquisa não tratando especificamente da tipologia das cartas pessoais, é importante falar sobre um processo tão importante na área arquivística.

É, pois, nessa perspectiva que a pesquisa será desenvolvida, a partir da seguinte questão-problema: que critérios arquivísticos devem ser adotados para a representação indexical de cartas de arquivo pessoal, visando à construção de um instrumento de pesquisa

1 “Correspondances familiales et littérature ‘personnelle’ (journaux intimes, autobiographies, mémoires), irremplaçables témoignages ne constituent pas pour autant les documents ‘vrais’ du privé. Ils obéissent à des règles de savoir-vivre et de mise en scène de soi par soi qui régissent la nature de leur communication et le statut de leur fiction”.

2 “[...] those historical sources in which the researcher is faced with an ‘I’, or occasionally a ‘he’, as the writing and describing subject with a continuous presence in the text.”

especializado?

Uma das primeiras propostas para a representação indexical de documentos textuais foi estruturada pelas áreas de Biblioteconomia e Documentação. Gil Leiva e Fugita (2012, p. 64) definem a indexação como “o conjunto de operações realizadas para a seleção, a aquisição, o registro e o tratamento dos documentos a fim de possibilitar seu armazenamento e, posterior recuperação”.

No domínio da Arquivologia, conforme apontam Pétillat e Prax (1993), a indexação ou representação indexical tem sua gênese no século XIX, no âmbito da administração de arquivos públicos na França, com a instrução de 24 de abril de 1841, assinada pelo ministro do Interior daquele país e defendida por Natalis de Wailly. A referida instrução “inseriu, na prática arquivística da descrição, a construção de índices, ou seja, a construção de índices de nomes, de lugares ou de assuntos, estava atrelada à elaboração de guias, inventários ou repertórios” (PÉTILLAT; PRAX, 1993, p. 290). Contudo, a despeito dessa normativa, Schellenberg (1980, p. 53) “ressalta que, apesar da grande quantidade de trabalhos de indexação no século XX, os processos de tal técnica documentária nunca foram plenamente definidos nem normalizados”. No Brasil, onde a discussão ainda é incipiente, considera-se como marco da representação indexical o VI Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em 1986, ocasião em que Ferrez, Araújo e Rondinelli (1987) apresentaram a comunicação “O desafio da indexação nos arquivos permanentes textuais”.

Mas, em Arquivologia, o que vem a ser “representação da informação”? Para que se possa compreender o processo de descrição e indexação em arquivos, cabe, primeiramente, pontuar as principais características de um documento arquivístico. Uma das qualidades do documento de arquivo é a unicidade, o que significa afirmar que o documento arquivístico é único em seu contexto original de acumulação.

A organicidade também é uma característica que diferencia o documento arquivístico em relação a outros. Um documento é orgânico quando possui relação intrínseca aos demais documentos acumulados pela entidade produtora do arquivo, integrando, portanto, um conjunto documental necessariamente reunido em função das atividades dessa entidade. A noção de organicidade remete, assim, à ideia de uma relação natural entre os documentos da entidade produtora.

Sobre a descrição arquivística, cabe destacar a Norma geral internacional de descrição arquivística – ISAD(G), desenvolvida pelo Conselho Internacional de Arquivos, que estabelece diretrizes gerais para a atividade, servindo também como matriz para a elaboração de normas nacionais pelos diversos países, conforme necessidades específicas. Nesse âmbito,

descrição e representação arquivísticas são entendidas da seguinte maneira:

Descrição arquivística – A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. Este termo também se aplica ao produto desse processo. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p.14).

Rodrigues e Lopes (2003, p. 227), por sua vez, recomendam que “a indexação dos documentos de arquivos seja feita a partir dos instrumentos de descrição, isto é, trata-se de uma etapa posterior à produção de instrumentos de descrição”.

Isto posto, a pesquisa tem, como objetivo geral, analisar, do ponto de vista arquivístico, os critérios a serem adotados para a construção da representação indexical de cartas de arquivo pessoal. Toma-se como objeto de análise a série correspondência recebida integrante do arquivo pessoal de Antônio Martins Filho – um dos fundadores e primeiro reitor da Universidade Federal do Ceará – mais especificamente cartas recebidas, conjunto documental que se encontra sob custódia do Memorial da Universidade Federal do Ceará.

Os objetivos específicos da pesquisa são os seguintes:

- a) Identificar as cartas recebidas por Antônio Martins Filho, considerando as referências conceituais da Arquivologia e da Ciência da Informação;
- b) Analisar os assuntos (títulos) que deram origem a cada uma das duzentas (200) cartas recebidas, identificadas na pesquisa;
- c) Elaborar uma proposta de indexação das cartas a partir da ficha de identificação documental (repertório), considerando código de referência, título proposto, data, local, remetente, dimensão e pontos de acesso (palavras chaves);
- d) Construir um mapa conceitual dos assuntos (títulos) das cartas recebidas.

A motivação para esta pesquisa advém, inicialmente, da minha atuação enquanto arquivista lotada no Memorial da Universidade Federal do Ceará, local onde se encontra preservado o arquivo pessoal de Antônio Martins Filho. O Memorial é responsável também pela custódia do arquivo institucional da Universidade Federal do Ceará (UFC), referente ao período em que Antônio Martins Filho esteve à frente da instituição.

Como arquivista da UFC e aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da mesma instituição, penso ser oportuna uma pesquisa que conjugue atividade discente e experiência profissional. Espera-se contribuir com a comunidade acadêmica e, em

última instância, com a sociedade, na medida em que os resultados da pesquisa poderão favorecer a organização e o acesso aos documentos que integram o arquivo.

Outra justificativa advém de minha percepção acerca do trabalho, pois atuo há mais de 6 anos no Memorial da UFC e, constantemente, realizo pesquisas empíricas no acervo pessoal de Antônio Martins Filho, particularmente nas cartas. Esses documentos – de natureza privada – possuem muitas informações administrativas – de caráter público – em relação à fundação da Universidade Federal do Ceará, a maior instituição de ensino superior do estado. Observo que o arquivo pessoal muitas vezes se confunde com o institucional, possuindo relevância histórica e social não apenas no contexto institucional.

Antônio Martins Filho cultivava o sonho de se trabalhar tendo como diretriz o lema “O universal pelo regional”, o que aos poucos foi se consolidando, com a implantação dos *campi* nas pequenas regiões do Ceará, em uma perspectiva de interiorização da Universidade. A ideia de internacionalização da Universidade, em um movimento que visava à universalidade por meio da atuação local, pode ser percebida na correspondência trocada por Antônio Martins Filho com gestores de instituições de outros países, principalmente as cartas de cunho institucionais. Justamente, por essa minha vivência é que me interesse pela indexação de cartas pessoais, entendendo que são documentos importantes para a pesquisa histórica e memória e que devem estar acessíveis aos interessados. Tomarei como objeto de pesquisa as cartas recebidas, pertencentes ao arquivo de Antônio Martins Filho.

Do ponto de vista do desenvolvimento da ciência, a disseminação da informação é fundamental, pois possibilita a difusão do conhecimento produzido e, assim, também a produção de novas reflexões. Nesse sentido, a pesquisa deverá contribuir para o avanço científico de forma interdisciplinar, aprimorando o fazer arquivístico, permitindo a disseminação da informação e, dessa maneira, impactando outras áreas de conhecimento que poderão se valer do arquivo como fonte. A contribuição para a Ciência da Informação é, sem dúvida, algo a ser acrescido, já que a Arquivologia está inserida nesse campo de conhecimento, em diálogo com áreas como Biblioteconomia, Museologia, Direito, Educação e História, entre outras ciências sociais.

A pesquisa se justifica ainda pela importância social da Universidade Federal do Ceará em âmbito local, regional, nacional e, por que não dizer, internacional. Por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a UFC, em atuação há mais de 65 anos, é produtora de conhecimento científico e, além disso, atende à sociedade por meio de diversos serviços no campo da educação, saúde, lazer, cultura e inclusão social, entre outros. As funções e as atividades da instituição são registradas nos documentos arquivísticos. Organizar, descrever e

indexar os arquivos por meio dos quais a Universidade poderá ser estudada constituem-se em tarefas necessárias.

Esta dissertação está estruturada em nove seções. A primeira, constituída por esta introdução, apresenta o cenário do estudo, a questão de pesquisa, os objetivos e a justificativa do trabalho. Na segunda seção, enunciamos a metodologia adotada neste estudo, evidenciando o tipo de pesquisa, a abordagem e o método, e tecendo considerações sobre a análise de conteúdo, que servirá como diretriz para a representação indexical das cartas. A terceira seção trata da noção de representação da informação e sua aplicabilidade ao campo da Arquivologia, abordando questões como classificação, descrição, elaboração de instrumentos de referência – conhecidos também como instrumentos de pesquisa – e normas arquivísticas. A quarta seção busca apresentar reflexões sobre a Ciência da Informação, sendo estruturada em duas subseções que abordam, respectivamente, a Arquivologia e a relação entre as duas ciências. Na quinta seção, trata-se dos tipos de arquivos, considerando especialmente a diferenciação dos mesmos, a partir de sua natureza, entre públicos e privados. A sexta seção é dedicada às cartas como documentos de arquivo pessoal. Apresentamos, na sétima seção o estudo empírico referente à representação da informação das cartas do fundo Antônio Martins Filho. Na oitava seção, trabalhamos os achados da pesquisa que foram estruturados em três produtos. No primeiro estudo empírico, há dois mapas conceituais, um referente aos assuntos das cartas pessoais recebidas por Antônio Martins Filho e outro sobre a Ciência da Informação e Arquivologia; no segundo estudo empírico, há um repertório representativo da informação arquivística das duzentas (200) cartas recebidas por Antônio Martins Filho, com data de produção das cartas de 1935-2001. E enfim, a conclusão, enunciada na seção nove.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia compreende o caminho a ser seguido durante a pesquisa científica, no qual se transitará por intermédio dos métodos e instrumentos correlatos, em conformidade com o trabalho científico que se propõe a desenvolver. A metodologia, conforme entendida por Minayo (2004, p. 14), “é o caminho do pensamento e a prática exercida no questionamento da realidade”, incluindo a abordagem (o método) e os instrumentos operacionais (as técnicas), somados ao conhecimento, à experiência e à criatividade do pesquisador.

Para Gil (2002, p. 17), a “pesquisa é o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Conforme apontam Bastos e Keller (2004, p. 60), a pesquisa científica “é uma investigação sistemática acerca de um determinado assunto com o intuito de esclarecer aspectos do objeto em estudo”.

A pesquisa que estamos propondo é de caráter exploratório, já que pretende se aproximar e se ambientar em relação ao problema, obtendo mais informações sobre ele e, assim, tornando-o mais compreensível. Gil (2002, p. 41) entende que “estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. Outra característica desse tipo de pesquisa é ser feita por quem está iniciando nessa atividade. Também nessa linha, Babbie (1986, p. 72, tradução nossa) afirma que a pesquisa exploratória teria três propósitos: “satisfazer a curiosidade e desejo do pesquisador para melhor entendimento, testar a viabilidade da realização de um estudo mais cuidadoso, e desenvolver os métodos a serem empregados em um estudo mais cuidadoso”.³

A pesquisa é de cunho aplicado e tem como foco o emprego de práticas que contribuam para a solução de problemas. Afirma Thiollent (1997, p. 49): “A pesquisa aplicada concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades de instituições, organizações, grupos ou atores sociais. Ela está empenhada na elaboração de diagnóstico, identificação de problemas e busca de soluções”. Dessa maneira, percebe-se que esse tipo de pesquisa é pertinente ao estudo da representação indexical das cartas do arquivo pessoal de Antônio Martins Filho.

No que concerne à abordagem, esta pesquisa pauta-se na qualitativa. O interesse pela pesquisa qualitativa cresceu muito nas últimas décadas. Consoante Flick (2009, p. 24), “os critérios consistem mais em determinar se as descobertas estão embasadas no material empírico,

³ “simply to satisfy the researcher’s curiosity and desire for better understanding, to test the feasibility of undertaking a more careful study, and to develop the methods to be employed in a more careful study”.

ou se os métodos foram adequadamente selecionados e aplicados”. Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa são quatro, conforme apontado pelo autor: “a) Apropriabilidade de métodos e teorias; b) Perspectivas dos participantes e sua diversidade; c) Reflexividade do pesquisador e da pesquisa; d) Variedade de abordagens e de métodos” (FLICK, 2009, p. 23).

Segundo Bardin (2002, p. 115), o “que caracteriza a análise qualitativa é o fato de a inferência – sempre que é realizada – ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem etc.), e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual”. Apesar de a análise qualitativa não excluir a quantitativa – sendo, na verdade, complementares –, cabe esclarecer que este trabalho se baseará na abordagem qualitativa.

Em relação ao estudo empírico, são etapas fundamentais a definição e a estruturação da coleta e da análise dos dados. A técnica de coleta de dados foi pautada pela pesquisa documental, com o objetivo de mapear os assuntos das cartas recebidas por Antônio Martins Filho. A identificação de informações de escolha dos documentos que foram trabalhadas nessa pesquisa, constitui-se na fase inicial do tratamento arquivístico dessas cartas recebidas.

A abordagem adotada para interpretação dos dados foi a análise de conteúdo, estudada, entre outros pesquisadores, por Bardin (2002), que a entende como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obtenção de indicadores (quantitativos ou não) por procedimentos sistemáticos e objetivos para a descrição do conteúdo das mensagens, permitindo a inferência de conhecimentos relacionados às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) de essas mensagens. (BARDIN, 2002, p. 31).

Na apreensão da autora, a organização da análise de conteúdo está baseada em três polos cronológicos:

1) a pré-análise que é a fase de organização propriamente dita; 2) a exploração do material onde após a conclusão da fase anterior, consiste em operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação onde os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. (BARDIN, 2002, p. 95).

Dessa forma, adotamos a análise de conteúdo nas cartas pessoais, mais especificamente naquelas recebidas por Antônio Martins Filho. Na fase da pré-análise, fizemos a escolha e a leitura da documentação; em seguida, a formulação das possíveis hipóteses de construção da representação dos termos e indexação; e, por fim, a elaboração dos indicadores para a interpretação final.

A fase de exploração foi dedicada ao tratamento informacional (representação terminológica e indexical) do material, de modo a codificá-lo. Conforme Bardin (2002, p. 103), para a codificação serão utilizadas as “unidades de registros”, que se constituirão em “recortes

semânticos” das cartas analisadas. Essas unidades de registros correspondem às unidades linguísticas das temáticas tratadas nos documentos, quais sejam: palavras, termos (se tiverem terminologias de especialidades) ou sintagmas. A terceira e última etapa da análise de conteúdo concerne ao “tratamento dos resultados obtidos e interpretação”. No caso desta pesquisa, contemplamos, nessa terceira etapa, a identificação dos temas e termos geradores das cartas, condição para o estabelecimento dos títulos documentais arquivísticas que se pretende realizar.

Para a análise dos dados, nos pautamos no método funcionalista. Na percepção de Araújo (2015, p. 3), “o Funcionalismo é uma corrente teórica surgida no final do século XIX e que teve um gigantesco impacto em todas as ciências humanas e sociais, chegando aos dias atuais como a perspectiva teórica hegemônica em várias delas”. As Ciências da Informação também sofreram o impacto dessa corrente, sendo atingidas da mesma forma suas disciplinas científicas voltadas para a guarda e disseminação dos documentos e da informação – quais sejam, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Cabe destacar que o funcionalismo foi fundamental tanto para a consolidação da disciplina científica arquivística quanto para a ampliação “do escopo de pesquisa para além do trinômio documentos-instituição-tratamento ou seja, para além das questões internas e específicas das instituições arquivo, biblioteca, museu, e seus princípios de funcionamento” (ARAÚJO, 2015, p. 3). Como os *corpora* do trabalho são cartas de arquivo pessoal – documentos arquivísticos, portanto –, avalia-se que o método funcionalista seja o ideal para esta pesquisa.

O local de estudo empírico foi o Memorial da Universidade Federal do Ceará. A UFC, como as demais universidades federais do país, realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão. A instituição está presente na capital do Ceará, Fortaleza, e em cinco cidades do interior do estado: Sobral, Quixadá, Crateús, Itapajé e Russas, distribuindo-se em sete *campi*. A história da UFC se inicia no ano de 1944, quando o médico Doutor Antônio Xavier de Oliveira encaminhou, ao Ministério da Educação, um relatório sobre a federalização da Faculdade de Direito do Ceará. Naquele documento, já constava a ideia da criação de uma universidade para o estado. A Universidade Federal do Ceará foi criada, após intensa mobilização pública, pela Lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954, sendo instalada em 25 de junho do ano seguinte, então constituída por: Escola de Agronomia, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Faculdade de Farmácia e Odontologia. Teve como primeiro reitor o seu fundador, professor Antônio Martins Filho, que definiu e adotou como lema: “O universal pelo regional”.

A instituição oferece cursos de graduação e pós-graduação em quase todas as áreas de conhecimento, e conta, inclusive, com estudantes de vários países, indicando que o alcance

da UFC ultrapassa o estado do Ceará (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2020). O Memorial da Universidade Federal do Ceará é um órgão suplementar, entendido como um equipamento cultural da instituição, que “tem como missão coletar, produzir, registrar a história e memória da UFC, com a finalidade de preservá-las e difundi-las, garantindo o acesso da sociedade ao patrimônio de forma compartilhada” (MEMORIAL DA UFC, 2020).

O Memorial da UFC foi criado por meio da Resolução nº 1, de 4 de janeiro de 2007, na gestão do Reitor Professor Jesualdo Pereira de Farias. Desenvolve suas atividades tanto na Reitoria e imediações, quanto nos *campi* da Universidade, em ações internas e externas ao setor. O Memorial realiza visitas orientadas e guiadas, registros e pesquisas históricas, publicação de livros, colaboração em eventos, parcerias, coordenação de projetos, oficinas, saraus, exposições comemorativas, consultorias, recepções a novos servidores, gestão de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, conservação e preservação de acervos culturais e produção de material audiovisual para as redes sociais, entre outras atividades. O equipamento cultural conta com uma equipe multidisciplinar composta por arquivistas, bibliotecário(a), museólogo(a), técnico(a) em tecnologia da informação, fotógrafo(a), historiador(a), técnico(a) em preservação e conservação de bens móveis, assistentes administrativos e pedagogo(a).

O Memorial da UFC é responsável pela custódia do acervo pessoal de Antônio Martins Filho, incluindo os documentos arquivísticos, os bibliográficos e os museológicos. Conforme apontado anteriormente, esta pesquisa toma como objeto o arquivo, detendo-se, de forma específica, nas cartas pessoais recebidas pelo titular. Originalmente acumuladas em seu ambiente de trabalho e em sua residência, a maioria dessas cartas foi doada, ainda em vida, pelo próprio professor. Após seu falecimento, uma segunda remessa foi feita pela família. As cartas encontram-se acondicionadas em caixas-arquivo, depositadas na direção do Memorial.

Antônio Martins Filho era natural do Crato, município do estado do Ceará. Nasceu em 22 de dezembro de 1904 e viveu até quase os 98 anos, vindo a falecer quando faltavam dois dias para completar essa idade. Foi uma das pessoas que mais se sobressaiu no estímulo à criação da primeira Universidade do Ceará, tornando-se reitor por quatro mandatos seguidos: de 1955 a 1958, de 1958 a 1961, de 1961 a 1964, e de 1964 a 1967. Além de reitor, Antônio Martins Filho foi professor e teve outros cargos de gestão até se tornar reitor agregado, função em que permaneceu até o último dia de vida, no ano de 2002.

3 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A representação da informação está inserida na Ciência da Informação (CI) e suas subáreas. Daí a necessidade de se refletir sobre tal conceito, de modo a tentar diminuir a polissemia ao nos referirmos a ele no campo da CI. Nesse domínio de conhecimento, a representação também é entendida como indexação ou catalogação. No sentido indexical, busca trazer opções, constituídas de palavras, que melhor expressem os conteúdos tratados nos documentos, visando facilitar a recuperação da informação.

Neste capítulo, buscamos dialogar com vários autores que discutem a representação da informação nesse domínio de conhecimento, enquadrando tais discussões na proposta desta pesquisa.

Abordamos a representação da informação em uma perspectiva mais teórica e, em seguida, destacamos a discussão no campo da Biblioteconomia. Apresentamos ainda reflexões teóricas da representação no contexto da Arquivologia, na perspectiva de melhor compreensão da temática em baila. Mais à frente, trouxemos algumas palavras sobre a classificação e a descrição arquivística, bem como os instrumentos da área para a descrição e para a pesquisa.

3.1 Representação indexical da informação

Representar significa estar no lugar de alguém ou de alguma coisa. A história da representação se inicia bem antes do que muitas pessoas imaginam. A representação existe desde o início da humanidade, há mais ou menos 40.000 anos a.C, quando, ainda em cavernas, por meio das chamadas pinturas rupestres, se reproduzia a vida humana, suas atividades e o modo de viver daquelas pessoas, com sangue de animais e materiais feitos do sumo de algumas frutas, carvão etc. Bentes Pinto, Meunier e Silva Neto (2008, p. 17) argumentam:

O significado que a palavra representação encerra não é de origem tão recente, conforme parecem imaginar alguns. Muito pelo contrário, ela sempre esteve presente no espírito humano, pelo menos, desde a Pré-história quando os homens primitivos, em suas práticas cotidianas, buscavam possibilidades de comunicação através da criação de imagens ou ideogramas; assim como da escrita cuneiforme dos sumérios e dos hieróglifos produzidos no Antigo Egito.

Nas palavras de Pinto (2010, p. 3): “A representação das coisas é atrelada ao conceito de substituição. Representando, criamos uma relação entre o que se apresenta e o signo, num ato de substituição, mas que não pode deixar de ser um ato de conhecimento”. Para Lima e Álvares (2012, p. 21), “Representar é o ato de utilizar elementos simbólicos –

palavras, figuras, imagens, desenhos, mímicas, esquemas, entre outros – para substituir um objeto, uma ideia ou um fato”.

No entendimento de Kobashi e Fernandes (2009, p. 3): “Representar é um termo ambíguo. Pode ser entendido como processo ou como produto. Para evitar usos polissêmicos do termo, define-se representação como processo e Informação documentária como o produto das operações de representação”.

Representação é uma palavra polissêmica, utilizada por várias áreas do conhecimento, inclusive estando associada a arte, lazer, escultura, pintura, cultura e escrita, além da comunicação. Essa multiplicidade de sentidos do termo nem sempre esteve evidente, nem do ponto de vista das práticas da vida cotidiana, nem da perspectiva teórica. Com o passar do tempo, o entendimento acerca da noção de representação foi se modificando, especialmente no que tange ao sentido de comunicação do homem com o mundo e com as gerações futuras.

O termo representação, em sentido amplo, remonta aos pré-socráticos, principalmente no campo da filosofia, da matemática e da religião. A partir do século XVII, volta a ser destaque entre outros com Kant e, no século XX com Peirce, Frege, Wittgenstein e Saussure. Mais recentemente, a partir dos anos 1940 ele passa a ser estudado, notadamente no domínio das ciências cognitivas: Psicologia, Linguística, Sociologia e Ciência da Informação, onde os estudos ainda são escassos. (FERNANDES, BENTES PINTO, AZEVEDO NETO, 2005, p. 183).

No âmbito da Ciência da Informação, pode-se considerar que as questões referentes à noção de representação integram a área desde o seu nascedouro, como se percebe nas reflexões de Borko (1968). Para o autor, a CI se preocupa com o corpo de conhecimentos que contempla toda a cadeia documentária, e “[...] isto inclui a pesquisa sobre a **representação da informação** [...]” (BORKO, 1968, p. 1, tradução e grifos nossos).⁴ Embora o autor se refira especificamente à pesquisa, entendemos que a CI deva considerar a representação da informação também em uma perspectiva aplicada, relacionando-a às atividades de bibliotecários, arquivistas e museólogos. Esses profissionais da informação se valem da representação em suas práticas cotidianas, sendo a indexação uma etapa importante do processo, que visa a oferecer alternativas ao acesso e à recuperação da informação.

Para Kobashi (1996 *apud* LOURENÇO, 2017, p. 2), o conceito de representação da informação, em CI, é interdisciplinar, relacionado com as seguintes áreas do conhecimento:

Linguística e Semiótica: onde representar é a linguagem estar no lugar de outra coisa;
Ciência da Comunicação: onde representar é um conceito mediador entre o emissor e o receptor;
Documentação: onde representar é um conceito associado à descrição de

4 “[...] This includes the investigation of information representations [...]”

aspectos que identificam materialmente os documentos (catalogação) e ao processo/produto da condensação de conteúdos (indexação).

Novellino (1996 p. 38) também trata da representação da informação, argumentando que a “principal característica em seu processo, é a substituição de uma entidade linguística longa e complexa – o texto do documento – por sua descrição abreviada”. Para o autor, o documento original é representado por parte de seus elementos constitutivos, de forma compactada, com menos informações, mas sem prejuízo da compreensão de seu conteúdo.

A Ciência da Informação é a área de estudos que se volta, entre outras questões, às atividades de organização, representação e recuperação da informação. Lima e Álvares (2012, p. 22) argumentam que, “na ciência da informação, a representação está relacionada com as formas de simbolizar a informação e o conhecimento”.

Cabe destacar a importância da indexação no processo de representação da informação. Gil Leiva e Rodríguez Muñoz (1996, p. 53) afirmam: “As origens da indexação se encontram nas tarefas realizadas pelos antigos escribas da Mesopotâmia. Naquela época, começaram a ter salas para a cópia das tábuas de argila, a elaboração de etiquetas e a conservação das placas”. E explicam: “Para saber o que continham, colocavam uma pequena etiqueta anexada na lateral, onde escreviam o conteúdo dos documentos. Nessas tarefas rudimentares, vemos os primeiros passos do que hoje conhecemos como indexação” (GIL LEIVA; RODRÍGUEZ MUÑOZ, 1996, p. 53). Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 1992, p. 2), a indexação é o “ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação”.

Silva e Fujita (2004 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 45) afirmam que, na literatura biblioteconômica, há consenso de “que a prática de construir índice é muito antiga. Na realidade, data do século II a.C, quando, na Mesopotâmia foi grafado em tábuas de argila um resumo dos livros para oferecer acesso a eles”. Por sua vez, ainda segundo as autoras, as obras da biblioteca de Alexandria “foram catalogadas em ordem alfabética de autores e subordinadas a assuntos mais gerais; nos mosteiros do século XV, os livros eram inventariados ou catalogados com a elaboração também de listas completas”. Conforme Oliveira (2009, p. 45), “Nesse sentido, a primeira noção de indexação compreendia a atividade de elaborar índices de assuntos, nomes e lugares”.

No âmbito das unidades de documentação (bibliotecas, arquivos, museus e congêneres), a representação da informação se efetiva na perspectiva descritiva e temática. Na apreensão de Neves (2012, p. 41), “A representação descritiva enfatiza as propriedades físicas

do documento, como autor, data, local de publicação etc., enquanto a representação temática se propõe identificar os conceitos abordados no documento”. Percebe-se, assim, que a representação temática exige do profissional da informação uma análise aprofundada, enquanto a representação descritiva se detém nas informações mais gerais de apresentação do documento.

O United Nations International Scientific Information System (UNISIST) conceitua indexação como “[...] a ação de descrever e identificar um documento de acordo com seu assunto” (UNISIST, 1981, p. 84). Para Kobashi (1996, p. 9), a representação indexical de um documento ou sistema documentário compreende as seguintes operações: a leitura do texto, a seleção do “conteúdo informacional considerado pertinente para usos determinados”, e, por fim, o ato de “dar forma às informações selecionadas, de modo a torná-las documentariamente manipuláveis”. Além das referidas operações, Bentes Pinto (2001, p. 227) menciona mais uma, qual seja, o controle de qualidade na indexação.

Na compreensão de Silva e Fujita (2004, p. 134):

Dentro da perspectiva evolutiva do trabalho da informação, está vinculada a indexação como operação do tratamento temático que comporta a análise, síntese e representação. A leitura documentária representa principal fase dessa operação, por ser inicial e desencadear todas as ulteriores.

Como já mencionado, a representação da informação faz parte das atividades cotidianas do profissional da informação, e se relaciona não apenas aos documentos analógicos, mas também aos digitais. Gaudêncio (2014, p. 42) assevera que:

Sob o contexto de interatividade, conectividade e compartilhamento, do ponto de vista da Representação da Informação, fica evidente a necessidade de representar e conviver com *E-Reader*, *E-Book*, Meta buscador, Portal, *Tags*, Biblioteca Digital, Biblioteca Virtual, Repositório, Enciclopédia Eletrônica, Dicionário *on-line*, Rádio Virtual, TV *on-line* e Compartilhador de Mídias Digitais (Música, Vídeo, seriado etc.).

O texto alerta para o fato de que a representação da informação deve ser pensada também em relação ao ambiente digital. Especialmente nesse contexto, a representação precisa estar associada à preocupação com o valor probatório que podem assumir os documentos arquivísticos, em usos atrelados à garantia de direitos e ao cumprimento de deveres. O referido autor ainda defende ser “importante ressaltar que a Representação da Informação é cada vez mais imprescindível no processo da Organização do Conhecimento registrado” (GAUDÊNCIO, 2014, p. 44).

São muitas as abordagens e correntes teóricas relacionadas à representação da informação e à indexação. Um dos expoentes da corrente francesa é o professor Jean-Claude Gardin. Na década de 1960, Gardin adotou a expressão “Análise Documentária”, processo em

que “a Indexação é vista como uma operação de representação documentária com a finalidade pragmática de Recuperação da Informação” (SILVA; FUJITA, 2004, p. 136). Além desse teórico, destacam-se, no âmbito da corrente francesa, autores como Coyaud e Chaumier (VOGEL, 2009, p. 82). Devem ser mencionados ainda os seguintes teóricos: pela corrente espanhola, García Gutiérrez; pela corrente inglesa, Htchins, Foskett, Lancaster, Campos, Van Slype e Farrow.

Silva e Fujita (2004, p. 137) asseveram que, “na corrente inglesa, entende-se a indexação como um processo e tanto a análise documentária quanto a indexação compreendem processos idênticos, incluindo-se a análise de assuntos como etapa inicial da indexação”. Na abordagem alemã, ainda de acordo com as referidas autoras, nasceu a “idéia de representar um item com o sistema de escolha da ‘schlagwort’ (palavra-chave)” (SILVA; FUJITA, 2004, p. 137). Guimarães (2000 *apud* SILVA; FUJITA 2004, p. 136) argumenta que a concepção de Análise Documentária “é um macro universo no qual a indexação está inserida”, sendo esta “o resultado da fase de representação, fase final da análise documentária, em que se utilizam as linguagens documentárias para a geração de produtos documentários (índices e notações classificatórias etc.)”.

No século XIX, Willian Fredrick Poole (1821-1894), presidente da American Library Association e bibliotecário da Biblioteca Pública de Chicago, criou o Poole’s Index, “onde introduziu os índices cumulativos de periódicos, usando para artigos de jornais entradas de assuntos representados pelas palavras-chave retiradas dos títulos dos artigos indexados” (SILVA; FUJITA, 2004, p. 140). As autoras observam que “a existência de diferentes correntes teóricas explica o uso de termos como análise de assuntos, análise de conteúdos documentários e análise documentária” (SILVA; FUJITA, 2004, p. 137).

Uma pergunta básica e importante que se deve fazer em relação à indexação: e o que pode ser indexado? A resposta é: qualquer coisa. Entretanto, para se falar de representação temática ou indexação em arquivos, faz-se necessário voltar o olhar para meados do século XX, mais precisamente para o ano de 1958, quando surgiram as primeiras experiências de indexação com o uso dos computadores. Naquele momento, foram inventados os Key Word in Context (KWIC) – ou, na tradução, Palavra-chave no contexto – ideia apresentada por H. P. Luhn na International Conference of Scientific Information, realizada em Washington. Essa ideia foi pautada na elaboração de índices a partir das palavras que aparecem nos títulos dos documentos, após a eliminação das palavras vazias. Posteriormente, ele apresenta o Key Word Out of Context (KWOC) – ou, na tradução, Palavra-chave fora do contexto.

Muitas mudanças aconteceram no campo informacional ao longo desses anos. Atualmente, com a difusão de novas tecnologias de informação e comunicação, as possibilidades para a representação indexical da informação são infinitamente maiores. Já existem *softwares* voltados à representação, permitindo que a tarefa seja realizada de modo semiautomático ou automático, tanto para documentos analógicos quanto para documentos digitais. Bibliotecas, arquivos e museus vêm sendo impactados de forma expressiva por essa nova realidade, em um cenário de multiplicação da documentação disponibilizada no ciberespaço, do qual também fazem parte empresas como *Google*, *Yahoo* e *Youtube*, entre diversas outras.

3.1.1 Representação da informação no âmbito da Arquivologia

A Arquivologia é uma ciência social aplicada que se estruturou no final do século XIX. Entendida então como uma “ciência guardiã” dos documentos, voltava-se principalmente à preservação e à guarda de registros que tinham como suporte o papel. Embora contasse, desde a fase inicial, com instrumentos de representação da informação, tais como listas e índices, o uso do termo “indexação” era ainda incipiente, presente apenas em estudos embrionários no campo da representação em arquivos. De acordo com Rousseau e Couture (1998, p. 48), “as primeiras ações que visam à organização, o tratamento e a recuperação dos documentos, e de que ainda possuímos elementos hoje em dia, parecem ter sido inventários com a finalidade de formar listas de documentos”. Em relação ao desenvolvimento da área, Araújo (2013, p. 74) afirma:

Questões ligadas aos princípios de organização e descrição dos documentos arquivísticos surgiram e foram debatidas durante todo o período de consolidação do paradigma patrimonialista. Contudo, foi a partir de 1898, ano da publicação do manual de Müller, Feith e Fruin, que tal questão ganhou um estatuto diferente. Embora fundamental para a consolidação da perspectiva tecnicista no seio deste paradigma, e contribuindo para a autonomização da Arquivologia como campo de conhecimento, este manual também abriu caminho para a construção de um espaço reflexivo sobre as normas e técnicas arquivísticas.

Foi apenas no século XX que a Arquivologia passou a se preocupar, de forma mais sistemática, com os estudos de representação da informação.

O surgimento da era computacional e a necessidade de normalização impuseram à arquivologia a necessidade de estabelecer normas de descrição. O uso cada vez mais constante de bases de dados eletrônicas intensificou a discussão sobre a recuperação da informação para a área arquivística. Nas duas últimas décadas do século XX, o

tema toma corpo, em âmbito internacional. No Brasil, essa realidade somente aparece mais intensamente no século XXI. (OLIVEIRA, 2009, p. 50).

A recuperação da informação na área arquivística, processo que engloba a indexação, tem como objetivo principal o acesso de usuários à documentação. De acordo com Oliveira (2006, p. 70),

O arquivista ao realizar o tratamento intelectual de acervos deve perguntar-se incessantemente para quem está organizando os acervos, qual a forma mais acessível de difundir os conteúdos desses acervos para o maior número possível de usuários e quais os possíveis usos desses acervos.

Com o crescimento do campo arquivístico e as mudanças trazidas pelas tecnologias digitais de informação e de comunicação (TDIC'S), a Arquivologia se viu convocada a estabelecer um diálogo consistente não apenas com a Ciência da Informação, mas também com áreas como a Biblioteconomia, a Museologia e a Tecnologia da Informação, entre outras. Como a pesquisa se dedica à temática da representação no âmbito da Arquivologia – especificamente, à indexação e aos termos de cartas de arquivo pessoal –, não nos aprofundaremos nessas outras áreas, mas não podemos deixar de citá-las. Araújo (2014) aborda aspectos comuns dos campos arquivístico, biblioteconômico e museológico. De acordo com o autor,

a origem da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia como disciplinas científicas encontra-se diretamente vinculada à episteme do Renascimento, da valorização da cultura humana, da centralidade dos aspectos humanos – daí que, nos primeiros tratados dedicados à sistematização de conhecimentos dessas áreas, predominaram as ideias de salvaguarda e patrimônio. (ARAÚJO, 2014, p. 163).

Aos poucos, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia foram se separando, devido às especificidades técnicas encontradas por cada uma dessas áreas no seu caminhar científico. O diálogo entre elas, no entanto, permanece, com destaque aqui para aquele estabelecido entre a Arquivologia e a Biblioteconomia. Apesar das diferenças entre ambas, essas áreas têm preocupações em comum em relação à preservação dos acervos, ao acesso e à recuperação da informação. No que tange à representação da informação e à indexação em arquivos, assuntos centrais dessa pesquisa, a Biblioteconomia tem muito a contribuir, visto que as temáticas sempre estiveram muito presentes na área.

Medeiros (2019, p. 19, grifo nosso) defende que, “na Arquivologia, a representação se desenvolve em diálogo com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação e ocorre por meio das funções arquivísticas, dentre as quais destaca-se a **classificação e a descrição**”. Para Vital, Medeiros e Brascher (2017, p. 41, grifo nosso), “a forma principal de se organizar e representar os documentos arquivísticos é por meio da **classificação e descrição arquivística**”.

Apesar do entendimento de que a representação e a indexação podem ser trabalhadas em várias áreas do conhecimento adequando-se às especificidades de cada uma, é sabido que na Arquivologia ainda carecem de aprofundamento teórico. No campo arquivístico, a representação da informação não é um assunto muito discutido, faltando clareza na aplicação dos conceitos. O desenvolvimento de estudos sobre a temática poderá contribuir com o aprimoramento da área, e essa é uma das razões para que se empreenda a pesquisa aqui proposta.

No campo da Biblioteconomia, as técnicas de tratamento documental estão suficientemente estudadas e têm uma aplicação generalizada (...). No campo da Arquivística, porém, as técnicas de tratamento documental não estão devidamente aprofundadas, nem as normas que existem têm aplicação consensual. (RIBEIRO, 1996, p. 9).

Interessante notar a afirmação da autora, referente ao fato de que, em 1996, não havia consenso na aplicação das normas de descrição. Logo após, em 1999, foi lançada a Norma geral internacional de descrição arquivística – conhecida pela sigla ISAD(G) –, que serviu de base para a criação de normas nacionais por diversos países. Contudo, apesar do esforço voltado à consolidação de diretrizes para o desempenho das atividades profissionais da área, percebe-se que, ainda hoje, as práticas arquivísticas carecem de aprofundamento e consenso. São poucos, por exemplo, os estudos sobre representação da informação e indexação em arquivos, assuntos principais desta pesquisa.

De acordo com Pinto (2010, p. 4):

Para que haja a representação da informação contida nos documentos, é feita uma leitura daquilo que se pretende representar. Para nossos objetivos, estabelecemos que há dois tipos de leitura: a leitura para se compreender o texto, e a leitura para se representar documentariamente o texto, embora esses dois fenômenos possam ser apreendidos e trabalhados simultaneamente.

Assim, a representação da informação dos documentos segue dois caminhos básicos: uma leitura para a compreensão, interpretação e análise da informação contida no documento, e outra voltada à representação propriamente dita do documento, ou seja, à sua identificação e codificação. Essas duas atividades devem acontecer concomitantemente.

É importante lembrar, como apontam Rousseau e Couture (1998, p. 52), que, “em Arquivologia, os documentos precisam ser representados, organizados e recuperados em conjuntos documentais, devido à característica orgânico-funcional, em consonância com os princípios da proveniência, organicidade e ordem original”. Percebe-se que os documentos arquivísticos perdem sentido quando vistos isoladamente. Por esse motivo, a representação do documento deve ser feita considerando a relação que ele guarda com o conjunto a que pertence.

Como exceções, podem existir documentos que tenham se perdido de seu conjunto, ou mesmo cópias únicas que adquiram o estatuto de originais, e que deverão também ser objeto de representação.

3.1.1.1 As funções classificação e descrição

Conforme já afirmado neste capítulo, a representação e a indexação da informação em Arquivologia se realizam a partir da classificação e descrição dos documentos, que fazem parte das funções básicas da gestão documental. Como o foco desse trabalho é a indexação de cartas de arquivo pessoal, não podemos deixar de falar dessas duas funções.

Cabe citar que todo o fazer arquivístico, do qual faz parte o processo de organização dos documentos, relaciona-se à atividade de gestão documental. De acordo com a Lei de Arquivos (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991), “considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (BRASIL, 1991, p. 1). A esse respeito, a literatura enfatiza que a implementação da gestão documental envolve várias fases, conforme indicado por Medeiros (2019, p. 52):

Autores como Rousseau e Couture (1998) indicam sete funções do processo de gestão de documentos, a saber: produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão. Vale ressaltar que a noção de função é advinda da arquivística canadense. A classificação arquivística é considerada uma função matricial, termo este utilizado por Sousa (2007) para indicar que a partir dela são realizadas outras funções, como a avaliação e a descrição. A classificação está, portanto, no centro de todo o processo de organização, representação e recuperação da informação arquivística.

Como se observa nessa citação, é necessário enfatizar a importância da classificação não somente no processo de representação da informação, mas também nas demais atividades arquivísticas, passando pelas três fases (corrente, intermediária e permanente) do ciclo vital dos documentos. De acordo com Albuquerque (2015, p. 24),

O conceito de classificação é definido por muitos autores como um processo que possibilita dispor conjuntos de elementos de forma que possam estar ordenados para fins pragmáticos, como organização, disponibilização, posterior recuperação e para entender e conhecer melhor um determinado objeto, pessoa ou área do conhecimento.

Em geral, classificar é separar em classes qualquer coisa, seja palpável ou não palpável. Os estudos de Piedade (1977, p. 9) evidenciam que a classificação é um processo

que busca “dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos”.

Para Le Coadic (1996, p. 62), “o conceito de classificação (que está presente em várias ciências) consiste na elaboração de uma ordem particular, resultado da divisão sistemática do espaço do saber. A Classificação Decimal Universal (CDU) é um dos exemplos mais elaborados”.

De acordo com o Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 49), classificação seria a “organização dos documentos de um arquivo ou coleção, observando-se o plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo”. Para Schellenberg (2002, p. 83),

A classificação é básica à eficiente administração de documentos correntes. Todos os outros aspectos de um programa que vise ao controle de documentos dependem da classificação. Se os documentos são adequadamente classificados, atenderão bem às necessidades das operações correntes. E, para tanto, devem ser arranjados em função do uso que têm em determinadas unidades administrativas de um órgão.

A reflexão de Shellenberg (2002, p. 83) deixa clara a necessidade de se privilegiar a classificação arquivística funcional, quando cita que os documentos “devem ser arranjados em função do uso”, ou seja, conforme a relação que guardam com as funções e atividades institucionais. Embora a estrutura administrativa da instituição seja importante para se compreender a produção e o fluxo documental, não se recomenda que seja adotado o critério estrutural para a classificação, visto que as funções de uma entidade são geralmente mais estáveis do que a sua estrutura, como se verá adiante.

Entende-se que a classificação arquivística deve levar em consideração o contexto de produção dos documentos, iniciando-se na sua fase corrente, a partir do plano de classificação e da tabela de temporalidade – instrumentos de gestão documental que deverão ser estabelecidos previamente, segundo as especificidades de cada instituição. Na fase intermediária, marcada pelo uso pouco frequente, muitos documentos aguardam a destinação final. Os documentos de guarda permanente, de acordo com a classificação recebida na origem, serão recolhidos à instituição pertinente. Em geral, a palavra “classificação” é encontrada nas fases corrente e intermediária dos documentos, sendo esse mesmo processo conhecido como “arranjo” nos arquivos permanentes, onde se aproveitam os códigos do plano de classificação eleitos na primeira fase. Cabe ressaltar que esta pesquisa se dedica à representação da informação de documentos arquivísticos da terceira fase do ciclo de vida dos documentos, ou seja, documentos de guarda permanente.

Medeiros (2019) pesquisou o Arquivo Nacional da Austrália, responsável pela publicação do documento “*Overview of Classification Tools for Records Management*”, no qual se enfatiza que a classificação arquivística deve ser feita por funções em detrimento da estrutura institucional, pois esta pode se modificar mais facilmente.

A classificação de documentos e informações para negócios por funções e atividades afasta-se da classificação tradicional baseada na estrutura organizacional ou assunto. Funções e atividades fornecem uma estrutura mais estável para a classificação de estruturas organizacionais que são frequentemente sujeitas a mudanças [...]. A estrutura de uma organização pode mudar muitas vezes, mas as funções que uma organização realiza geralmente permanecem as mesmas ao longo do tempo (NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA, 2003, tradução nossa). [...] Observa-se, portanto, que a classificação na área de Arquivologia considera a função dos documentos e suas atividades, que são inerentes à própria natureza dos documentos de arquivo, produzidos com base em princípios arquivísticos, como organicidade. (MEDEIROS, 2019, p. 55).

Em conformidade com Albuquerque (2015, p. 25, grifo nosso), “os princípios da **proveniência** e de respeito à **ordem original** encontram-se no cerne da concepção da **classificação arquivística**”. A seguir, analisaremos esses dois princípios arquivísticos, além do atributo da organicidade, citado anteriormente por Rousseau e Couture (1998, p. 52) como também fundamental para a representação da informação em Arquivologia.

O princípio da proveniência, conhecido ainda como princípio de respeito aos fundos, possui lugar central na Arquivologia.

O princípio da proveniência (*respect des fonds*), promulgado em 1841, em decorrência da necessidade de solucionar os problemas causados pela organização temática adotada pelos Arquivos Nacionais franceses, após a Revolução Francesa, é considerado o norteador dos processos de representação na Arquivística e, talvez, o método mais seguro para preservar a integridade dos conjuntos documentais produzidos por uma pessoa ou instituição. (TOGNOLI, 2012, p. 80).

Em conformidade com Duchein (1983 *apud* TOGNOLI, 2012, p. 81), o princípio da proveniência consiste em

[...] agrupar, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou jurídica determinada: o que se chama de fundo de arquivo dessa administração, desse estabelecimento ou dessa pessoa.

Para Rousseau e Couture (1998, p. 52), o princípio da proveniência “[...] consiste em deixar agrupados, sem os misturar com outros, os arquivos [...] provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou moral [...]”. Ou seja, os documentos arquivísticos de uma pessoa física ou jurídica não devem ser misturados com os de

outras entidades geradoras, sob hipótese alguma, em nenhuma das fases do ciclo vital, seguindo o princípio fundamental da proveniência ou de respeito aos fundos.

No *Manual dos Arquivistas Holandeses* (ARQUIVO NACIONAL, 1973, p. 14), consta que, se somente “um único papel de arquivo se tenha preservado, este documento constitui o arquivo e é, por si mesmo, um todo, que deve, portanto, ser descrito como tal”.

O princípio de respeito à ordem original, no Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 137), é definido como o “princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu”. Logo, a entidade custodiadora do arquivo deverá manter a organização dada anteriormente, no âmbito da entidade produtora, esteja o arranjo já concluído ou em andamento. Cabe ressaltar, no entanto, que a ordem original não se confunde com uma eventual ordenação física, por vezes temporária e mesmo caótica, da documentação. Refere-se, ao invés disso, à ordem original de produção dos documentos em razão das funções e atividades da entidade produtora, a ser observada desde a fase corrente, como já apontamos.

Organicidade é definida como a “Relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 127). Refere-se à propriedade que têm os arquivos de espelhar a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora.

Dessa maneira, a classificação arquivística, etapa importante do processo de representação da informação, deve ser feita de forma a respeitar os princípios da proveniência e da ordem original, e também resguardar os laços orgânicos que marcam a produção documental.

A descrição, tal como a classificação, constitui-se em etapa essencial da organização e representação dos documentos arquivísticos. Ela resulta na elaboração dos instrumentos de pesquisa, por meio dos quais os usuários poderão ter acesso ao arquivo. No Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67), descrição é o “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa”. É bom lembrar que, para que seja facilitada a consulta aos documentos, os tipos documentais devem estar identificados e organizados. Nesse sentido Moraes, Zafalon e Barroso (2019, p. 6) afirmam que “O objetivo da descrição arquivística é identificar e elucidar o contexto e o conteúdo dos documentos arquivísticos”.

Bellotto (2004, p. 173) entende que a descrição só cabe nos documentos de arquivos permanentes:

A descrição é uma tarefa típica dos arquivos permanentes. Ela não cabe nos arquivos correntes, onde seu correspondente é o estabelecimento dos códigos de classificação – que acabam por servir de referência para a recuperação da informação –, assim como de outras categorias de controle de vocabulário e indexação que se usem para o mesmo fim. Tampouco a descrição faz sentido no âmbito dos arquivos intermediários, onde a frequência de utilização secundária é quase nula.

Alguns autores da Arquivologia discordam, nesse ponto, de Belloto, defendendo que a descrição arquivística acontece nas três fases dos arquivos (corrente, intermediário e permanente). A arquivística pós-moderna reflete bem esse embate no campo da descrição e da representação. Cook (2001 *apud* TOGNOLI, 2012, p. 91, grifo nosso) defende “uma pesquisa sustentada no contexto, pelo arquivista, sobre a história dos documentos e de seus criadores, produzindo **descrições em constante mudança**, uma vez que a criação dos documentos e a sua própria história custodial nunca terminam”.

Lopes (2009, p. 149) entende que “a concepção de uma arquivística integrada apareceu com toda a sua força em um artigo intitulado *L’archivistique a-t-elle trouvé son identité?*, publicado em 1988 e assinado por Couture, Ducharme e Rousseau”. Essa nova arquivística integrada, que surgiu com o esforço dos três autores quebequenses aos quais Lopes se refere, vem sugerir uma Arquivologia de escopo ampliado, fortalecida, voltada para o reconhecimento social, pesquisa e estímulo à formação e qualidade superior.

Em 1988, em Montreal (Canadá), foi criado um grupo para discutir a elaboração de normas de descrição arquivística, resultando no relatório *Subject Indexing Working Group*, do *Bureau Canadien des Archivistes* (BCA). Esta pesquisa se identifica com tal corrente que, segundo Medeiros (2019, p. 40), “se aproxima do conceito de pós-modernidade e se caracteriza como pós-custodial, diferente da Arquivística Tradicional, que é custodial e volta-se para os documentos históricos”.

Sobre a descrição arquivística, Andrade e Silva (2008, p. 15) afirmam:

A descrição arquivística é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicitando o contexto e conteúdo deste acervo. É claramente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época, além de habilidade com a língua em que estão sendo produzidas as informações descritivas.

A descrição arquivística resulta na elaboração do instrumento de pesquisa, destinado a permitir que os documentos sejam acessados pelos usuários do arquivo – pesquisadores acadêmicos, gestores das organizações ou qualquer pessoa interessada. Entende-se que a descrição e a representação da informação no contexto arquivístico, por meio do

trabalho intelectual do arquivista, são atividades fundamentais para o acesso à informação de qualidade. Na concepção de Heredia Herrera (1995, p. 300, tradução nossa),

A descrição é a análise realizada por um arquivista sobre os fundos e os documentos de arquivo agrupados natural ou artificialmente, a fim de sintetizar e condensar a informação nos conteúdos para os interessados. [...] A descrição é a ponte de comunicação entre os documentos e os usuários. Na cabeça da ponte, está o arquivista, que realiza uma tarefa de análise que supõe identificação, leitura, resumo e indicação, transmitindo ao usuário para que este inicie a recuperação em sentido inverso a partir dos índices.

Ainda de acordo com a autora, compreende-se que

A descrição documental inclui não apenas análise dos documentos: de seus tipos, tanto diplomáticos quanto legais, de seu conteúdo, o local e a data de sua redação e seus caracteres externos, mas também os dados de sua localização. A descrição é necessária em um arquivo administrativo e em um arquivo histórico, embora sua prática possa apresentar algumas variantes. A descrição, em suma, é o meio usado pelo arquivista para obter as informações contidas nos documentos e fornecê-las aos usuários. (HEREDIA HERRERA, 1995, p. 300, tradução nossa).

A autora afirma que a descrição não se resume à leitura, análise e representação da informação do documento arquivístico, mas tem também, como um de seus propósitos fundamentais, possibilitar que esse documento seja encontrado fisicamente. Cita ainda “arquivo administrativo” em relação aos arquivos corrente e intermediário, e “arquivo histórico” se referindo ao arquivo permanente. Nesse sentido, ela evidencia que a descrição arquivística perpassa todas as fases do ciclo documental, tendo como principal agente o arquivista.

Reforçando essa reflexão, Bellotto (2004, p. 179) diz que “o processo da descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados”. Mais adiante, detalharemos os instrumentos de pesquisa arquivísticos.

No entendimento de Oliveira (2012, p. 41), entre “[...] as duas principais finalidades da descrição tradicionalmente identificadas na literatura da arquivologia, encontramos: controle e acesso”. Esse controle estaria ligado à localização física do documento, tanto do analógico quanto do digital, em caixas, móveis, gavetas ou sistemas informatizados, entre outros. A finalidade de acesso estaria relacionada à disponibilização da informação ao usuário do arquivo.

Duranti (1993 *apud* OLIVEIRA 2012, p. 41) afirma que a descrição arquivística significa, literalmente, escrever sobre documentos de arquivos e envolve as ideias de

representação, identificação e organização. Para tal, Medeiros (2019, p. 57) argumenta que se faz necessário classificar os documentos:

seleciona-se o nível a ser descrito e aplicam-se normas de descrição, com o objetivo de formar instrumentos de pesquisa e prover o acesso aos documentos. Basicamente, a classificação e a descrição objetivam a representação, recuperação e o acesso aos documentos.

Diante dessas reflexões, infere-se que classificação, descrição e indexação são etapas fundamentais do trabalho arquivístico, sem as quais não haverá a possibilidade de se representar e recuperar a informação rapidamente e com qualidade, sendo prejudicado também o objetivo final de acesso ao usuário. Entende-se que a ordem do processo seja primeiramente classificar e, após, descrever e indexar.

A descrição arquivística é a ponte entre o documento e os usuários do arquivo, sejam pesquisadores, gestores de organizações ou cidadãos em geral. A descrição arquivística visa ao controle físico e intelectual dos documentos, que, devidamente representados por instrumentos de pesquisa, poderão ser acessados pelos interessados. Os instrumentos de pesquisa devem servir como filtro confiável para a seleção dos usuários, evitando que sejam consultados documentos não relacionados aos assuntos de interesse. A descrição contribui também, dessa forma, para a preservação dos documentos originais, especialmente os de guarda permanente, evitando seu manuseio desnecessário.

3.1.1.2 Instrumentos de referência e descrição arquivística

Os instrumentos arquivísticos de referência sempre foram conhecidos como instrumentos de pesquisa. De acordo com a ISAD(G), “Instrumento de pesquisa é o termo mais amplo que abrange qualquer descrição ou meio de referência elaborado ou recebido por um serviço de arquivo, com vistas ao controle administrativo ou intelectual do acervo arquivístico” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 15).

A Arquivologia se dedica à descrição e à elaboração de instrumentos de pesquisa desde o seu surgimento enquanto ciência, mas somente há cerca de 40 anos a área passou a tomar essa atividade também como objeto de análise, entendendo-a a partir de uma perspectiva crítica. Conforme afirmam Linden, Barros e Bräsher (2014, p. 148), “[...] na prática dos arquivos a descrição esteve presente desde meados do século XIX, entretanto, é somente nos anos de 1980 que se inicia uma discussão mais ampla dos conceitos e modelos visando refinamento, normalização e aprimoramento da função”.

Medeiros (2019, p. 58) argumenta que “Em relação à descrição, cabe destacar a existência de normas, que surgem com o objetivo principal de regulamentar esse processo e contribuir para a criação de seus produtos: os instrumentos de pesquisa”. Belloto (2004, p. 191) apresenta as formas convencionais desses instrumentos:

- a) guia, o primeiro instrumento a ser consultado pelo usuário, pois é o mais abrangente, fornecendo uma visão geral do acervo custodiado pela instituição;
- b) inventário, que possui representações de conjuntos documentais ou parcelas do fundo com descrições sumárias, permitindo um prévio conhecimento do conteúdo do documento, antes de se ter acesso a uma descrição mais detalhada;
- c) catálogo, instrumento que descreve unitariamente as peças documentais de uma ou mais séries, ou ainda de um conjunto de documentos, respeitada ou não a ordem da classificação;
- d) catálogo seletivo ou repertório, que traz uma “relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada peça integrante de uma unidade de arquivamento é descrita” (MIGUÉIS, 1976 apud BELLOTO, 2004, p. 212);
- e) índices, que apontam nomes, lugares ou assuntos em ordem alfabética, remetendo o leitor às respectivas notações de localização – índices podem ser parte complementar de inventários ou catálogos analíticos, ou ter personalidade própria, indexando diretamente os documentos;
- f) edição de fontes, uma reprodução de documentos, possivelmente acompanhada de estudos de introdução e fontes paralelas.

Esses instrumentos tradicionalmente eram produzidos em papel, sendo cada vez mais comuns os formatos digitais disponíveis *online*.

Menne-Haritz (2001 *apud* ANDRADE; SILVA, 2008, p. 19) reconhece que as normas são os melhores instrumentos de auxílio quando há intenção de se disponibilizar informações arquivísticas para acesso. Assim, no caso desta pesquisa, voltada à representação e à indexação de cartas de arquivo pessoal para fins de acesso a usuários, faz-se necessário observar as normas de descrição arquivística. No Brasil, merece destaque a Norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE), de 2006, elaborada a partir da Norma geral

internacional de descrição arquivística – a ISAD(G), que, conforme já apontado, serviu como ponto de partida para diversas outras.

Andrade e Silva (2008, p. 23) refletem que,

Com o aumento da complexidade teórica da arquivologia e com o aporte do surgimento da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G), os dados contextuais se tornaram cada vez mais reconhecidos como parte importante e necessária na criação da representação arquivística.

Para Araújo (2013, p. 76), “a ISAD(G) consagrou o princípio básico da descrição multinível e definiu os elementos descritivos essenciais para qualquer tipo de descrição em arquivos”. O Conselho Internacional de Arquivos (2000, p. 11) esclarece que

O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados. Processos relacionados à descrição podem começar na ou antes da produção dos documentos e continuam durante sua vida. Esses processos permitem instituir controles intelectuais necessários para tornar confiáveis, autênticas, significativas e acessíveis descrições que serão mantidas ao longo do tempo.

A representação da informação na Arquivologia deu um grande passo com a criação de uma norma internacional para descrição. Logo após, sob responsabilidade da mesma comissão que elaborou ISAD(G), foi lançada a Norma internacional de registros de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e família, a ISAAR(CPF), apresentada durante o Congresso do Conselho Internacional de Arquivos realizado em Viena, em 2004. A ISAAR(CPF) destina-se à normalização da descrição dos produtores de arquivos, também se valendo do controle e uso de pontos de acesso em descrições arquivísticas. “Esta norma dá diretrizes para a preparação de registros de autoridade arquivística que forneçam descrições de entidades (entidades coletivas, pessoas e famílias) relacionadas à produção e manutenção de arquivos” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11).

Com base na ISAD(G) e na ISAAR(CPF), foi criada em 2006, pelo Conselho Nacional de Arquivos, a Norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE), que consiste na adaptação das referidas normas internacionais à realidade do país. A NOBRADE foi muito bem divulgada e aceita pela comunidade arquivística e por aqueles que trabalham com documentos arquivísticos, principalmente os profissionais em atuação nos arquivos permanentes. A norma foi disseminada em diferentes cidades do Brasil pela Câmara Técnica de Normalização de Descrição Arquivística do CONARQ, sendo difundida também por meio da Resolução nº 27, de 16 de junho de 2008. Essa resolução define, no inciso IV do artigo 6º,

que os programas de documentos arquivísticos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em todas as esferas do governo, deverão conter obrigatoriamente: “diretrizes para a normalização de instrumentos de pesquisa ou de recuperação de informações com base na Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, aprovada pelo CONARQ, para garantir o acesso à documentação de valor permanente” (BRASIL, 2008).

A NOBRADE possui seis níveis de descrição principais (multinível): acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). São admitidos como níveis intermediários o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5). Prevê oito áreas, compreendendo 28 elementos de descrição. Na NOBRADE, há um campo de descrição a mais em relação à ISAD(G): a “área 8”, que se constitui em uma “Área de pontos de acesso e descrição de assuntos, onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição” (BRASIL, 2006). Embora não detalhe como deva ser feita a representação do documento, a Norma brasileira deixa claro, com a área 8, que o estabelecimento de pontos de acesso e a indexação de assuntos são atividades arquivísticas.

A NOBRADE estabelece a necessidade de uma linguagem controlada a partir da construção de um vocabulário controlado, sugerindo que sejam feitos a definição do termo, quando possível, e o registro de uma nota de escopo.

A NOBRADE orienta para a criação de índices onomásticos: o uso da ISAAR (CPF) no que se refere às formas autorizadas de entrada de nomes; aproximar-se das normas americana, inglesa e canadense ao orientar a consulta ao AACR2r e também sugere a consulta às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e ao Vocabulário onomástico da língua portuguesa, publicado pela Academia Brasileira de Letras, para atualização dos nomes. (OLIVEIRA, 2009, p. 65).

As questões abordadas são pertinentes a esta pesquisa, que tem como objeto as cartas recebidas integrantes do arquivo pessoal de Antônio Martins Filho, fundador da Universidade Federal do Ceará. Como atividade introdutória à identificação documental, a pesquisa buscará, por meio da indexação, levantar os assuntos que se refiram ao contexto de produção dessas cartas, permitindo localizar os agentes envolvidos na sua criação, bem como as atividades às quais estão relacionadas.

4 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA

Do ponto de vista histórico, a institucionalização da Ciência da Informação (CI) se concretiza após o surgimento das bibliotecas e dos arquivos, guardando, contudo, grande proximidade com essas áreas. Na literatura produzida pela CI, são várias as alusões a esses espaços ou unidades de documentação. Por exemplo, Tamble (1982, p. 219) nos diz que a Arquivologia é “a scienza che tratta degli archivi”. Por sua vez, Nagel (1991, p. 13) afirma referir-se à “disciplina que trata dos princípios e técnicas da organização e utilização dos arquivos”.

Este capítulo é dedicado aos diálogos entre a CI e a Arquivologia, considerando a primeira como uma área maior, e a segunda como uma das subáreas que a compõem. Tal entendimento vem ao encontro da proposta expressa pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no *Programme Général d’Information (PGI): L’harmonisation de la formation en bibliothéconomie, sciences de l’information et en archivistique*, publicado em 1987, que preconiza a necessidade de conciliação entre as diferentes áreas do campo informacional.

4.1 Sobre Ciência da Informação

A Ciência da Informação (CI), enquanto disciplina científica, tem a década de 1960 como o marco de sua institucionalização epistemológica, quando das reuniões de profissionais de vários campos de conhecimento ocorridas no Georgia Institute of Technology. Crosland (1962) afirma que essas reuniões tiveram início em março de 1961, sendo que as primeiras discussões se efetivaram nos dias 12 e 13 de outubro de 1961, na conferência de Atlanta. Conforme aponta o texto de Garcia (2002), havia na ocasião 59 participantes, oriundos de várias formações, a exemplo da Biblioteconomia, Física, Química, Matemática, Computação, Geologia, Fisiologia e Engenharia Industrial.

Desde sua origem, portanto, a CI é percebida como interdisciplinar, destacando-se as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e Museologia. Contudo, é necessário enfatizar que a Ciência da Informação pode ir além delas, haja vista que se utiliza do alicerce teórico, metodológico e técnico das Ciências Cognitivas, Ciências Sociais, Psicologia, Tecnologia da Informação, Educação e Ciência da Computação, dentre outras, constituindo-se em uma ciência pós-moderna, de características multi e interdisciplinares (KUHN, 1998).

Em conformidade com Borko (1968 *apud* FONSECA, 2005, p. 26), “essa interdisciplinaridade se manifesta nas relações com campos tais como ‘matemática, lógica, linguística, psicologia, tecnologia da computação, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicação, biblioteconomia e administração’, entre outros”. Corroborando essa ideia, Buckland (1997, p. 1) afirma:

segundo a visão da American Society for Information Science (ASIS) a Ciência da Informação é centrada na representação, armazenamento, transmissão, seleção (filtragem, recuperação) e no uso de documentos e mensagens, onde documentos e mensagens são criados para o uso humano.

Percebe-se aqui a preocupação da Ciência da Informação com o usuário e com o tratamento da documentação com vista ao acesso. Esta disciplina é um fenômeno que foi sendo construído na década de 1950, de forma atrelada à propagação dos computadores. Outro marco, anterior, foi a Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945), não obstante também existam estudos defendendo a origem da CI associada aos registros de informações desde antes de Cristo. É necessário enfatizar que são várias as concepções sobre a Ciência da Informação, aparecendo com destaque aquela que a relaciona à Informática:

É oportuno esclarecer que a Ciência da Informação foi inicialmente confundida com Informática, em consequência da denominação *Informatik*, em russo, adotada por Mikhailov, Chernyi e Giliarevsky, tal como consta em “*Informática: um novo nome para a teoria da informação científica*”, publicado em 1966, o que é esclarecido, no Brasil, em prefácio de Hagar Espanha Gomes (1980), na coletânea por ela organizada, além de outro equívoco em relação à terminologia russa, referente à informação científica, cujo significado, mais amplo, não é o mesmo em países anglo-saxões. (PINHEIRO, 2002, p. 62).

É bom lembrar que, mesmo no século XXI, a Ciência da Informação ainda é confundida, no senso comum, com a Informática e a Computação, entre outras. Esse fato talvez seja decorrente do número pouco expressivo de cursos de graduação em CI, no Brasil e em outros países. Entretanto, parece cada vez mais clara a delimitação das fronteiras disciplinares que caracterizam a área.

Pinheiro e Loureiro (1995, p. 1) evidenciam, a partir de Wellish, que “o termo Ciência da Informação foi usado pela primeira vez em 1959, para designar o estudo do conhecimento registrado e sua transferência, em sentido mais amplo”. Já para Fonseca (2005, p. 19), “[...] muitos autores consideram 1962 e a conferência realizada no Georgia Institute of Technology como o ano e o local de nascimento formal da área, entendida como a ciência do armazenamento e recuperação da informação”. Dessa forma, a princípio, a preocupação maior da Ciência da Informação era armazenar e recuperar informação. Em 2020, passados 58 anos

do evento no Georgia Institute of Technology, a gestão da informação aparece não apenas como preocupação da CI, mas também na prática profissional e discursiva do campo arquivístico.

Hjoland (2014, p. 3) tem a opinião de que, “antes que o termo ‘Ciência da Informação’ fosse usado (ou seja, antes de 1955), existiam campos relacionados à forma como os documentos são descritos, classificados, organizados, comunicados e usados”. Ou seja, o tratamento dos documentos pela Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e Museologia já existia antes da Ciência da Informação ser batizada como tal. E, pelas atividades citadas pelo autor (descrição, classificação, organização, comunicação e utilização), percebe-se que já era corrente a preocupação com a representação da informação visando ao acesso ao usuário.

Na perspectiva de Shera e Cleveland (1977 *apud* PINHEIRO 2002, p. 67), são considerados marcos da Ciência da Informação os seguintes acontecimentos:

- a) criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), em 1895, durante a I Conferência Internacional de Bibliografia, em Bruxelas – o IIB nasceu a partir das ideias de Paul Otlet (considerado o “pai” da Ciência da Informação) e Henri de La Fontaine, que desejavam organizar o “livro universal do conhecimento”;
- b) transformação do IIB em Instituto Internacional de Documentação (IID), em 1931, por sugestão de Paul Otlet e Henri de La Fontaine, durante a X Conferência Inter-nacional de Bibliografia, em Bruxelas;
- c) publicação da obra *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*, de Paul Otlet, em 1935, que trouxe ideias voltadas à integração dos componentes da documentação, já apresentando considerações a respeito da Bibliometria;
- d) fundação do American Documentation Institute (ADI), em 1937 – mais tarde, a ADI se transformaria na American Society for Information Science (ASIS) que, já nos anos 2000, daria origem à American Society for Information Science Technology (ASIST);
- e) transformação do IID em Federação Internacional de Documentação (FID), em 1938.

Nesta Federação, desenvolveram-se pesquisas teóricas que foram as bases científicas da Ciência da Informação (QUEIROZ; MOURA, 2015, p. 27-28).

A Ciência da Informação, com a preocupação de esclarecer um problema social concreto, o da informação, e voltada para o ser social que procura informação, coloca-se no campo das ciências sociais (das ciências do homem e da sociedade), que são o meio principal de acesso a uma compreensão do social e do cultural. (LE COADIC, 1996, p. 21).

Ainda de acordo com Le Coadic (1996, p. 22), “a ciência da informação é uma dessas novas interdisciplinas, um desses novos campos de conhecimento. No princípio eram o livro (a semente) e, é claro, a biblioteca e a história do livro”. Hjørland (2014, p. 4) afirma que, antes do estabelecimento da Ciência da Informação, o conceito central era o documento. Ainda sob o olhar desse autor, “Campos como ‘Biblioteconomia’, a ‘Ciência da Bibliografia’, ‘Informação Científica’ e ‘Documentação’ podem ser entendidas como os predecessores da Ciência da Informação”. (HJORLAND, 2014, p. 3).

Para Silva (2006, p. 327), “toda ciência para evoluir e se manter firme e consolidada necessita investir em demandas ontológicas e epistemológicas”. Nesse contexto, a Ciência da Informação, que entendemos ser um acontecimento fenomenal informativo, deve integrar as diferentes áreas que a compõem de forma complementar e inovadora, sempre respeitando as especificidades técnicas de cada uma delas, em busca de um conhecimento novo.

Consoante Zins (2011, p. 155), “Aparentemente não há um conceito uniforme de Ciência da Informação”. Segundo o autor, a área deveria ser chamada de “Ciência do Conhecimento”, devido ao relacionamento complexo existente entre “dados”, “informação” e “conhecimento”. Dado é a matéria prima para a informação, que, por sua vez, é a matéria prima para o conhecimento. Informação é a base do conhecimento. (ZINS, 2011).

Referindo-se ainda a essa questão complexa da compreensão da CI, Pinheiro e Loureiro (1995, p. 2) afirmam:

Em conferência da Special Libraries Association, no ano de 1967, Rees e Saracevic elaboram a seguinte definição: “A ciência da informação não é uma melhor recuperação de dados, como a física não é uma mecânica reforçada... é um ramo de pesquisa que toma sua substância, seus métodos e suas técnicas de diversas disciplinas para chegar à compreensão das propriedades, comportamento e circulação de informação”. Sinteticamente, ciência da informação é, para os dois autores, o “estudo dos fenômenos da comunicação e das propriedades dos sistemas de comunicação”.

A Ciência da Informação, após tantas transformações, ainda carece avançar na compreensão da informação registrada em outros suportes documentais que não os tradicionais, como livros, periódicos, artigos e monografias. A Biblioteconomia já vinha se dedicando às questões de representação, organização, acesso e recuperação da informação em relação aos referidos documentos. A CI deve lançar seus olhares também para as obras de arte em museus e para os documentos arquivísticos, a exemplo das cartas e fotografias, entre outros. É necessário observar ainda as mudanças nos suportes desses registros, sendo que muitos deles já são gerados em formato digital.

Conforme Queiroz e Moura (2015, p. 26), “O aumento do número de pesquisadores

e, em consequência, da produção científica, juntamente com o desenvolvimento tecnológico, foram determinantes para o surgimento da Ciência da Informação”. A consolidação e o contínuo amadurecimento da área, no entanto, resultarão do desenvolvimento de estudos científicos e da formação de profissionais capazes de transitar entre a especialização e o entrelaçamento dos diferentes saberes que se nela conjugam.

No caso desta pesquisa, busca-se conjugar Ciência da Informação e Arquivologia, a partir da representação da informação de documentos arquivísticos, mais especificamente, da indexação de cartas pessoais visando ao estudo dos termos arquivísticos documentais. Trataremos, a seguir, da relação entre as referidas áreas.

4.1.1 Aproximações entre Ciência da Informação e Arquivologia

Ainda que em sua formulação inicial a Ciência da Informação não tenha feito referências à Arquivologia, pouco a pouco esta disciplina foi sendo incorporada ao campo da CI. Nesse sentido, cabe mencionar que, em 1984, a UNESCO organizou o *Colloque International sur l'harmonisation des programmes d'enseignement et de formation en Sciences de l'Information, Bibliothéconomie et Archivistique* (COLLOQUE..., 1984, p. 2), propondo que o ensino dessas áreas fosse integrado, com base no entendimento de que teriam como objetivos comuns “[...] melhorar e facilitar o acesso à informação para todos os usuários de sistemas e de serviços de informação, graças à elaboração de programas de ensino e formação projetados para atender às demandas que se exprimem no ambiente informacional atual”. Em outras palavras, ainda que observadas as especificidades de cada uma dessas áreas, todas se dedicariam aos estudos teóricos e pragmáticos relacionados a questões como documento, informação, acesso, recuperação e comunicação.

Com Masson (2006, p. 88), percebe-se um movimento transdisciplinar radicalizado e crescente entre CI e Arquivologia, na perspectiva de “construir uma Ciência da Informação unitária, envolvendo-se e misturando-se e até fundindo-se com a Biblioteconomia, a Documentação e os Sistemas Tecnológicos de Informação”. Essa bricolagem não tem a intenção de enfraquecer a vocação interdisciplinar da Ciência da Informação que envolve outras áreas, principalmente as Ciências Sociais, nem tampouco desconsiderar a CI como um campo específico. Na compreensão de Silva (2002, p. 575), a CI busca se afirmar “teórica e, academicamente, como uma ciência com identidade própria, dentro do paradigma das ciências pós-modernas”.

A Arquivologia é a ciência que trata dos arquivos. Os documentos arquivísticos são aqueles gerados de forma orgânica (“natural”), no decorrer das atividades de uma pessoa física ou jurídica, com o intuito de registrar a tomada de decisões. Para Medeiros (2019, p. 31), “O desenvolvimento da Arquivologia como uma área de estudos é muito mais recente do que suas origens, que têm relação com o próprio desenvolvimento da humanidade”. Ainda nesse cenário, Rousseau e Couture (1998, p. 29) defendem que

É ao aparecimento da escrita que remonta o nascimento dos arquivos e da arquivística, bem como as novas ocupações, entre as quais a de arquivista [...]. Os primeiros documentos administrativos encontrados datam do milênio IV antes de Jesus Cristo [...]. A história dos arquivos começa, em primeiro lugar, no Oriente. Prossegue nesses países depois da sua separação do Ocidente. Mas é, no entanto, nos países ocidentais que evoluem os usos administrativos que estão na origem dos nossos comportamentos contemporâneos.

Reforçando as ideias de Rousseau e Couture (1998), Araújo (2013, p. 62) relaciona o surgimento dos arquivos ao advento da escrita na humanidade:

Mas foi com a invenção da escrita e do estabelecimento das primeiras cidades, no início processos de fixação das coletividades num território específico, há mais de cinco milênios, que apareceram as primeiras manifestações de espaços específicos (que seriam conhecidas, séculos depois, como as instituições arquivísticas) cujo propósito voltava-se para a guarda e a preservação de acervos documentais.

O autor defende ainda que a institucionalização dos arquivos “[.] conduz obrigatoriamente às primeiras atividades culturais humanas [...]. É uma parte destes primeiros registros materiais que constitui a origem daquilo que séculos depois será conhecido como documento de arquivo”. (ARAÚJO, 2013, p. 62)

Os estudos referentes à trajetória da Arquivologia se modificam ao longo dos anos, influenciados também pelas necessidades e interesses de outras áreas em relação aos documentos de arquivos.

Araújo (2013, p. 63) afirma que “foi após o Renascimento, a partir do século XV, que começaram a surgir os primeiros traços efetivos daquilo que se poderia chamar de um conhecimento teórico específico da Arquivologia”. No século XVII, foi publicada a obra *De re diplomática* (1681), de Dom Jean Mabillon – estudo precursor de paleografia e diplomática que, embora não pertencente ao campo da Arquivologia, serviu de base para a área no tratamento dos documentos arquivísticos, contendo “os primeiros elementos da doutrina arquivística” (FONSECA, 2005, p. 31).

A Arquivologia se voltava, inicialmente, à guarda, ou seja, à custódia dos documentos, em um momento conhecido como fase custodial da disciplina. No final do século

XIX, em 1898, foi lançado o “Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos”, dos arquivistas holandeses Samuel Müller, Johan Feith e Robert Fruin. Marco da Arquivologia, a obra, também conhecida como “Manual dos holandeses”, foi a primeira fonte de estudos científicos padronizados na área, com regras de classificação e descrição que serviram de base para a prática arquivística a partir de então. Ainda hoje, a representação da informação em Arquivologia – tema ao qual se dedica esta pesquisa – é influenciada pelas técnicas de classificação e descrição estabelecidas pela obra.

Araújo (2013, p. 63) defende que a consolidação da Arquivologia como ciência remonta ao século XIX, pois:

Com a consolidação da ciência moderna como forma legítima de produção de conhecimento e de intervenção na natureza e na sociedade, também o campo das humanidades se viu convocado a constituir-se como ciência. Surgiram então, no século XIX, aqueles que seriam os precursores do estabelecimento do projeto de constituição científica da Arquivologia: a formalização do conceito de fundo (o princípio do respeito aos fundos, de Natalis de Wailly, de 1841) e o *Handeigling voor het ordenen en beschrijven van Archieven* (conhecido como o “Manual dos holandeses”), de 1898.

Araújo (2013, p. 64) afirma também que o “movimento de consolidação positivista da Arquivologia promoveu, assim, sua ‘libertação’ de outras áreas, sobretudo a História”, que tinha a Arquivologia como sua auxiliar. Segundo Silva (2012 *apud* ARAÚJO, 2013, p. 64), esse modelo privilegiava “a dimensão patrimonial de acervos custodiados para servirem à produção historiográfica”. A Arquivologia foi se desenvolvendo de forma concomitante em diversos países, o que levou ao surgimento de diferentes correntes de pensamento na área. Dessa forma, com a multiplicação das investigações científicas em nações diferentes, a Arquivologia foi se firmando como campo científico.

No que diz respeito às correntes arquivísticas, Lopes (2009, p. 131) afirma que são três: Tradicional, *Records Management* e Integrada ou Canadense. A Arquivologia tradicional tem origem europeia, ligada especialmente à França, Itália e Espanha. A corrente começou a se desenvolver com a Revolução Francesa (1789-1799), sendo consolidada um século depois, com o Manual Holandês de Müller, Feith e Fruin. Uma característica importante dessa corrente é a preocupação com os documentos históricos pertencentes aos arquivos permanentes.

Lopes (2009) defende que a corrente conhecida como *records management*, de origem estadunidense, surgiu por volta da década de 1940, motivada pela necessidade de controle da massa documental gerada em âmbito administrativo. Nessa segunda corrente, são destacados os arquivos nas fases corrente e intermediária do ciclo vital – diferentemente da arquivística tradicional, onde a preocupação se concentra nos arquivos permanentes. Os

arquivos correntes e intermediários são nomeados pelo referido autor como arquivos “ativos” e “semiativos”, respectivamente.

A terceira corrente arquivística, conhecida como integrada, tem origem na cidade de Quebec, no Canadá. Compreende de forma global o ciclo de vida dos documentos arquivísticos (fases corrente, intermediária e permanente). Lopes (1996, p. 101) afirma que, nessa perspectiva, “[...] a descrição começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca mais específicos”. A arquivística integrada é também denominada de “arquivística global”, e, na visão de Rousseau e Couture (1998, p.70), busca:

- garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo e permitir assim uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e secundário;
- permitir a articulação e a estruturação das actividades arquivísticas numa política de organização de arquivos;
- integrar o valor primário e secundário numa definição alargada de arquivo.

Consoante Lopes (2009, p. 52), esta corrente é a única que propõe a transformação da Arquivologia em uma disciplina científica. No Canadá e nos Estados Unidos da América, há estudos avançados sobre a Arquivologia e seus desafios.

Os avanços epistemológicos da Arquivologia fizeram com que a área fosse se formando cada vez mais nos diálogos com a CI. Silva *et al.* (1999, p. 21) argumentam que, a partir de 1980, “o arquivista é um profissional da informação, [e] os arquivos passam a ser vistos como sistemas de informação, introduzindo, portanto, a Arquivística no campo da Ciência da Informação”. Os autores defendem que a informação arquivística é o objeto da Arquivologia pós-custodial (SILVA *et. al.*, 1999, p. 31). A Arquivologia teria passado, assim, de uma “perspectiva custodial e patrimonialista (fechada através da conotação como ‘tesouro’) para uma pós-custodial e aberta, dominada pela busca incessante dos conteúdos (informação)”. (SILVA, 2006, p. 18).

No período pós-guerra (1945), a Ciência da Informação estava se firmando, enquanto a Arquivologia ainda era considerada por alguns profissionais uma disciplina auxiliar da administração e da história. A noção de informação não era considerada algo primordial nos arquivos, vista apenas como consequência do documento arquivístico.

Fonseca (2005) elucida que a existência de interdisciplinaridade entre a Ciência da Informação e a Arquivologia tem por base a informação, visto que é um elemento central a ambas. Na mesma linha, Araújo (2011, p. 118) discorre que “a Arquivologia preocupou-se com a produção de conhecimentos tecnicistas e tinha condição coadjuvante em relação à História ou à Administração”. Segundo o autor, no diálogo com a Ciência da Informação houve a

oportunidade de a Arquivologia construir “conhecimentos propriamente científicos”, de problematizar “questões que vão além da instituição arquivo: as políticas de informação, os arquivos pessoais, as realidades documentais não tratadas do ponto de vista arquivístico, entre outras”.

Desse modo, percebe-se que há necessidade cada vez maior de diálogos entre a Ciência da Informação, enquanto domínio de conhecimento, e suas disciplinas – particularmente a Biblioteconomia, a Museologia e a Arquivologia –, posto que o documento e a informação registrada com vistas ao acesso e uso são preocupações que atingem a todas.

5 OS TIPOS DE ARQUIVOS

Esta pesquisa tem como objeto as cartas de um arquivo privado pessoal – o arquivo permanente de Antônio Martins Filho – custodiado por uma instituição pública – o Memorial da Universidade Federal do Ceará. A relação entre as esferas pública e privada aparece, neste caso, não apenas no que tange à custódia, mas também pode ser verificada nos próprios documentos que serão objeto de análise, visto que o titular exerceu funções públicas no âmbito da Universidade. Por esta razão, consideramos ser necessário tecer algumas considerações sobre os diferentes tipos de arquivo, a partir de sua natureza jurídica.

Neste capítulo, buscaremos caracterizar os arquivos públicos e os privados, levando em consideração a importância de cada um deles para as organizações e para a sociedade.

5.1 Arquivos públicos

A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 – conhecida como Lei de Arquivos –, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, em seu artigo 7º define arquivos públicos como “conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias” (BRASIL, 1991). No parágrafo 1º do referido artigo, consideram-se como públicos “os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público, por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos no exercício de suas atividades”. Arquivos públicos e arquivos privados são tratados em capítulos diferentes da Lei de Arquivos. Em seu artigo 15, a Lei assevera que “Os arquivos privados identificados como de interesse público e social poderão ser depositados a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas” (BRASIL, 1991).

Desse modo, entendemos que arquivos públicos e privados guardam muitas diferenças no que diz respeito à forma de acumulação, embora não seja tão simples a separação entre ambos. Os públicos resultariam da atuação governamental em todas as esferas (municipal, estadual e federal) dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), abarcando ainda a atuação de instituições privadas encarregadas de realizar tarefas públicas. Pessoas físicas engajadas no serviço público também costumam produzir, no seu dia a dia, tanto documentos públicos quanto privados. Essa compreensão vem ao encontro do que afirma Campos (2016, p. 6):

A teoria arquivística tradicional consagrou a distinção dos arquivos segundo a natureza – pública ou privada – da entidade que os acumulou, criando, assim, duas categorias para designá-los e caracterizá-los. De um lado, os “arquivos públicos”, constituídos no curso das atividades dos órgãos ligados à administração pública. De outro, os chamados “arquivos privados”, abarcando tanto os conjuntos de documentos produzidos por instituições de direito privado quanto aqueles acumulados por indivíduos e famílias.

Como já citamos anteriormente, a preocupação com os documentos e as instituições arquivísticas públicas remontam à Revolução Francesa. Nesse sentido, Fonseca (2005, p. 39) menciona a criação do Arquivo Nacional da França, em 1789, “[...] primeiramente como arquivo da Assembleia Nacional e depois transformado, em 24 de junho de 1794, no estabelecimento central dos arquivos do Estado, ao qual foram subordinados os depósitos existentes nas províncias”, entidades às quais “deveriam ser recolhidos os documentos produzidos pelos diferentes níveis da administração pública na França”. Percebemos que não havia ainda referência a arquivos públicos e esferas governamentais, mas sim a “depósitos” e “níveis da administração pública”. Ainda assim, entende-se que, naquele momento, já estava presente a preocupação com a proteção e com a centralização dos documentos arquivísticos e da informação.

O Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 35) define arquivo público como: “arquivo de entidade coletiva pública, independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país”. Na concepção de Ventura (2018, p. 54), “Esses arquivos são necessários à administração pública para a preservação e acesso aos documentos, mas também relevantes enquanto parte de um sistema democrático”.

Os cidadãos têm direito de acesso à informação pública, mas cabe lembrar que nem todos os documentos públicos podem ser liberados à consulta. Os profissionais de arquivo trabalham visando a garantir o acesso à informação, mas devem também respeitar os prazos de sigilo de documentos não ostensivos, de acordo com o ordenamento jurídico vigente, bem como as questões de privacidade, honra e imagem. A Constituição Federal, no artigo 5º, inciso X, tratou de proteger a privacidade, assegurando: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (BRASIL, 1988).

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) preconiza a transparência governamental e incentiva o acesso à informação pública, sendo obrigatório o seu cumprimento pelos órgãos públicos de todas as esferas e níveis de Poder.

Entretanto, Ventura (2018, p. 103) reflete que “Frente a sua temática, é pertinente que essa Lei seja analisada sob o viés da Arquivologia, já que os arquivos públicos são instituições responsáveis pela documentação e informação orgânica da administração pública”.

Ainda concernente ao acesso à informação pública, Morais e Guerra (2015, p. 5) reconhecem que

No Brasil, o acesso à informação pública está previsto no capítulo I da Constituição Federal de 1988 – dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – especialmente no inciso XXXIII do artigo 5º, reconhecendo-o como um direito fundamental do cidadão, ao dispor que “todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. No texto constitucional, este assunto também é tratado no art. 5º, inciso XIV, art. 37, § 3º, inciso II e art. 216, § 2º. No entanto, estes dispositivos somente ganharam maior efetividade com a edição da Lei Federal nº. 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, regulada pelo Decreto nº. 7.724/2012, definindo normas, procedimentos e prazos para o atendimento das solicitações feitas pelos cidadãos a respeito das informações mantidas pelas instituições públicas.

Entende-se assim que, no Brasil, embora já estivesse garantido pela Constituição Federal e outras leis, o direito de acesso à informação pública só se consolidou com a Lei de Acesso à Informação (LAI). A esse respeito, Santos e Navarro (2016, p. 6) declaram: “Depois de mais de 20 anos, o Brasil adotou uma Lei de Acesso à Informação que legitima a aplicação do artigo [5º da CF]”.

Percebe-se que a LAI reflete uma grande preocupação com o direito de acesso dos cidadãos à informação pública. A Lei de Arquivos, à qual nos referimos anteriormente, teve o capítulo referente ao acesso e sigilo dos documentos públicos revogado pelas novas determinações da LAI. Não apenas a Lei de Arquivos, mas as próprias atividades de gestão documental também foram impactadas pela LAI. Para que os órgãos públicos possam promover o acesso à informação, tal como preconiza a LAI, deve haver investimento no tocante ao tratamento arquivístico dos documentos, independente de suporte ou formato, desde a produção até o acesso aos usuários interessados. Os arquivos, nesse contexto em especial, não podem ser inoperantes.

De acordo com Carvalho e Cianconi (2015, p. 8),

[...] ao analisar o acesso aos documentos arquivísticos como uma dimensão do direito de acesso à informação, é importante compreender que é fundamental a existência de uma infraestrutura arquivística, compreendendo infraestrutura como o conjunto de instalações ou de meios prévios necessários ao funcionamento de uma atividade ou conjunto de atividades relacionadas aos arquivos, tendo implicação direta no cumprimento de leis de acesso à informação e programas de governo com foco na transparência administrativa.

Em relação a essa temática, Santos e Navarro (2016, p. 5) afirmam:

A informação em seu caráter político, social e econômico, são peças essenciais para que o indivíduo possa exercer plenamente a cidadania na sociedade contemporânea. Para fazer uso da informação, torna-se necessário que ela exista, que seja divulgada e que esteja disponível aos seus interessados.

Entretanto, ainda que a LAI preveja o acesso à informação pública, no parágrafo 1º do artigo 24 o texto da Lei estabeleceu os seguintes critérios de classificação quanto aos prazos de sigilo: “Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no *caput*, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos; II - secreta: 15 (quinze) anos; e III - reservada: 5 (cinco) anos”.

Cabe esclarecer que, na atividade de representação da informação, é possível efetuar o controle de acesso aos documentos sigilosos, pois, nas normas, há um campo específico para essas informações: “área de condições de acesso e uso”. Segundo a LAI, a publicidade das informações é a regra, o sigilo é a exceção.

5.2 Arquivos privados

A incorporação dos arquivos de natureza privada ao campo científico da Arquivologia é mais recente, se comparada à dos arquivos públicos. Apenas a partir de 1948, com a criação do Conselho Internacional de Arquivos, os arquivos privados passam a ser discutidos. No contexto brasileiro, Bastos e Araújo (1989, p. 23) reconhecem que “estes arquivos de natureza privada são exclusivos de pessoas físicas, e ficaram ao descoberto do princípio constitucional de 1946”.

A existência e importância dos arquivos privados, no entanto, é anterior à sua abordagem científica. Silva *et. al.*, (1999, p. 66) arrolam que o avanço do direito romano “deverá ter contribuído para a proliferação de arquivos privados, que constituíam um instrumento essencial para o desenvolvimento dos negócios e garantia da propriedade dos cidadãos”. Citam como exemplo: “Em Pompeia, no primeiro andar da casa do banqueiro Cecílius Jucundus, apareceu um grande cofre com a respectiva escrituração, feita em tabuinhas de cera”.

O Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 35) define arquivo privado da seguinte maneira: “arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular”. Franco (1985, p. 3) entende que os arquivos privados se constituem como “conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições não governamentais, famílias ou pessoas físicas, em decorrência

de suas atividades específicas e que possuam uma relação orgânica perceptível através do processo de acumulação”. Sobre a importância dos arquivos privados, Belloto (1998, p. 201) afirma:

O caminho dos arquivos é aberto aos historiadores, aos sociólogos, aos antropólogos, aos arquivistas, aos literatos, aos detetives, aos policiais, aos juristas, aos educadores, aos médicos, aos psicólogos, aos psicanalistas, aos jornalistas, e a outros que, pelas características de sua atuação profissional, têm maiores condições e oportunidades de realizar essa espécie de viagem ao interior do pensamento de uma pessoa, e a razão de ser de ações e atitudes suas, das quais, de outro modo, só se conheceria a finalização.

Na concepção de Belloto (2008, p. 250), “documento privado seria aquele emanado por pessoas físicas e jurídicas de direito privado”. Schllenberg (2002, p. 269) chama atenção para esses tipos de documentos, dizendo que “no passado os documentos privados eram originários de famílias importantes na história dos Estados Unidos e, hoje, são os produzidos por entidades de várias espécies, instituições culturais, comerciais, igrejas, pessoas etc”.

Conforme apontado, arquivos privados são aqueles produzidos e recebidos por empresas, organizações privadas, famílias e pessoas físicas, podendo ser declarados de interesse público e social, conforme determina a Lei de Arquivos em seu artigo 12: “Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional”. Para cumprir esse papel, é necessário que os documentos cheguem à fase permanente de forma preservada, e com uma representação da informação arquivística que permita o pleno acesso. No caso de arquivos pessoais, é necessário bastante cuidado na análise dos documentos, considerando que podem conter informações sensíveis relacionadas a intimidade, privacidade, honra e imagem. Ainda assim, vale lembrar sempre que a publicidade das informações é a regra, e o sigilo, a exceção.

São exemplos de arquivos privados declarados de interesse público e social por decreto da Presidência da República, a partir de recomendação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ): Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, em 6 de setembro de 2004; Companhia Antártica Paulista, em 7 de abril de 2006; Associação Brasileira de Educação, em 7 de abril de 2006; Gláuber Rocha, em 7 de abril de 2006; Darcy Ribeiro, em 20 de janeiro de 2009; Oscar Niemeyer, em 16 de abril de 2009; Abdias do Nascimento, em 16 de junho de 2010.

Entendemos que os arquivos de natureza privada podem ser divididos em duas categorias principais: os arquivos pessoais (de pessoas físicas, incluindo os de grupos

familiares), e os arquivos institucionais (de pessoas jurídicas de direito privado, incluindo entidades culturais, educacionais, religiosas, empresariais e econômicas, entre outras). Esta pesquisa se vincula à categoria arquivos pessoais, pois pretende tratar de uma parcela (as cartas recebidas) do conjunto documental reunido de forma particular por Antônio Martins Filho. Pela expressiva atuação pública do produtor do arquivo, relacionada de maneira intrínseca à Universidade Federal do Ceará, da qual foi fundador e primeiro reitor, consideramos que esse arquivo pessoal seja de relevância pública e social, embora não conte com a declaração concedida por meio do CONARQ.

Os arquivos pessoais são produzidos cotidianamente, tanto nas residências quanto nos ambientes de trabalho e lazer, por exemplo, por meio da reunião de cartas, diários, fotografias, revistas, relíquias, objetos diversos, documentos de identificação civil e acadêmica, contratos, comprovantes e muitos outros, inclusive aqueles ligados a processos decisórios. Nedel (2013, p. 131) chama a atenção sobre “a ambivalência entre dois mundos dos arquivos pessoais: os universos doméstico e institucional, já sinaliza o caráter problemático de seu estatuto historiográfico, arquivístico e patrimonial”.

Conforme argumentam Travancas, Rouchou e Heyman (2013), alguns arquivistas e pesquisadores de documentos arquivísticos, ainda nos dias de hoje, não reconhecem os arquivos pessoais como arquivos. Lembrando que, dentre os pesquisadores, há um grande número de profissionais de várias áreas, como, por exemplo, historiadores, antropólogos, sociólogos, administradores, bibliotecários e estudiosos de letras e artes plásticas, entre outros.

Os arquivos pessoais possuem um duplo “sentido”, considerando especialmente o caso de produtores que desempenharam funções públicas. São conjuntos documentais acumulados de forma particular, contendo registros da vida privada desses indivíduos, mas, ao mesmo tempo, reúnem documentos e informações que se referem a assuntos de interesse público.

Dentre os arquivos privados, os pessoais são os mais procurados, devido ao crescente número de pesquisas acadêmicas interessadas em saber a forma de agir, pensar, atuar, trabalhar e viver dessas pessoas. O arquivo pessoal também serve como fonte de pesquisa subsidiária.

Os arquivos pessoais, quando em fase corrente, são matéria para que os produtores possam registrar ações e planejar novos empreendimentos, reformulando projetos e reconstruindo constantemente suas narrativas autobiográficas. Na fase permanente, transformam-se em fontes importantes para a história, constituindo-se também em interessantes

objetos de análise, tal como a que se propõe nesta pesquisa. São objetos complexos, marcados por contextos em que se misturam o doméstico e o institucional.

6 CARTAS COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO PESSOAL

Esta pesquisa, que concerne à representação da informação das cartas do fundo Antônio Martins Filho, sob custódia do Memorial da Universidade Federal do Ceará, foi muito sonhada há mais de seis anos. Inicialmente, pretendia-se estudar as cartas do referido arquivo; depois, mudou-se o objeto para o gênero iconográfico, mais especificamente para as fotografias desse arquivo; por fim, retomou-se a ideia inicial, restringindo-se o objeto às cartas recebidas pelo titular.

Podemos considerar as cartas como documentos arquivísticos que congregam as dimensões pessoal, histórica e memorialística. Bastante estudadas por arquivistas e outros profissionais, são procuradas e consultadas também por pessoas comuns, interessadas em satisfazer suas curiosidades. Para Oliveira, Silva e Sobral (2018, p. 2), “esses documentos que compõem um arquivo pessoal são produtos das relações que um indivíduo desempenha no processo de registrar suas ações, o seu modo de viver e sua forma de se relacionar em sociedade”.

A Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os serviços postais, define carta como “objeto de correspondência, com ou sem envoltório, sob a forma de comunicação escrita, de natureza administrativa, social, comercial, ou qualquer outra, que contenha informação de interesse específico do destinatário” (BRASIL, 1978). Por essa definição, a carta se configura como um documento informacional de várias naturezas.

As cartas são documentos tão importantes que, ao longo da história, foram criados vários manuais de redação do documento. Conforme Vasconcellos (2012, p. 36),

de 1598 a *Les fleurs du bien dire*, trazia 72 modelos de cartas [...]. Em 1845, J.I Roquette publicou em Paris o Código de regras da civilidade e de bem viver no século XIX, [...] o capítulo 13 é destinado às cartas. Aí o autor dá vários conselhos sobre esta arte e chega mesmo a recomendar a leitura de *Le style epistolaire*.

A carta no formato analógico é hoje uma espécie documental quase em extinção. Foi substituída pelas mensagens eletrônicas, mais rápidas, ganhando outros contornos e cores. A carta é uma forma de comunicação que se modificou ao longo do tempo, tendo surgido com os povos antigos.

Consoante os estudos de Vasconcellos (2012, p. 34),

gregos e romanos escreviam em lâminas ou tabletes de cera e entregavam a um escravo para levá-las ao destinatário. A escrita feita por meio de um estilete, era gravada em um só lado da lâmina, que era envolvida por uma fita, contendo, no extremo, o carimbo; na parte externa, gravava-se o endereço. Posteriormente foi

adotado o papiro ou charta, conhecida desde Alexandre Magno, a qual se compunha de duas folhas atravessadas por um cordão, que terminava em nó, com um carimbo.

Como argumenta Bellotto (2002, p. 51), “[...] a carta é uma espécie documental não-diplomática, mas de estrutura mais ou menos padronizada, utilizada para diversos fins (públicos, sociais, comerciais, entre outros) e largamente utilizada para transmitir informações, solicitar favores, fazer convites etc”. Para Oliveira (2016, p.5), elas apresentam

[...] características comuns: usualmente, possuem datação, local, destinatário, assinatura e saudações. Mas a carta produzida na intimidade, fora de regulamentos institucionais ou legais, apenas partilhada entre o autor e o destinatário, muitas vezes não tem assinatura, nem data, as pessoas podem se tratar por apelidos, as informações podem ser fragmentadas...Pertence a um universo somente conhecido pelos envolvidos, visto que somente aquelas pessoas sabem do que está se falando. O protocolo social ou a falta dele muitas vezes indicam o grau de intimidade entre as pessoas.

Na mesma linha de pensamento, Vasconcelos (2012, p. 33) afirma: “Em sua essência, a carta é um gesto privado, não-coletivo, que envolve a pessoa que escreve, o autor ou signatário, a pessoa a quem é dirigida, o destinatário e muitas vezes uma terceira pessoa da qual se fala”. Aqui, pode-se perceber o percurso do documento e os diferentes sentidos que adquire do momento em que é criado, na fase corrente, até se tornar disponível para acesso a terceiros, na fase permanente: a princípio, as cartas possuem características não coletivas, ou seja, não são públicas, e sim privadas; ao serem transferidas para uma instituição custodiadora de arquivos, muitas delas serão abertas ao público, após análise. Apesar de não serem necessariamente produzidas com essa intenção, quando transpostas para as instituições de guarda e acesso as cartas se transformam em fontes primárias para as mais diversas áreas de conhecimento.

Antes do advento da internet, as cartas sempre foram um dos meios de comunicação mais utilizados, de forma geral, em toda a sociedade. Elas são documentos relacionados à dimensão mais íntima e privada das vivências do ser humano. As cartas pessoais, quando preservadas, podem também ativar lembranças, permitindo que sejam revividos momentos importantes por meio das leituras. Em geral, as cartas possuem uma linguagem afetiva e emotiva, diferentemente dos documentos oficiais, mais duros, diretos e impessoais, quase sempre criados para a tomada de decisões. Para Cox (2008 *apud* BELLOTTO, 2014, p. 105), “nenhuma pessoa ou empresa produz um documento para se divertir, mas porque isso lhes é exigido”. Entretanto, em contextos particulares, muitas cartas são produzidas para a diversão de seus autores e destinatários. As cartas pessoais podem possuir finalidades muito distintas daquelas que marcam os documentos oficiais.

Segundo Vasconcellos (2008, p. 382), “a carta aproxima os ausentes e é caracterizada pela espontaneidade e, teoricamente, sem intuito de alcançar posteridade. Alguns autores publicam-nas em vida, como Paul Claudel e André Gide, isto porque sua função vai além do ato da escrita e da recepção”. As cartas foram e ainda são consideradas, pelos apaixonados, como um elo amoroso, cuja memória não necessariamente será mantida para a posteridade: as cartas podem ser queimadas como forma de pôr fim a um relacionamento. Silva (1998 *apud* VASCONCELLOS, 2008, p. 373) chama a atenção para esse fato ao afirmar que

queimar uma carta significa destruir o próprio vínculo (amoroso) que ela suporta; conservar as cartas de alguém é preservar a sua própria corporalidade; devolvê-las corresponde a negar-se como destinatário, como pessoa, a negar a sua história; tirar e guardar uma cópia dela pode ser uma forma de autor-afirmação; assim como sabê-la chegada ao destinatário e até tornada do domínio público pode ser vivido como uma manifestação de poder.

Como já mencionado, durante a Idade Média se utilizava o pergaminho, substituído pelo papel no século XIV, como suporte para a escrita de cartas e outros documentos. Muitas cartas se tornaram famosas, como as da freira Mariana Alcoforado, publicadas em 1669, em Paris, com o título *Lettres portugaises* (Cartas portuguesas). As cartas contam a paixão da freira portuguesa pelo Marquês de Chamilly, oficial francês que conhecera em Portugal. A notoriedade alcançada pela publicação é um exemplo de como as cartas de um arquivo pessoal, que a princípio contêm informações privadas, podem ganhar repercussão pública quando difundidas.

No Brasil, a primeira carta redigida de que se tem notícia foi a de Pero Vaz de Caminha ao Rei Dom Manuel sobre o “achamento do Brasil”, em 1500. Fontes e Saeta (2019, p. 119) defendem que

Não se buscam nas cartas de arquivo apenas informações pessoais e da vida privada de seus autores, mas, a partir do momento em que são institucionalizadas e difundidas como documentos arquivísticos, elas ganham visibilidade e relevância social. Caso permanecessem privadas, não teriam impacto social e nem se conheceria a visão de mundo de seu autor sobre determinada época, assunto ou pessoa.

Muitas cartas pessoais são produzidas para dar notícias, trocar informações felizes ou tristes, relatar momentos vividos, planos etc. Elas têm algo excepcional, pois, em geral, reúnem informações pessoais e dados de interesse público. Essa característica exige do arquivista bastante critério na análise do que poderá ser público ou não, respeitando a vida privada, honra, segurança e imagem da pessoa.

Nas cartas pessoais, não costuma ser dada muita importância à formalidade do texto, diferentemente do que acontece nas instituições, onde os documentos possuem valor

administrativo e probatório, e devem ser produzidos de forma a garantir o cumprimento dessas funções. Apesar disso, Faviano (2019, p. 200) chama a atenção para o seguinte aspecto:

Do ponto de vista arquivístico, o que podemos atestar é que independentemente das palavras usadas, da esfera social ao qual pertence o interlocutor e da (in)formalidade presente nos textos, as cartas possuem os mesmos elementos e atuam para uma mesma coisa: efetivar uma atividade-.

Vale salientar que as cartas integrantes de arquivos pessoais são produzidas tanto em casa quanto no trabalho, ou seja, nos escritórios e outros ambientes institucionais em que atuam o produtor do arquivo. Podem conter informações de caráter íntimo e também assuntos de interesse para a sociedade. Logo, as cartas pessoais devem ser identificadas como documentos de arquivo, podendo servir tanto à memória do produtor quanto à administração institucional e à sociedade em geral. Para Oliveira e Sobral (2019, p.75),

no contexto dos arquivos pessoais, a carta é uma espécie documental que carece de esforços significativos para sua representação mais adequada no campo da Arquivologia - resgatá-la como espécie documental - e, por consequência, viabilizar a identificação dos tipos de carta produzidos na vida pessoal

Considerada um documento arquivístico, a carta que integra o arquivo pessoal se constitui como espécie documental, cabendo, portanto, identificar os tipos documentais que a caracterizam. Os estudos de tipologia, destinados a identificar as atividades em cujo âmbito foram geradas ou recebidas essas cartas, são fundamentais para que a representação da informação seja feita de forma correta e possa atingir seus objetivos. Conforme Faviano (2019, p. 191), “Quando aplicado o critério de coleção aos arquivos pessoais, os documentos deixam de ser compreendidos a partir de sua produção para serem determinados como entidades autônomas”. Ou seja, esses documentos deixam de fazer parte, de forma orgânica, do restante do fundo, sendo desvinculados de outros que possam se referir à mesma atividade (tipologia) geradora. Ainda de acordo com o autor, “é preciso ter sempre como prerrogativa que se arquivos pessoais são arquivos, então todo documento representa uma ação que lhe deu origem e, portanto, nomeá-los adequadamente pelo tipo é imperativo, uma vez que a espécie ‘carta’ é insuficiente” (FAVIANO, 2019, p. 191). Os estudos de tipologia devem identificar as razões pelas quais foram criados os documentos, entendidos segundo a lógica orgânica dos conjuntos documentais a que pertencem.

As cartas de arquivos pessoais são importantes para toda a sociedade e possuem informações não somente particulares, mas também profissionais, inclusive científicas, referentes a pesquisas e decisões tomadas em várias instituições. Esses documentos carregam

relatos que podem servir a todas as áreas do conhecimento. Em conformidade com Fontes e Saeta (2019, p. 117),

O contexto social de produção de uma carta importa tanto quanto o de um decreto, ao se considerá-los documentos de arquivo. Ainda que revestido de um sentimento pessoal e, geralmente, escrito com características que lhe conferem intimidade, unicidade e até mesmo poesia, as cartas de arquivo também são em muitos casos escritas para sempre – isso quer dizer, seus autores são sabedores de sua relevância social e da possibilidade de que esses textos pudessem vir à tona publicamente um dia.

As cartas e outros documentos de arquivo pessoal devem ter importância como qualquer outro documento público institucional, pois “contam um lado da história que os documentos públicos não contam” (FONTES; SAETA, 2019, p. 117).

Na perspectiva de Vasconcellos (2012, p. 40), “a carta torna-se propriedade do destinatário, e a este cabe optar quanto ao destino que dará ao documento: ou lê e destrói, ou guarda consigo, muitas vezes deixando-as para a posteridade. Nesse caso, cabe aos herdeiros defender a reputação do morto”.

Em geral, os arquivos pessoais são doados às instituições custodiadoras por herdeiros, após o falecimento dos produtores desses conjuntos documentais. Nas instituições custodiadoras, algumas cartas poderão ser postas à disposição do usuário, enquanto outras, não, o que dependerá das diretrizes de cada instituição.

Para se tornar disponível ao acesso público, a carta precisa ser analisada não somente em relação à vida privada, segurança, honra e imagem de seus produtores e receptores, como também sob a perspectiva da representação da informação. Na opinião de Oliveira, Silva e Sobral (2018, p. 3), “a carta pessoal [...] ainda carece de uma adequada representação que possibilite que essas sejam entendidas e referenciadas nos instrumentos de pesquisa para promover o acesso aos nossos usuários de forma precisa”. Até hoje, não foi feito um estudo consolidado a respeito da diversidade, complexidade e riqueza de assuntos das cartas. O problema de representação da informação se aprofunda no caso das cartas de arquivos pessoais.

Ao refletir sobre essa espécie documental devemos considerar os seguintes aspectos. O primeiro diz respeito à instrumentalidade das cartas, uma vez que funcionam como veículo de comunicação entre pessoas e possuem naturezas distintas de acordo com as atividades que lhes dão origem. O segundo aspecto se refere à prática epistolar e como se constitui como uma forma de expressão e comunicação entre os interlocutores. Por princípio, em sua grande maioria, são missivas produzidas a partir do pacto epistolar entre eles. O terceiro se insere na clareza da identificação do tipo documental. (OLIVEIRA; SILVA; SOBRAL, 2018, p. 5).

A análise tipológica é base para a organização de qualquer arquivo, processo que envolve também as atividades de classificação, descrição, arranjo e indexação. No caso desta

pesquisa, propõe-se que seja realizado um levantamento de caráter indexical, voltado aos assuntos presentes nas cartas recebidas por Antônio Martins Filho, que fazem parte de seu arquivo pessoal. Deverão ser identificados, de forma específica, os assuntos relacionados ao contexto de produção dessas cartas, com vistas à localização dos agentes envolvidos na sua criação, bem como das atividades que lhes deram origem. Espera-se que o resultado do trabalho possa contribuir para o estabelecimento da terminologia que caracterizam as cartas de arquivos pessoais.

7 ESTUDO EMPÍRICO: REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DAS CARTAS DO FUNDO ANTÔNIO MARTINS FILHO

Neste capítulo, trataremos das cartas recebidas que integram o arquivo pessoal de Antônio Martins Filho, salvaguardadas no Memorial da Universidade Federal do Ceará. Diferentemente da maioria das cartas de arquivos pessoais, as do professor Antônio Martins Filho foram sendo acumuladas na própria UFC, enquanto ele esteve vinculado à instituição. Outras foram doadas pela família após o seu falecimento. Nas cartas pessoais, as histórias de vida podem se cruzar com as atividades da administração institucional, situação que ocorre nas cartas recebidas por Antônio Martins Filho. É recorrente a mistura de assuntos pessoais e institucionais no mesmo documento. Por isso, torna-se complexa a tarefa de “separar” as cartas pessoais das institucionais. Em relação à demarcação desse contexto espaço-temporal de produção, as cartas se apresentam muitas vezes como mistas, por assim dizer.

Essas cartas foram importantes, na fase corrente, para registro de atividades, troca de informações entre familiares e amigos sobre os mais variados assuntos etc. Hodiernamente, destinam-se à pesquisa de usuários interessados na trajetória de Antônio Martins Filho, na história da UFC e da educação no estado do Ceará, entre outros assuntos.

Por vezes, a análise do título da espécie documental carta de arquivo pessoal não é tão simples quanto parece. Alguns exemplos dessa dificuldade são encontrados nas cartas pessoais recebidas por Antônio Martins Filho, objeto deste estudo. Dezenas delas poderão ser classificadas em mais de um assunto. O mesmo documento pode apresentar funções e assuntos distintos, misturando vínculos profissionais e de amizade – por exemplo, ao tratar de assuntos particulares e, ao mesmo tempo, dar notícias do trabalho como professor e gestor da UFC.

São muito comuns as cartas que, destinadas a transmitir cumprimentos à família ou manifestações de amizade, saudades, luto, felicitações, favores etc., tratam de questões referentes à UFC ou ao reitor da UFC. E, também, podemos encontrar cartas recebidas relacionadas à UFC que fazem referência ao cotidiano pessoal e familiar. Desse modo, deve-se buscar estabelecer o assunto núcleo ou principal – em função do qual foi gerado o documento – e outros assuntos periféricos que o acompanham.

Na pesquisa *in loco*, procedemos à indexação de duzentas cartas, com vistas à futura construção de um instrumento que venha a contribuir na descrição documental. Não se pretende esgotar o assunto, mas, ao contrário, dar início à tarefa de refletir criticamente sobre o processo de representação dessas cartas e outros documentos do arquivo.

As cartas de arquivo pessoal são documentos bem complexos de se trabalhar, mas

também deslumbrantes, fascinantes. Desejamos dividir com a comunidade acadêmica as informações que se relacionam a uma pessoa e a uma instituição tão importantes para a história do desenvolvimento do estado do Ceará: Antônio Martins Filho e a Universidade Federal do Ceará.

7.1 RESULTADO E DISCUSSÕES

Nessa seção, apresentamos as categorias e subcategorias analisadas e nas seções seguintes (7.2 e 7.3), expomos os instrumentos criados de acordo com o proposto nessa pesquisa de mestrado, os mapas conceituais construídos de acordo com a terminologia arquivística e o repertório, sob o viés da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE (BRASIL, 2006).

Antes de passarmos para os resultados, propriamente, consideramos importante enunciar a forma como procedemos o estudo. Assim, conforme exposto na seção 2, deste trabalho, nos apoiamos na análise de conteúdo de Bardin (2002), quais sejam, pré-análise, exploração e tratamento dos resultados. Entendemos que a metodologia de Bardin (2002) sustenta a nossa análise, pois conforme Henry e Moscovici (1968 apud BARDIN 2002, p. 33), “tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma análise de conteúdo”. Com as cartas do acervo pessoal de Martins Filho, não seria diferente.

Seguindo os passos da análise de conteúdo na pesquisa, na pré-análise, fomos nos organizando. Fizemos a escolha das cartas pessoais, recebidas por Antônio Martins Filho. Nessa escolha, como a quantidade é grande, selecionamos duzentas (200) cartas que, não fossem de familiares. Essa seleção foi assim escolhida porque, há algumas cartas entre a família de Antônio Martins Filho, das quais foi desejo não expô-las sendo assim, essas não foram consideradas na pesquisa.

Assim, a triagem dos documentos para leitura foi feita basicamente, de cartas enviadas por amigos, colegas e conhecidos. Nessa fase também fizemos a formulação das possíveis hipóteses de construção do mapa conceitual e do repertório, através da análise dos assuntos das cartas e dos títulos propostos. Já que, estamos tratando documento a documento, o item documental, foi feita uma análise temática nas cartas, em cada uma delas.

Assim, com base na pré-leitura das cartas, de fontes terminológicas e de descrição de ordem arquivísticas, criamos as categorias e subcategorias do mapa conceitual nessa pré-análise e constatando-se que, essa documentação que foi preservada por Antônio Martins Filho, é do período de 1935 a 2001, sendo estudado um intervalo de tempo de sessenta e seis (66) anos, das duzentas (200) cartas analisadas.

Os resultados desse estudo encontram-se expostos no Quadro 1 com as categorias e subcategorias formuladas para a construção do mapa conceitual, onde as categorias foram

trabalhadas de acordo com os termos pesquisados em glossários e dicionários arquivísticos⁵ e, as subcategorias, foram criadas por nós a partir da análise de cada carta.

Quadro 1 – Categorias encontradas na terminologia arquivística e subcategorias criadas de acordo com a análise realizada nas cartas.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Carta sobre palestra	Palestra sobre política e democracia
Carta de propaganda	Orçamento prévio de Plácido Publicidade e Representações
Carta de publicidade	Poesias para a revista Valor
Carta de comercialização	Pagamento da venda de casa
	Venda de máquinas tipográficas
Carta de agradecimento	Por apoio para estabelecimento da democracia
	Por convites
	Por vitória em eleição
	Por cargo recebido na UFC
	Por título honorário da UFC
	Por doação de revistas Valor e Almanaque do Ceará
	Por doação do livro “Reitor Martins Filho”
	Por bolsa de estudos do curso de Áudio Visuais
	Pelo recebimento do livro “Memórias”
	Por envio do livro sobre a indicação de AMF como personalidade do povo
	Pela publicação do livro “Literatura sem fronteiras”
	Por proporcionar oportunidades a novos autores
	Por viagem a Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro
Carta de intercâmbio de informações científicas	Livro “Cantigas do coração
	Livro “Da liquidez do título de crédito na falência
	Livro “Menoridade-Memórias”
	Livro “Descrição de Fortaleza”
	Livro “Memória Histórica”
	Livro “Seca”
	Livro “Fortaleza descalça”
Livro “O Ceará”	
Carta sobre apresentação	Sobre artista poetiza e declamadora de versos
Carta de pedido de apoio	Para Igreja Matriz Santana
	Pedido de apoio à candidatura a deputado federal
	Autógrafo para pedido de aposentadoria (assinatura isolada precedida ou não de dedicatória)
	Contribuição em dinheiro para o boletim Herdeiros do Porvir
	Para as eleições da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Carta de votação	AMF para “O Cearense do século”
Carta de pedido de emprego	Pedidos de emprego, cargo, função, trabalhos etc.
Carta de elogio	Cinco (5) lições aprendidas com AMF

⁵ (ARQUIVO NACIONAL, 2005; ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DE SÃO PAULO, 2012; CAMARGO; GOULART, 2007)

	Sobre apoio de candidatura de familiar
	Felicidade por conhecer AMF
	Entrada em um movimento com valioso elemento de combate
	Sobre provas de concurso
	Lembranças de quando conheceu o Reitor AMF, após a revolução e a tomada do poder pelos militares, em 1964
	Mérito por AMF ser um criador de Universidades
Carta sobre congresso	Seminário sobre violência urbana
	Quinto (V) Congresso Nacional de Filosofia no Ceará
Carta de distinção honorífica e efeméride	Celebrações póstumas a Alencar
	Indicação do nome de AMF para o dicionário biográfico “WHO’S WHO IN BRAZIL”
	Patrono
	Coroa para homenagem de amigo
	Homenagens oferecidas pela televisão
	Eleição à Reitoria da Universidade do Ceará
	Membro de Honra da Academia Cearense de Farmácia
	Homenagem Jubileu de ouro do IBEU-CE
	Fotografias e plaquetas
	Biografia de AMF para a Enciclopédia “Brasil e brasileiros de hoje (1960)
	Evento da União das Classes Produtoras do Ceará
	Medalha do pacificador
	Título de Cidadão Guarujaense
	Homenagem do Estado de São Paulo
	Homenagem pelos serviços prestados
	Medalha do educador Edilson Brasil Soares
Carta de pedido de desculpas	Por falta de despedida
	Por demora na resposta de carta
	Impontualidade na entrega de casa do bairro Benfica
	Por faltar a um encontro
	Por falta de agradecimento formal
Carta sobre término de mandato	Presidência da Fundação Educacional do Estado do Ceará
Carta sobre partilha	Inventário de lotes de terrenos
Carta de envio	Fotografias de casamento
	Jornal sobre “Desenvolvimento de indústrias no Cariri”
	Documentação sobre o 1º Congresso Brasileiro de Ensino Superior Particular
	Exemplar do boletim Herdeiros do Porvir
	Devolução de passagem
	Acórdão do Instituto Superior de Ensino Celso Lisboa
Carta de pedido de esclarecimento	Recebimento da prestação de venda de casa
	Informação sobre estudos na Alemanha
	Comunicar aniversário de amigo professor
	Envio de fita de vídeo cassete de solenidade Jubileu de Prata
	Sobre período letivo do ensino de Direito
	Recebimento dos livros “Memórias”, “Reitor dos reitores” etc.

	Devolução do livro “Dimensões Espirituais da Espanha e outros temas”
	Sobre notícias locais
	Sobre o Oriente Médio
	Mal entendido sobre estadia
Carta sobre edição	Artigo de Augusto dos Anjos
	Publicações da revista INDIPO da FGV sobre a UFC
Carta de instituição	Contribuição com a UFC, UECE e UNIFOR
	Reconhecimento da Faculdade Maria Magalhães Pinto
	Reconhecimento da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais “Vianna Júnior
Carta de felicitações	Aniversário
	Aniversário de casamento
	Natal
	Ano novo
	Concurso catedrático
	Pelo título “Personalidade do Povo ano 91”
	Pela escrita do livro “O Outro Lado da História”
Carta de viagem	França
	Inglaterra
	Portugal
	Travessia do Atlântico
Carta de pedido de transferência bancária	Transferência de dinheiro
	Sugestão de transferência de dólares
Carta de manifestação de solidariedade	Doença
	Óbito
	Problema
	Perdas
Carta sobre trabalho	Prestação de contas como advogado

Fonte: Elaborado pela Autora.

Com a análise das cartas pessoais recebidas por Antônio Martins Filho, foram criadas vinte e cinco (25) categorias apresentadas na Figura 1, todas relacionadas a termos encontrados em dicionários e glossários de terminologias arquivísticas. A partir dessas categorias, foram produzidos cento e seis (106) subcategorias que, estão apresentadas também na Figura 1, ao lado das categorias. É importante destacar que, as subcategorias são em menor número do que a quantidade das duzentas (200) cartas, devido ter cartas com assuntos repetidos.

Um dos objetivos desse quadro representativo, foi levantar as categorias principais (títulos) dos assuntos gerais encontrados nas cartas a partir dos termos arquivísticos e as subcategorias, que são títulos com mais especificidade de que se tratam cada uma dessas cartas.

Na última e terceira fase da análise, a do tratamento dos resultados obtidos e interpretação, de modo geral, os dados das cartas, foram transformados em dois instrumentos

básicos, um de terminologia e conceitos (mapa conceitual) e outro, uma proposta de indexação arquivística (repertório). “Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos” (BARDIN, 2002, p. 101).

Dessa forma, nessa fase, a análise de conteúdo dos documentos que foi feita nas cartas pessoais recebidas por Antônio Martins Filho, foi realizada com a intenção de se produzir dois documentos (mapa conceitual e repertório representativo da informação arquivística), a partir de documentos primários que são, as próprias cartas, realizando assim, uma análise dos temas, representados no mapa conceitual e na indexação a partir de pontos de acesso (extração de palavras chaves), no repertório criado.

Essa análise documental e a criação desses instrumentos de pesquisa, contribuirá para a busca e recuperação da informação nos documentos sem precisar manusear os originais, o que no arquivo permanente é fundamental já que, esses documentos precisam ser preservados para sempre da melhor forma possível, ao mesmo tempo que, é necessário dar acesso à informação a quem desejar.

No que concerne à memória tanto institucional quanto pessoal, é reconhecido nas cartas que, foram sendo guardadas, com o intuito de contar a história não somente da evolução da educação no estado do Ceará e no Brasil como também, a missão de Antônio Martins Filho como um grande colaborador e criador de Universidades, não somente da Universidade Federal do Ceará, mas, igualmente de outras.

Ainda no contexto das temáticas tratadas nessas cartas, se evidencia a interiorização da UFC e internacionalização através das informações trocadas com gestores de Universidades do Exterior e, alguns intercâmbios internacionais. Reconhecemos assim que a custódia da documentação pelo professor, pode ter sido também com a intenção de preservar a memória e contar a história de uma grande instituição e também, de suas ações enquanto Professor, Reitor e outras que assumiu. Essas foram grandes preocupações do acumulador da documentação, Antônio Martins Filho.

7.2 Aplicabilidade do mapa conceitual nas cartas recebidas do fundo Antônio Martins Filho

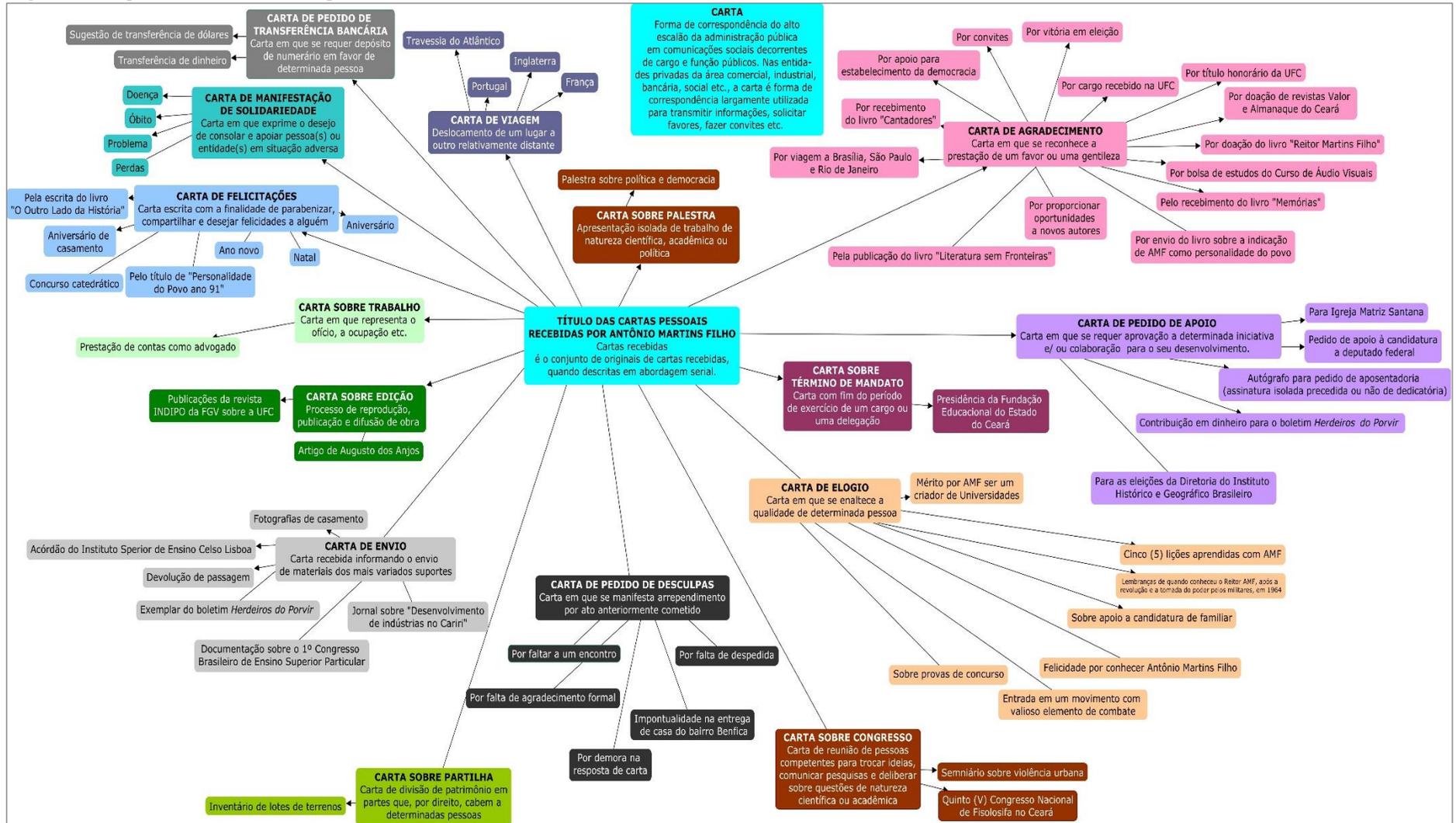
Uma das representações da informação escolhidas para essa pesquisa, foi o mapa conceitual. A metodologia de construção de mapas conceituais é originária dos estudos de Joseph Novak, em meados de 1970 e evidencia o conhecimento estruturado por meio da representação de conceitos. O autor avança suas reflexões e, em parceria com Gowin e defende

que “Un mapa conceptual es un recurso esquemático para representar un conjunto de significados conceptuales incluidos en una estructura de proposiciones [...] ” e se “[...] constituyen una representación explícita y manifiesta de los conceptos y proposiciones” (NOVAK; GOWIN, 1988, p. 33; 38).

Segundo Aguiar e Correia (2013, p. 141), “Os mapas conceituais (MCs) são organizadores gráficos que representam o conhecimento e facilitam a aprendizagem significativa”. Os assuntos são bem diversificados e os termos principais que foram representados no mapa conceitual, de acordo com a terminologia arquivística encontrada, foram vinte e cinco (25), conforme representação feita pela autora, a seguir.

Cada termo (categoria), possui o seu significado representado no mapa conceitual de acordo com a literatura arquivística, encontrados em dicionários e glossários de termos arquivísticos e, as subcategorias, foram encontradas após a análise da documentação. Dos vinte e cinco (25) termos, foram extraídos cento e seis (106) assuntos (subcategorias), de cada carta. Segue, nas Figuras 1 e 2, o mapa conceitual proposto das cartas pessoais recebidas do fundo Antônio Martins Filho.

Figura 1 – Mapa conceitual das cartas pessoais recebidas do fundo Antônio Martins Filho.



Fonte: Elaborado pela autora no programa CmapTools (version 6.04)

Figura 2 – Mapa conceitual das cartas pessoais recebidas do fundo Antônio Martins Filho.



Fonte: Elaborado pela autora no programa CmapTools (version 6.04)

Dentro do conjunto das duzentas (200) cartas pessoais recebidas, há mais de uma referente a um termo, representada no mapa conceitual, assim como, há termos que possuem a relação de somente uma carta. Essa questão é mais analisada no repertório que está na próxima seção (7.3), já que o instrumento se refere à indexação de cada carta pessoal recebida por Antônio Martins Filho.

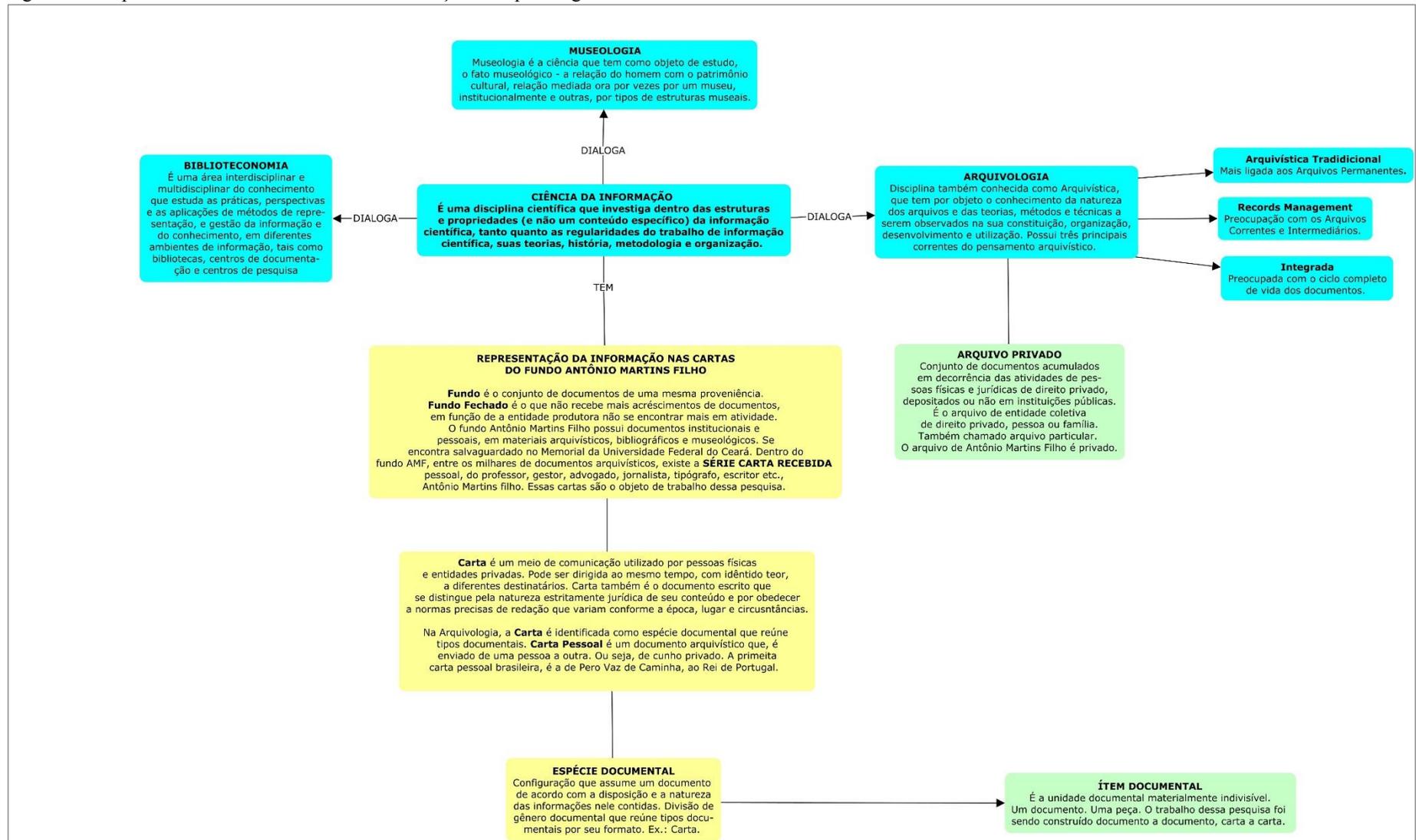
Os achados da pesquisa reivindicam que no campo da Arquivologia, se trabalha a aplicação em torno da relação dos elementos com as atividades institucionais ou pessoais. No caso das cartas recebidas do fundo Antônio Martins Filho, são atividades pessoais que podem se misturar com as institucionais. Tal fato se contata, por se tratar de uma pessoa que teve atuação de destaque em importante instituição pública (a Universidade Federal do Ceará), produzindo e recebendo documentos em função de suas atividades diárias tanto de gestão quanto de docência, pode-se afirmar que essa documentação possui interesse público e social. É necessário lembrar que o arquivo contém também escritos pessoais referentes à sua vida privada e documentos relacionados a outras instituições, além da UFC.

É importante esclarecer que, no arquivo pessoal de Antônio Martins Filho, constam documentos considerados sigilosos, por tratarem de assuntos relacionados à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem do titular. Logo, o acesso a tais documentos deve seguir a legislação referente à matéria. O conjunto documental é de guarda permanente, não sendo passível de eliminação.

No arquivo pessoal de Antônio Martins Filho, há centenas de documentos que contêm informações referentes à UFC e, ao mesmo tempo, se relacionam à sua vida privada. Como exemplo, podemos citar cartas pessoais emitidas por Antônio Martins Filho à esposa e entre outros familiares, parentes e amigos, em viagens de férias ao exterior, em que, entre outros assuntos de ordem pessoal, cita o fato de ter conseguido a verba que desejava para a UFC. Nos diários, há menção a almoços em casa com pessoas próximas, que se configuraram em situações nas quais o servidor público conseguiu apoio institucional para a Universidade. Constam ainda documentos de finanças, memorandos e ofícios de projetos pessoais, como o Programa Editorial da Casa de José de Alencar, que beneficiou a Universidade, os autores das obras e seus familiares, e também a comunidade cearense. Esses são alguns exemplos de como um arquivo pessoal pode conter várias informações de interesse público.

Para complementar os estudos de conceitos, foi também criado um mapa conceitual sobre Ciência da Informação e Arquivologia, conforme Figura 3.

Figura 3 – Mapa conceitual sobre Ciência da Informação e Arquivologia.



Fonte: Elaborado pela autora no programa CmapTools (version 6.04)

7.3 Repertório representativo da informação arquivística nas cartas recebidas por Antônio Martins Filho

Repertório é um instrumento arquivístico, de descrição documental, que serve à pesquisa. Ele analisa peças avulsas, ou seja, documento a documento, no caso dessa pesquisa, carta por carta. De acordo com o dicionário brasileiro de terminologia arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 147), repertório é o “instrumento de pesquisa no qual são descritos pormenorizadamente documentos, pertencentes a um ou mais fundos e/ou coleções, selecionados segundo critérios previamente definidos”.

O repertório também pode ser chamado de catálogo por alguns estudiosos, conforme apresentamos no capítulo três dessa pesquisa “relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada peça integrante de uma unidade de arquivamento é descrita” (MIGUÉIS, 1976 *apud* BELLOTO, 2004, p. 212). Mas o importante, é entender que o repertório é um instrumento de pesquisa de documentos selecionados para a descrição arquivística e dar acesso aos documentos sem necessitar ter a aproximação a esses, com o intuito de preservação documental dos acervos permanentes arquivísticos.

Conforme o que foi exposto na seção 3 (três) que discorre sobre a representação, entendemos que o repertório é um instrumento de representação indexical arquivístico das duzentas (200) cartas que foram analisadas nesse trabalho de mestrado.

Lembrando que na Arquivologia, a indexação ou representação indexical tem sua gênese no século XIX, no âmbito da administração de arquivos públicos na França. Hoje, a indexação é um processo bem mais elaborado e estudado. O repertório em questão, é formado pelos seguintes itens representativos, mostrados no Quadro 2, de acordo com a NOBRADE.

Quadro 2 – Elementos das cartas pessoais recebidas por Antônio Martins Filho

Código de Referência	Código elaborado de acordo com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G), destinado a identificar qualquer unidade de descrição
Título (atribuído)	Título dado pelo arquivista para uma unidade de descrição
Data (de produção)	Elemento de identificação cronológica pelo qual se indica a data em que o documento foi produzido
Local	Localidade em que o documento foi produzido
Dimensão	Identificação das dimensões físicas ou lógicas da unidade de descrição

Pontos de acesso	Elemento de informação, termo ou código que, presente em unidades de descrição, serve à pesquisa, identificação ou localização de documentos
------------------	--

Fonte: Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE (BRASIL, 2006).

Segue, no Quadro 3, um modelo criado de repertório das cartas do fundo Antônio Martins Filho. É necessário compreender que, os mapas conceituais e o repertório, se complementam, estão relacionados conforme pode ser estudado. No geral, os dois mapas conceituais representam os termos arquivísticos encontrados nas cartas, de acordo com conceitos da Arquivologia e o repertório trata principalmente de palavras chaves (pontos de acesso) para a recuperação da informação arquivística, além de outras categorias baseadas na NOBRADE, como: código de referência da instituição, título atribuído nas cartas, data de criação das cartas, local de produção e dimensão (BRASIL, 2006). Segue o repertório das cartas:

Quadro 3 – Repertório representativo da informação arquivística nas cartas recebidas por Antônio Martins Filho (1935-2001)

Código de Referência	Título	Data	Local	Dimensão	Pontos de Acesso
BR CEUFC AMF.CR.01	Informação sobre a concessão da medalha do pacificador	17/10/1983	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Concessão de Medalha do pacificador; Admiração pelo reitor; Registre-se o fato para a História.
BR CEUFC AMF.CR.02 BR CEUFC AMF.CR.21 BR CEUFC AMF.CR.30 BR CEUFC AMF.CR.53 BR CEUFC AMF.CR.64 BR CEUFC AMF.CR.78 BR CEUFC AMF.CR.94 BR CEUFC AMF.CR.146 BR CEUFC AMF.CR.155 BR CEUFC AMF.CR.156 BR CEUFC AMF.CR.196	Informação de recebimento e leitura do livro “Memórias: Maioridade – Tomo I”	14/10/1993	Salvador-BA, Brasil	1 folha	Livro referente à maioria de Antônio Martins Filho; Reconstituição do passado; Desenvolvimento do Nordeste.

BR CEUFC AMF.CR.03	Homenagem e reconhecimento pelos serviços prestados à Universidade Metodista de Piracicaba e à educação brasileira	01/04/1976	Piracicaba-SP, Brasil	1 folha	Conselheiro da Universidade Metodista de Piracicaba; Conselheiro da educação brasileira; Diploma de homenagem especial do Instituto Educacional Piracicabano; Homenagem pela instalação da Universidade Metodista de Piracicaba.
BR CEUFC AMF.CR.04	Notificação que foi eleito Membro Honra / da Academia Cearense de Farmácia	03/08/1983	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Notificação de eleição de membro de honra; Preclaro Mestre; Membro de honra; Sodalício Farmacêutico.
BR CEUFC AMF.CR.05	Resposta sobre carta de recomendação pedindo para contratação no Banco do Nordeste do Brasil	14/03/1957	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Negação do BNB sobre pedido de contratação de amigo;
BR CEUFC AMF.CR.06	Negação de reintegração de conhecido ao Banco de Crédito da Amazônia S.A.;	09/04/1960	Belém-PA, Brasil	2 folhas	Negação de reintegração ao Banco de Crédito da Amazônia S.A.; Atos de indisciplina;
BR CEUFC AMF.CR.07	Notícias locais e do Oriente Médio	12/06/1967	Fortaleza-CE, Brasil	2 folhas	Informação sobre renúncia do vice-reitor para assuntos culturais; Informação sobre a morte de Walter Bezerra Sá e a luta titânica de Dolor Barreira; Novidades; Junho: chuvas esparsas; Falta de verba para o pagamento de material; Fragmentação universitária numa série de reitoreszinhos.
BR CEUFC AMF.CR.08	Encomenda de coroa para homenagem de amigo	29/07/2000	Salvador-BA, Brasil	1 folha	Compra de coroa; Envio de recibo de pagamento de coroa; Troca de favores; Inclusão das memórias de

					Gustavo Barroso na Coleção Alagadiço Novo; Cumprimento para o Jarbas; Coleção Alagadiço Novo; Memórias de Gustavo Barroso.
BR CEUFC AMF.CR.09	Devolução de originais de livro, após revisão	02/05/1996	Salvador-BA, Brasil	1 folha	Revisão do Livro “Dimensões espirituais da Espanha e outros temas”; Inclusão de dedicatória; Elogios à capa de livro.
BR CEUFC AMF.CR.10 BR CEUFC AMF.CR.18	Informação de início de período letivo	01/10/1944	Rio de Janeiro-RJ Brasil	1 folha	Informação de recebimento de carta; Informação sobre período letivo de ensino de Direito Comercial Aeronáutico; Bacharelado.
BR CEUFC AMF.CR.11	Informação de envio de fita de vídeo cassete	06/10/1997	Guarujá-SP, Brasil	1 folha	Registro de solenidade do Jubileu de prata; Cerimônia da Faculdade de Educação Ciências e Letras Don Domênico; Cerimônia simples; Agradecimento por bondade de Antônio Martins Filho.
BR CEUFC AMF.CR.12	Parabéns pelo aniversário	22/12/1980	Guarujá-SP, Brasil	3 folhas	Envio de presente atrasado; Pedido de desculpas do atraso no envio do presente; Abraço; Votos de saúde e felicidades pelo aniversário.
BR CEUFC AMF.CR.13 BR CEUFC AMF.CR.120 BR CEUFC AMF.CR.184	Pedido de livro “Da liquidez do título de crédito na falência”	11/03/1958	São Paulo- SP, Brasil	1 folha	Livro “Da liquidez do título de crédito na falência” não encontrado na livraria; Pedido de envio do livro “Da liquidez do título de crédito na falência”; Agradecimento

BR CEUFC AMF.CR.185					
BR CEUFC AMF.CR.14	Reconhecimento de amizade importante	27/11/1999	Mogi das Cruzes-SP, Brasil	2 folhas	Abençoada ventura em conhecer Antônio Martins Filho no Conselho Federal de Educação; Reconhecimento de que Antônio Martins Filho é uma reserva moral da Pátria; Dom Divino que Antônio Martins Filho possui.
BR CEUFC AMF.CR.15	Entrada consciente em movimento com valioso elemento de combate	22/07/1935	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Felicidade por Antônio Martins Filho entrar no movimento; Entrada consciente na doutrina; Trabalho em prol de uma nobre causa; Envio do livro “Quarto Império” pelo correio.
BR CEUFC AMF.CR.16	Resposta de carta sobre concurso	11/11/1955	Manaus-AM, Brasil	2 folhas	Pedido de desculpas por demora de resposta de carta; Provas de concurso catedrático; Tese enviada para Antônio Martins Filho; Comunicação de falecimento de tia.
BR CEUFC AMF.CR.17	Comunicar aniversário do professor Hermann M. Görgen	30/11/1978	Berlim [?], Alemanha	1 folha	Aniversário de 70 anos do professor Hermann M. Görgen; Planejamento de várias homenagens e festas; Dedicção de Hermann M. Görgen ao Brasil há 37 anos; Envio de um curto currículo de Hermann M. Görgen.
BR CEUFC AMF.CR.18	Resposta de carta sobre transferência de dinheiro e viagem	08/03/1963	Munique, Alemanha	2 folhas	Informação de recebimento de carta; Entusiasmo e amor dedicado à Universidade Federal do Ceará; Primeiro assunto da carta: sugestão

					de transferência dos dólares para o banco Deutsche Bank-München; Segundo assunto da carta: viagem a Munique.
BR CEUFC AMF.CR.19	Notícias de estudos na Alemanha	05/02/1963	Munique, Alemanha	2 folhas	Término de primeiro semestre na Universidade de Munique; Suspensão do curso de Alemão; Proveitos na viagem após últimas nuvens da incerteza e do temor; Informação de convite do governo Alemão a Antônio Martins Filho e Dona Maria para visita a Bundesrepublic.
BR CEUFC AMF.CR.20	Agradecimento por bolsa de estudos do Curso Áudio Visuais	30/07/1962	São Paulo- SP, Brasil	3 folhas	Concessão de bolsa de estudos do Curso de Áudio Visuais; Atuação de gestão segura de Antônio Martins Filho nas causas da Universidade do Ceará; Carta relatório do Curso de Áudio Visuais; Primeiro curso de Áudio Visuais realizado no Brasil.
BR CEUFC AMF.CR.21	Reconhecimento e agradecimento por remessa do livro "Memórias"	28/01/1998	Crato-CE, Brasil	1 folha	Alegria em receber o livro Memórias; Dom que o livro Memórias tem de alertar para a realidade vivida do imediatismo; O livro Memórias expressa a consciência de quem soube fazer história;
BR CEUFC AMF.CR.23	Felicitações pelo aniversário	23/12/1996	Fortaleza	1 folha	Cumprimentos do Instituto do Ceará; Aniversário de Antônio Martins Filho dia 22 de dezembro; Solidariedade do Instituto do Cará

					pelo estado de saúde de Dona Maria; Abraço sincero dos companheiros do Instituto do Ceará.
BR CEUFC AMF.CR.24	Pedido de autógrafo (assinatura) para aposentadoria	26/11/1958	Fortaleza-CE, Brasil	2 folhas	Envio de atestado para ser assinado por Antônio Martins Filho; Documento para solicitação de aposentadoria; Reunião de outros documentos a fim de levá-los todos para reconhecimento de firma;
BR CEUFC AMF.CR.25 BR CEUFC AMF.CR.61	Pedido de favor	01/05/1965	Fortaleza-CE, Brasil	7 folhas	Contar uma verdade a Antônio Martins Filho sobre a Opereta “A Valsa Proibida”; Pedido de paciência para a leitura da carta; Expulsão do regente da orquestra Henrique Jorge; Pedido de mediação a Antônio Martins Filho para se posicionar contra a injustiça da demissão de Gustavo Tichy, da Opereta “A Valsa Proibida”.
BR CEUFC AMF.CR.26	Envio de documentação	01/06//1978	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Envio da documentação do 1º Congresso Brasileiro de Ensino Superior Particular; Desejo de colaboração com as autoridades educacionais; Antônio Martins Filho sendo convidado na qualidade de honra para o 1º Congresso Brasileiro de Ensino Superior Particular.
BR CEUFC AMF.CR.27 BR CEUFC AMF.CR.54	Envio de fotografias	04/05/1957	Nova York- EUA	1 folha	Fotografias de casamento do filho; Votos de felicidades pelo casamento do filho; Saudações à esposa.

BR CEUFC AMF.CR.88					
BR CEUFC AMF.CR.28	Resposta de telefonema e envio de documento	26/01/1994	Salvador-BA, Brasil	1 folha	Investigação na Biblioteca Central da UFBA, na Biblioteca do Instituto de Letras e no Centro de Estudos Portugueses; Não foram ainda impressos os Anais do IV Colóquio Luso-Brasileiro; Envio de xerox da ata do Conselho Universitário da Universidade da Bahia.
BR CEUFC AMF.CR.29	Envio de recorte de jornal	08/04/1963	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Recorte de Jornal sobre “Desenvolvimento de indústrias no Cariri”; Pedido a Antônio Martins Filho para fazer anotações de omissões da matéria; Aguarda uma palavra de Antônio Martins Filho.
BR CEUFC AMF.CR.30	Agradecimento por doação de livro “Memórias: Maioridade-Tomo I”	16/10/1993	Sem local	1 folha	Leitura do livro Memórias Maioridade – Tomo I; Escrita de Antônio Martins Filho, com alma e coração; Aguarda a publicação do livro Memórias Maioridade-Tomo II.
BR CEUFC AMF.CR.31	Propaganda	18/09/1992	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Orçamento prévio de Plácido Publicidade e Representações; Empresa informatizada; Imprensa Oficial do Ceará; Muitas vantagens na hora da consulta.
BR CEUFC AMF.CR.32 BR CEUFC	Resposta de carta de distinção honorífica e efeméride	11/09/1997	Guarujá-SP, Brasil	1 folha	Solicitação de documentos de Antônio Martins Filho; Material sobre o título de Cidadão

AMF.CR.62 BR CEUFC AMF.CR.101 BR CEUFC AMF.CR.113 BR CEUFC AMF.CR.124 BR CEUFC AMF.CR.141 BR CEUFC AMF.CR.151					Guarujaense; Cópia da ata da sessão do evento na Câmara Municipal de Guarujá.
BR CEUFC AMF.CR.33	Agradecimento por envio do livro sobre a indicação de Antônio Martins filho como personalidade do povo	23/04/1992	Crato-CE, Brasil	1 folha	Levantamento iconográfico; Livro considerado uma obra prima; O livro representa uma fonte de consulta; Planejamento de ir à posse de amigo na Academia Cearense de Letras.
BR CEUFC AMF.CR.34	Explicação de mal entendido sobre estadia	14/08/1989	Bonn, Alemanha	1 folha	Estadia de reitor da UFC; Sente muito não poder receber o reitor da UFC em Bonn e Colônia; Indicação de uma pessoa para a recepção do reitor da UFC e sua esposa.
BR CEUFC AMF.CR.35	Agradecimento por publicação de livros	19/02/1990	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Publicação do livro “Literatura sem fronteiras”; Publicação de livro sobre José de Alencar; Agradecimento por festa no salão nobre da Universidade”; Agradecimento por almoço no jardim da Casa de José de Alencar;
BR CEUFC AMF.CR.36	Envio de exemplar de boletim	21/11/2000	São Paulo-SP, Brasil	1 folha	Envio de Boletim “Herdeiros do Porvir”; Publicação do Boletim

					“Herdeiros do Porvir”; Pedido de ajuda para o Boletim “Herdeiros do Porvir”.
BR CEUFC AMF.CR.37	Pedido de apoio para boletim	12/04/2001	São Paulo- SP, Brasil	1 folha	Pedido de apoio para o Boletim “Herdeiros do Porvir”; Sucesso da causa monárquica no Brasil; Donativo para ajudar na batalha das famílias brasileiras conscientes na mudança dos rumos do país.
BR CEUFC AMF.CR.38	Agradecimento pela missão de Cirineu	04/02/1957	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Sentimentos de gratidão pelo cargo na UFC; O nome de Antônio Martins Filho sempre falado em palestras; Necessidades do seu pobre amigo e ministro.
BR CEUFC AMF.CR.39	Homenagem por gestão administrativa	12/11/1975	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Antônio Martins Filho presidente da União das Classes Produtoras do Ceará; Congratulações pelo evento realizado; Homenagens da União das Classes Produtoras do Ceará a Antônio Martins Filho.
BR CEUFC AMF.CR.40	Agradecimento por aceitação de título e patrono	12/12/1975	Guarulhos- SP, Brasil	1 folha	Antônio Martins Filho para patrono da primeira turma da Faculdades Integradas de Guarulhos; Antônio Martins Filho considerado ter um linguajar estudantil; Desejos de um bom Natal e feliz ano novo .
BR CEUFC AMF.CR.41 BR CEUFC	Amizade e candidatura	10/07/1990	Fortaleza-CE, Brasil	3 folhas	Candidatura do genro de Antônio Martins Filho; Falta de apoio à Candidatura do genro de Antônio

AMF.CR.43					Martins Filho; Mandato de presidente do Instituto;
BR CEUFC AMF.CR.42	Agradecimento e apresentação de trabalho	06/09/1996	Barbalha-CE, Brasil	3 folhas	Espera por plaquete que ainda não chegou; Escolas municipais de Cariri querem cópias de oração; Homenagem a Antônio Martins Filho no próximo quadriênio administrativo de Barbalha.
BR CEUFC AMF.CR.43	Amizade	21/04/1977	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Vontade de dar um abraço em Antônio Martins Filho; Envio de um abraço em Dona Maria também; Desejos de felicidades para o casal;
BR CEUFC AMF.CR.44	Informação de recebimento de livro “Memórias: Maturidade”	23/02/1998	Barbalha-CE, Brasil	1 folha	Memórias da maturidade de Antônio Martins Filho; Antônio Martins Filho chamado de Homem de letras; Vontade de rever Antônio Martins Filho;
BR CEUFC AMF.CR.45	Informação de recebimento de carta e livro “O Reitor dos Reitores”	15/03/1992	Teresina-PI, Brasil	1 folha	Recebimento de carta de 28/02/1992; Recebimento de seis exemplares do livro “O Reitor dos Reitores; Colegas da antiga Faculdade de Direito do Piauí.
BR CEUFC AMF.CR.46	Agradecimento por recebimento de revista Valor	04/09/1947	Santos Dumont-MG, Brasil	1 folha	Recebimento do número da revista Valor; Envio de peças poéticas para escolha com destino à publicação da revista Valor; Revista Valor se tornou uma publicação mensal;
BR CEUFC AMF.CR.47	Amizade e lembranças	20/05/1991	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Oportunidade de conhecer Antônio Martins Filho logo após a revolução de 1964; Tomada do poder pelos

					militares; Reitor da Universidade Federal do Ceará; Embarque de um ministro no mesmo avião.
BR CEUFC AMF.CR.48	Pedido de emprego	02/03/1962	Barbalha-CE, Brasil	2 folhas	Estadia na vizinha cidade Juazeiro; Nomeação de conhecida na Escola Técnica; Palavras de Antônio Martins Filho: “o que depender de mim, farei”.
BR CEUFC AMF.CR.49	Resposta de carta de amizade	28/06/1955	Paris, França	2 folhas	Cearense diplomado pela Sorbonne; Recibo de transferência de 150.000 francos para o Sr. Bertrand Bous; Licença suspensa; Felicitações a Antônio Martins Filho pela eleição à reitoria da Universidade do Ceará.
BR CEUFC AMF.CR.50 BR CEUFC AMF.CR.195	Informações de viagem	02/10/1980	Londres, Inglaterra	1 folha	Visita à Universidade de ESSEX; Envio do vinho prometido a Antônio Martins Filho; Ida para Paris no dia seguinte a noite.
BR CEUFC AMF.CR.51	Pedido de desculpas por demora da carta	27/11/1984	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	2 folhas	Trabalhando sozinho na Federação Faculdades Celso Lisboa; Vida tumultuada com o nascimento da filha; Comunicar a chegada de mais uma herdeira.
BR CEUFC AMF.CR.52	Pedido de posicionamento de textos em livro	05/08/1999	Lisboa, Portugal	1 folha	Primeiro texto do livro seja a página em que se despede da carreira diplomática; Segundo texto do livro seja o artigo intitulado “O achamento do Brasil”; Gratidão a Antônio Martins Filho por sua gratidão.

BR CEUFC AMF.CR.53	Informação de recebimento de livro “Memórias Menoridade-Tomo I”	24/04/1991	Lisboa, Portugal	1 folha	Primeiro volume de memórias; Menoridade- Grande obra; Ensino superior no Ceará.
BR CEUFC AMF.CR.54	Informação de recebimento de cartas e documentos	18/02/2000	Lisboa, Portugal	1 folha	Recebimento de carta; Recebimento de Fotografias e seis plaquetas; Condecoração de Antônio Martins Filho; Abraço do discípulo e admirador de Antônio Martins Filho.
BR CEUFC AMF.CR.55 BR CEUFC AMF.CR.66	Informação de recebimento de vários livros	19/12/1992	Lisboa, Portugal	1 folha	Livro “Memória Histórica”; Livro “Descrição de Fortaleza”; Livro “Seca”; Livro “Fortaleza Descalça”.
BR CEUFC AMF.CR.56 BR CEUFC AMF.CR.57	Agradecimento por recebimento de cartão	21/03/1991	Lisboa, Portugal	1 folha	Cartão acompanhado de cópia de carta; Felicidade com a contribuição dos estudos sobre Augusto dos Anjos;
BR CEUFC AMF.CR.57	Informação de recebimento de cartão	11/08/1981	Lisboa, Portugal	1 folha	Prazer e honra em cumprimentar Antônio Martins Filho em Lisboa; Informação de cartão recebido com atraso; Informação de envio de carta anexada.
BR CEUFC AMF.CR.58	Palestras	28/10/1955	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Telegrama convidando Djacir a estudar no Maranhão; Possibilidade de ministrar palestra sobre política e democracia em Fortaleza; Possibilidade de ministrar palestra sobre processo democrático e pensamento científico em Fortaleza.

BR CEUFC AMF.CR.59 BR CEUFC AMF.CR.69 BR CEUFC AMF.CR.197	Edição	Sem data	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Djacir reassumiu as tarefas de direção da revista INDIPO/FGV; Desejo de lançamento do livreco “O mundo como diálogo e provocação”; Escrita de algumas resenhas para publicação sobre a Universidade que Antônio Martins Filho construiu;
BR CEUFC AMF.CR.60	Informação sobre atual edição de livro	09/11/1989	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Prefácio da terceira edição de livreco; Patrocínio para o livreco do reitor, saindo da Universidade que ele criou; Ideia de falar no livreco sobre a significação cultural da Universidade.
BR CEUFC AMF.CR.61	Felicitação de ano novo	02/12/1959	México	1 folha	Desejos de felicidades para Antônio Martins Filho e Dona Maria; Pedido feito de amigo para amigo, na qualidade de avô; Pedido de que seja lançado os olhos reitoriais e a mão promotora de ascensões, ao filho de Djacir.
BR CEUFC AMF.CR.62	Distinção honorífica e efeméride	27/10/1980	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Associação Cearense de Imprensa; Aprovação de um voto de regozijo, a outorga de Medalha do Educador Edilson Brasil Soares a Antônio Martins Filho; Merecimento por serviços prestados à causa do ensino no Ceará.
BR CEUFC AMF.CR.63	Convite para a posse dos eleitos na Associação Cearense de	29/08/1995	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Posse dos eleitos da Associação Cearense de Imprensa; Data da

	Imprensa				posse dos eleitos será na mesma da criação da “Gazeta do Rio”: 10 de setembro; O “Gazeta do Rio” foi o primeiro jornal editado no Brasil.
BR CEUFC AMF.CR.64	Informação de recebimento dos livros “Memórias: Menoridade, Maioridade Tomos I e II e Maturidade	29/01/1998	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Livros demonstram a vida de realizações de Antônio Martins Filho; Orgulho em ver o nome citado quatro vezes nos livros de AMF; Desejos de que a Coleção Alagadiço Novo chegue na edição 200ª (ducentésima) no ano de 1998.
BR CEUFC AMF.CR.65	Escrita feita sobre livro	28/06/1958	Bahia-BA, Brasil	1 folha	Pedido que após ler a escrita sobre o livro “Um dia ruim e outro não”, entregar ao autor;
BR CEUFC AMF.CR.66	Recebimento de livro	19/05/1980	Recife-PE, Brasil	1 folha	Recebimento do livro “Autonomia das Universidades Federais”; Livro “Autonomia das Universidades Federais” editado para as comemorações do Jubileu de Prata da UFC. Agradecimento
BR CEUFC AMF.CR.67	Homenagem em conjunto	22/10/1998	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	4 folhas	Releitura do livro sobre memórias de criança; Ideia de homenagem em conjunto; Admiração por vitalidade e coragem de Antônio Martins Filho.
BR CEUFC AMF.CR.68	Nota de pesar	12/12/1965	Sem local	1 folha	Sentimentos de pesar por morte da mãe Dona Toinha; Vida de Dona Toinha como autêntica cristã; Informa que não se esqueceu dos favores prestados ao irmão.

BR CEUFC AMF.CR.69 BR CEUFC AMF.CR.100	Edição e aniversário	21/12/1938	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Pergunta sobre como anda o livro? Nota final explicativa sobre o livro de que a composição começou em 1938 mas a distribuição só se fará em 1939; Felicitação pelo trigésimo quarto aniversário natalino de Antônio Martins Filho.
BR CEUFC AMF.CR.70	Pedido de envio de versos e livros	13/06/1939	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Dia do santo onomástico de Antônio Martins Filho; Pedido de versos; Envio de revista das Academias das Letras; Pedido de novos dez exemplares de livro.
BR CEUFC AMF.CR.71	Viagem a Londres	03/06/1977	Londres, Inglaterra	3 folhas	Informação de recebimento de carta; Comunicação com a Casa do Brasil sobre a ida de Antônio Martins Filho para Londres; Sugestão de viajar no dia da Conferência mundial sobre Educação;
BR CEUFC AMF.CR.72	Informação sobre a vida e viagem Europa	20/09/1952	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	2 folhas	Informação de recebimento de carta; Informação de que está atarefado com a futura operação da mãe; Soube da viagem ao Velho Mundo de Antônio Martins Filho e Dona Maria;
BR CEUFC AMF.CR.73	Agradecimento sobre oferta de viagem	28/08/1960	Aracati-CE, Brasil	1 folha	Feliz encontro em Russas; Agradecimento pela oferta de viagem para Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo; Desejos de que Antônio Martins Filho continue à frente da nossa Universidade.

BR CEUFC AMF.CR.74	Felicitação por concurso catedrático	04/11/1945	Cascavel-CE, Brasil	1 folha	Abraço afetuoso pelo concurso; Diz que Antônio Martins Filho é um talento equilibrado; Rápida ascensão dos irmãos de Antônio Martins Filho; Felicitações à Faculdade de Direito com a aquisição de um tal catedrático.
BR CEUFC AMF.CR.75	Pedido de contribuição para Igreja	Mar./1960	Luís Gomes- RN, Brasil	1 folha	Estado precário da Igreja Matriz; Esforço e generosidade para a Igreja Matriz; Filhos e devotos da Padroeira Santana; Devoto fervoroso.
BR CEUFC AMF.CR.76 BR CEUFC AMF.CR.84	Comercialização	23/03/1956	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Recebimento da primeira prestação referente à venda de casa; Adiantamento do imposto da casa vendida; Pedido de desculpas por desencontro no Rio de Janeiro; Agradecimento por gentileza no negócio da casa vendida.
BR CEUFC AMF.CR.77	Devolução de passagem de afilhada	17/12/1984	Brasília-DF, Brasil	1 folha	Carta com informação de devolução de passagem; Festividades de 80 anos de Antônio Martins Filho; Impossibilidade de viajar.
BR CEUFC AMF.CR.78	Recebimento do livro Memórias- Maturidade	04/02/1998	Salvador-BA, Brasil	1 folha	Agradecimento pelo belo exemplar do livro “Memórias Maturidade”; A leitura do livro “Memórias Maturidade” será com maior atenção.
BR CEUFC AMF.CR.79	Envio de acórdão	26/11/1984	Brasília-DF, Brasil	1 folha	Envio de acórdão de interesse do Instituto Superior de Ensino Celso

					Lisboa; Direito; Agradecimento pela cópia “A Jurisprudência como fonte criadora do Direito”.
BR CEUFC AMF.CR.80	Encontro com amigo	13/05/1966	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Viagem impossibilitou o encontro; Notícias do regresso de Antônio Martins Filho ao Ceará; Na volta da Europa, fará uma escala em Fortaleza.
BR CEUFC AMF.CR.81	Agradecimento por envio de livros	26/02/1947	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Recebimento de batelada de livros e revistas; Um dos livros recebido: O Ceará;
BR CEUFC AMF.CR.82	Carta de propaganda	11/09/2000	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Informação de recebimento de um container das Arábias; Recebimento de tapetes orientais de qualidade indubitável e preços inacreditáveis; Criação do mês do mercado persa em setembro.
BR CEUFC AMF.CR.83	Pedido de favor sobre cargo público	08/01/1955	Manaus-AM, Brasil	2 folhas	Justificativa de atraso na escrita da carta; Solicitação de ajuda a Antônio Martins Filho, em relação à nomeação para o Ministério da Educação e Cultura; Recomendação à Dona Maria.
BR CEUFC AMF.CR.84	Comercialização	09/04/1957	Juazeiro do Norte-CE, Brasil	1 folha	Compra e venda de máquinas tipográficas; Pergunta sobre o preço de máquinas tipográficas; Agradecimento por envio de telegrama.
BR CEUFC AMF.CR.85	Agradecimento por envio de livro “O Reitor Martins Filho”	29/05/1975	Rio de Janeiro-RJ,	2 folhas	Recebimento do livro “O Reitor

BR CEUFC AMF.CR.150			Brasil		Martins Filho”; Amizade fraternal da família Martins; Agradecimento pelo apoio para estabelecimento da democracia.
BR CEUFC AMF.CR.86	Agradecimento por recebimento de livro	11/05/1979	São Paulo- SP, Brasil	1 folha	Recebimento de 40 exemplares do livro “A presença da poesia no mundo dos negócios”; Incorporação do livro “A presença da poesia no mundo dos negócios”, no acervo da biblioteca; Saudações à esposa.
BR CEUFC AMF.CR.87	Agradecimento por título honorário da Universidade do Ceará	04/05/1964 [?] seria a data da tradução	Inglaterra	1 folha	Retorno à Inglaterra; Visita recente ao Brasil; Agradecimento pela amabilidade, hospitalidade e recebimento de título honorário da Universidade do Ceará.
BR CEUFC AMF.CR.88	Agradecimento por recebimento de fotografias e relatórios	04/05/1964	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Viagem ao Sul do país; Recebimento de álbum de fotografias da Universidade do Ceará; Recebimento dos exemplares da “Problemática da Universidade”; Leitura e “Atividades de 1963.
BR CEUFC AMF.CR.89	Questionário de plano de bolsas da OEA	25/06/1969	Belo Horizonte- MG, Brasil	1 folha	Receptividade na UFMG do questionário de plano de bolsas da OEA; Pedido de material para o ponto de partida para a pós-graduação na UFMG.
BR CEUFC AMF.CR.90	Agradecimento por bolsa de estudos	22/01/1996	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Agradecimento por bolsa de estudos na Faculdade Celso Lisboa; Aprovação em 20º lugar no vestibular; Bolsa de estudos

					concedida em valor integral.
BR CEUFC AMF.CR.91	Pedido de apoio	22/11/1999	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Pedido de apoio para Diretoria do IHGB; No programa de 1995/96, possuem itens cumpridos e outros em andamento; Solicitação da confiança do caro confrade para continuar à frente da Casa da Memória Nacional .
BR CEUFC AMF.CR.92	Agradecimento	06/04/1942	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Recebimento da revista Valor e Almanaque do Ceará; Revista Almanaque se tornará elemento precioso aos estudiosos; Difusão na propaganda do Ceará.
BR CEUFC AMF.CR.93	Resposta de carta sobre renúncia	13/03/1979	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Resposta sobre renúncia de mandato de presidente da Fundação Educacional do Estado do Ceará; Término do exercício do Governo do Estado; Vitoriosa implantação da Universidade Estadual.
BR CEUFC AMF.CR.94	Agradecimento por recebimento do livro Memórias: Maioridade-Tomo II	13/01/1995	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Obra prima do gênero em língua portuguesa; Estudo sobre a evolução da Universidade no Brasil; Livro Memórias: Maioridade-Tomo II possui 499 páginas.
BR CEUFC AMF.CR.95	Agradecimento por oportunidade de livro escrito	15/10/1993	Fortaleza-CE, Brasil	3 folhas	Cinco capítulos escritos graças a Antônio Martins Filho; Mania de oferecer oportunidade a novos autores; Livro “Memórias Maioridade é um exemplo de luta pela vida.

BR CEUFC AMF.CR.96	Apoio para candidatura a deputado federal	11/03/1982	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Volta à Terra Natal; Escrita de dezoito livros durante os anos de exílio; Pedido de apoio à candidatura a deputado federal.
BR CEUFC AMF.CR.97	Agradecimento por doação de livro	20/04/1992	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Livro Memória Histórica-Personalidade do Povo; Doação do livro ao Instituto Brasileiro-Estados Unidos; Livro para a Biblioteca George Whashington.
BR CEUFC AMF.CR.98	Agradecimento por doação de livro	09/07/1991	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Ilustre e presado sócio fundador; Doação de seis livros à biblioteca do IBEU-CE; Biblioteca George Washington.
BR CEUFC AMF.CR.99	Agradecimento por doação de livro	23/01/1984	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	2 folhas	Recebimento de nove livros da autoria de Antônio Martins Filho; Vida bem documentada e de grande valor para o Ceará e o país; Plaquete “Tempos Heróicos” incluso na Coleção Alagadiço Novo.
BR CEUFC AMF.CR.100	Felicitação pelo aniversário	22/12/1994	Crato-CE, Brasil	2 folhas	Noventa anos; Comemoração da grande festa da vida; A marcha de Antônio Martins Filho em direção à luz;
BR CEUFC AMF.CR.101	Distinção honorífica e efeméride	01/07/1993	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Cinquenta anos de existência do IBEU-CE; Extensa programação dos cinquenta anos de existência do IBEU-CE; Justa homenagem a Antônio Martins Filho.
BR CEUFC	Ajuda para divulgação de livro	10/07/1984	Rio de	2 folhas	Pedido de colaboração; Palavras

AMF.CR.102			Janeiro-RJ, Brasil		sobre o livro que a estimularam; Pedido de favor para divulgação no Ceará, do poeta Augusto dos Anjos.
BR CEUFC AMF.CR.103	Leitura dos livros de Memória	19/10/1998	Crato-CE, Brasil	1 folha	Leitura do último livro “Memórias: Maturidade”; Memórias de 1.800 páginas, antológicas; Capítulos da história da Universidade Regional do Cariri-URCA.
BR CEUFC AMF.CR.104	Resposta de convite	14/06/1984	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Envio de originais do trabalho “Bumba meu boi”; Envio de 11 cópias de crônicas publicadas em jornal; Escolha entre o livro e as crônicas.
BR CEUFC AMF.CR.105	Publicação de livro	26/12/1984	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Homenagens dos cearenses a Antônio Martins Filho; Pioneiro fundador da UFC; Envio de cópia de carta a ser publicada em jornal, onde faz alusão ao livro “Bumba meu boi e outros temas” a ser publicado em 1985.
BR CEUFC AMF.CR.106	Envio de notícias do Brasil	13/05/1964	Fortaleza-CE, Brasil	2 folhas	Notícias da Universidade; Constituição de comissão para apuração de atividades subversivas e desvios de bens da união no âmbito da Universidade, a pedido do Ministério; Mês difícil.
BR CEUFC AMF.CR.107	Agradecimento por recebimento de livro	23/01/1962	Bologna, Itália	1 folha	Passagem da filha pelo Brasil; Recebimento de carta com o livro “Cantadores”; Sincero e profundo admirador do Brasil.

BR CEUFC AMF.CR.108	Recebimento de livros e contribuição com Universidades	31/10/1983	Crato-CE, Brasil	1 folha	Recebimento de cinco livros; Contribuição de Antônio Martins Filho, com a UFC, UECE, UNIFOR; História da UFC é uma nova epopeia com AMF sendo o seu herói.
BR CEUFC AMF.CR.109	Consulta relacionada à tese de doutorado	21/09/1992	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Escrita de tese intitulada: “Dívida Externa Brasileira”; Dúvida sobre a inflação brasileira desde a época de D. João VI”.
BR CEUFC AMF.CR.110	Atestado para tese de Doutorado	08/04/1992	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Envio de cópia da tese intitulada: “Formação Profissional Metódica e Completa”; Conselho Federal de Educação; Pedido de atestado ao atual reitor da UFC;
BR CEUFC AMF.CR.111	Opinião sobre tese	12/01/1945	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Envio de opinião sobre a tese de Antônio Martins Filho intitulada “Disciplina Jurídica do Comércio Aéreo”; Assunto da tese de AMF, na tese jurídica de concurso de ensino superior; Trabalho de AMF, valioso.
BR CEUFC AMF.CR.112	Cinco lições aprendidas com Antônio Martins Filho	29/12/2000	Guarujá-SP, Brasil	7 folhas	Primeira lição aprendida com Antônio Martins Filho: sonhar é fácil; Segunda lição aprendida com AMF: otimismo; Terceira lição aprendida com AMF: o pronunciamento no recebimento do diploma e medalha da educação “Darcy Ribeiro”;

BR CEUFC AMF.CR.113	Distinção honorífica e efeméride e felicitação pelo livro “O outro lado da história”	17/10/1983	Fortaleza-CE, Brasil	2 folhas	Em 1965 servia a educação do Estado Maior do Exército; Concessão a Antônio Martins Filho, do maior reconhecimento do Exército: a medalha do pacificador; Calorosos parabéns pelo livro “O outro lado da história”.
BR CEUFC AMF.CR.114	Complemento de telefonema	06/09/1984	Köln, Alemanha	1 folha	Carta de complemento à telefonema de Antônio Martins Filho em Paris; Possível visita de AMF, às indústrias; Recepção de AMF, em Colônia, por Feldmann; Primeiros dias de AMF e família em “Sejour”.
BR CEUFC AMF.CR.115	Trabalhos como advogado	25/10/1949	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	O nome Raul Gama já foi retificado na secretaria do colégio Cearense; Necessidade de apostila atrás do diploma assinada pelo diretor do colégio Cearense; Reconhecimento de firma do diploma em um cartório de Fortaleza e depois, no Rio de Janeiro.
BR CEUFC AMF.CR.116	Reconhecimento de faculdade	13/03/1979	Barbalha-CE, Brasil	2 folhas	Formação da primeira turma da Faculdade Maria Magalhães Pinto; Faculdade Maria Magalhães Pinto já reconhecida; Agradecimento a Antônio Martins Filho por todo o trabalho realizado para a Faculdade Maria Magalhães Pinto.
BR CEUFC AMF.CR.117	Pedido de orientação jurídica	16/10/1956	Teresina-PI, Brasil	1 folha	Pedido de orientação a Antônio Martins Filho; Morte de amigo por

					descarga elétrica, casado e pai de numerosa família; Apólice do amigo que faleceu, caducou.
BR CEUFC AMF.CR.118	Informação e agradecimento por recebimento de livros	16/11/1940	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Recebimento de cem exemplares do livro de sua autoria, “A Padaria Espiritual”; Esses cem exemplares do livro “A Padaria Espiritual”, não couberam na primeira edição; Agradecimento
BR CEUFC AMF.CR.119	Agradecimento por impressão de livro	08/02/1974	Juazeiro-CE, Brasil	1 folha	Recebimento de dinheiro de parentes, para publicação de livros; Possibilidade de o papel encarecer de uma hora para outra; Agradecimento pelo interesse de impressão do trabalho.
BR CEUFC AMF.CR.120	Pedido de livro “Memórias”	17/05/1991	Missão Velha-CE, Brasil	1 folha	Solicitação de um livro “Memórias”; Antônio Martins Filho como um bom Caririense; Vida de AMF merecedora a ser seguida.
BR CEUFC AMF.CR.121	Pedido de desculpas	28/01/1979	São Paulo- SP, Brasil	1 folha	Pedido de desculpas por não ter podido se despedir; Prazer em conhecer Antônio Martins Filho; Admirador da personalidade e obra de AMF há mais de vinte anos.
BR CEUFC AMF.CR.122	Informações sobre leitura de livros	Jul. 1994	Barbalha-CE, Brasil	3 folhas	Ansiedade pela leitura do livro “Maioridade”, quando acabou de ler o livro “Menoridade”; Compra dos livros e oferecimento a três netos; Á espera do Tomo II e do livro “Maturidade”.
BR CEUFC	Informações sobre envio de livro	Sem data	Sem local	1 folha	Envio do livro “O Sótão-Baú de

AMF.CR.123					Memórias”; Livro “O Sótão-Baú de Memórias, concorrente no gênero romance à Bienal de Literatura em São Paulo. No aguardo da apreciação de Antônio Martins Filho;
BR CEUFC AMF.CR.124	Distinção honorífica e efeméride	05/09/1976	Campinas-SP, Brasil	1 folha	Homenagem a Antônio Martins Filho, por um estado com vinte milhões de habitantes; Homens como AMF, são reconhecidos entre a multidão dos ilustres da Terra; Não poderá estar presente na festa de AMF.
BR CEUFC AMF.CR.125	Agradecimento por amizade	22/06/1978	Campinas-SP, Brasil	1 folha	Informa não sentir falta do CF; Sentimento de falta da companhia e amizade de Antônio Martins Filho; Privilégio de convivência com um espírito tão culto como o de AMF; Recomendação à Dona Maria.
BR CEUFC AMF.CR.126	Agradecimento por atenção durante viagem	28/04/1961	Manaus-AM, Brasil	1 folha	Agradecimento por atenção durante estadia na Terra querida (Ceará); Aguarda pela passagem da família de Antônio Martins Filho, por Manaus; Avisar com antecedência quando for a Manaus.
BR CEUFC AMF.CR.127	Desculpas por falta de despedida	13/03/1956	Salvador-BA, Brasil [?]	1 folha	Desculpas do colega dorminhoco por não se despedir; Informa recebimento de telegrama do Rio de Janeiro; Encantamento de Regina por Dona Maria, maranhense de

					Fortaleza; Envio de recorte de jornal, publicado após a saída do casal.
BR CEUFC AMF.CR.128	Apresentação de Mayda Abreu Lima	06/06/1958	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	3 folhas	Apresentação de poetiza e declamadora de versos; Artista irá em missão cultural ao Norte e Nordeste; A artista irá recitar versos brasileiros notáveis e de cearenses da gema.
BR CEUFC AMF.CR.129	Discurso	02/05/1991	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	2 folhas	Envio de discurso sobre Clóvis Monteiro, da Academia; Tudo certo para o artigo do jornal; O serviço datilográfico ficou ruim e por isso, não enviou o diskete do computador;
BR CEUFC AMF.CR.130	Leitura do livro “O outro lado da história”	21/06/1983	Fortaleza-CE, Brasil	2 folhas	Leitura devagar do livro “O outro lado da história”; Escrita em capítulos curtos do livro “O outro lado da história”; As nossas discordâncias jamais serraram as portas do bom entendimento.
BR CEUFC AMF.CR.131	Revisão de texto	21/08/1996	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Está feita a revisão; Basta retirar o hífen; Erros gráficos e de digitação, só três, já assinalados.
BR CEUFC AMF.CR.132	Remessa de tese	21/09/1955	Manaus-AM, Brasil	1 folha	Envio de tese para a cadeira de Direito Internacional Público; Concurso da cadeira de Direito Internacional Público se realizará no dia 25 de outubro; Vários examinadores escolhidos.

BR CEUFC AMF.CR.133	Restabelecimento de correspondência	18/05/1955	Bahia-CE, Brasil	1 folha	Tem muito tempo que não escreve; Esteve muito doente no ano passado tendo que se afastar em viagem para repouso; Examinou um concurso em Recife onde citou várias vezes Antônio Martins Filho.
BR CEUFC AMF.CR.134	Recebimento de livro	26/06/1943	Porto Alegre- RS, Brasil	1 folha	Recebimento do livro “Noções de Economia Política; Parabéns pela obra “Noções de Economia Política, apresentada a mestres e alunos; Está lecionando na Faculdade de Direito de Porto Alegre e está citando Antônio Martins Filho.
BR CEUFC AMF.CR.135	Agradecimento à atenção e gentileza	10/12/1941	São Luis- MA, Brasil	1 folha	Agradecimento à Maria e à Antônio Martins Filho pela atenção à Zazinha; Zazinha voltou encantada com Fortaleza; Zazinha voltou curada a Teresina. Desejos de feliz Natal e ano novo.
BR CEUFC AMF.CR.136	Pedido de desculpas	26/02/1958	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Impontualidade na entrega da casa do bairro Benfica; Previsões falhas; Pedido de tolerância e paciência, aumentando 30 dias no prazo.
BR CEUFC AMF.CR.137	Leitura de livro	14/08/1985	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Leitura do livro “O outro lado da história” como se lê um romance; Narrativa que conta doze anos de trabalho contínuo; Desenvolvimento da nova entidade-UFC; Livro “O outro lado da história” fabuloso como documento

					e atestado.
BR CEUFC AMF.CR.138	Agradecimento por telegrama	04/06/1958	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Recebimento de telegrama com felicitações pelo dia 29 de maio; Pedido a Deus pela felicidade dos amigos e ex-alunos que brilham hoje como Antônio Martins Filho; AMF no plano mais elevado, prestando serviço à Pátria.
BR CEUFC AMF.CR.139	Envio de revista	23/04/1999	São Paulo- SP, Brasil	1 folha	Envio de revistas do Projeto Dinda: além da educação 1998; Desenvolvimento com a terceira idade e os meninos carentes.
BR CEUFC AMF.CR.140	Envio de documento	25/07/1956	Rio de Janeiro-Rj, Brasil	1 folha	Impressões do ministro da educação; Pode fotografar as impressões do ministro da educação.
BR CEUFC AMF.CR.141	Distinção honorífica e efeméride	13/09/1982	Brasília-DF, Brasil	1 folha	Decisão de aposentadoria; Desejo de prestar uma homenagem a Antônio Martins Filho; Reconhecimento da Escola Superior de Relações Públicas de Pernambuco, resolvido em dois meses por AMF.
BR CEUFC AMF.CR.142	Congresso	06/10/1984	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Setecentésima realização cultural do CEPE; Seminário sobre “Violência Urbana” para comemorar a Setecentésima realização cultural do CEPE; Pedido de respostas às perguntas anexas à carta.
BR CEUFC AMF.CR.143	Lançamento de livro	09/09/1974	Juazeiro do Norte-CE,	1 folha	Ausência de Antônio Martins Filho

			Brasil		no mês de julho, em Fortaleza; Lançamento de livro em dezembro por ocasião das Homenagens da Universidade Federal do Ceará nos 70 anos de AMF; Solicita verificar se o trabalho está em andamento.
BR CEUFC AMF.CR.144	Adiamento de concurso	15/11/1956	Teresina-PI, Brasil	1 folha	Cumprimentos pessoais; A forçada ausência de Antônio Martins Filho, causou o adiamento do concurso; Pedido que AMF não falte novamente no próximo ano.
BR CEUFC AMF.CR.145	Reeleição de amigo	01/08/1992	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Terapia de repouso mental n hospital; Foi deixado um recado por telefonema através de Dona Maria; Apresentação de um projeto original e pessoal de trabalho para reeleição de amigo;
BR CEUFC AMF.CR.146	Agradecimento por livros “Memórias”	24/07/1998	Salvador-BA, Brasil	1 folha	Informar recebimento dos livros “Memórias Menor Edad” e “Memórias Maturidade; Agradecimento pela gentileza e dedicatória.
BR CEUFC AMF.CR.147	Agradecimento por manifestação de solidariedade	21/03/1966	Recife-PE, Brasil	1 folha	Recebimento de telegrama com pêsames sobre o falecimento do pai; Estava na capital quando ocorreu o falecimento do pai.
BR CEUFC AMF.CR.148	Visita à Portugal	06/05/1964	Lisboa, Portugal	1 folha	Informação de que Antônio Martins Filho visitará Portugal; Movimento Esperantista envia votos de

					felicidades a AMF; Provável aprovação de AMF para a criação do “Esperanto Centro de Cultura”, no Brasil.
BR CEUFC AMF.CR.149	Desculpas por não poder encontrar Antônio Martins Filho	20/08/1957	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Por motivo imperioso e de última hora, não é possível passar no Hotel; Contratempo que priva de ver Antônio Martins Filho; Voltará a ligar amanhã para AMF.
BR CEUFC AMF.CR.150	Agradecimento por envio de livros “O Reitor Martins Filho”	17/02/1975	Teresópolis-RJ, Brasil	1 folha	Informação de recebimento do livro “O Reitor Martins Filho”; Grandeza, cultura e amor de Antônio Martins Filho, pelo ensino pátrio; Aguarda a visita de AMF.
BR CEUFC AMF.CR.151	Distinção honorífica e efeméride	15/04/1980	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Transferência das celebrações póstumas do poder legislativo municipal; “Diploma Sesquicentenário de Alencar”, como parte da programação; Antônio Martins Filho será um dos agraciados na programação “Diploma Sesquicentenário de Alencar”.
BR CEUFC AMF.CR.152	Livro Menoridade como texto base do curso de tradução em Alemão.	25/09/1991	Fortaleza-CE, Brasil	3 folhas	Intercâmbio entre a UFC e a Universidade de Colônia; Leitura do livro “Memórias: Menoridade Tomo I; Proposta do livro “Memórias: Menoridade Tomo I”, para o curso de tradução na Universidade de Colônia.

BR CEUFC AMF.CR.153	Pedido de desculpas por falta de agradecimento formal	01/11/1997	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Inclusão do livro Auta de Souza no Programa Editorial Casa de José de Alencar; Reconhecimento de a publicação do livro Auta de Souza como Maravilhosa oportunidade oferecida.
BR CEUFC AMF.CR.154	Reconhecimento de solidariedade por morte de amigo	1957[?]	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Prova de solidariedade; Perda do esposo Jorge Moreira da Rocha; Envio de coroa de flores em nome da Universidade do Ceará;
BR CEUFC AMF.CR.155	Agradecimento por recebimento do livro “Memórias: Maioridade, Tomo I”	28/09/1993	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	O livro “Memórias: Maioridade, Tomo I”, é a melhor expressão literária; Contribuição do livro “Memórias: Maioridade, Tomo I”, para a formação intelectual; Expressão cultural do povo cearense.
BR CEUFC AMF.CR.156	Agradecimento por recebimento de livro “Memórias: Menoridade, Tomo I”	06/05/1991	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Leitura e anotações sobre o livro “Memórias: Menoridade, Tomo I”; Serviço prestado à Cultura cearense; Dificuldades que Antônio Martins Filho enfrentou quando criança e adolescente.
BR CEUFC AMF.CR.157	Apreciação de leitura do livro Memórias: Maioridade, Tomo II	30/01/1995	Barbalha-CE, Brasil	3 folhas	Livro Memórias: Maioridade, Tomo II, possui o seguinte: autobiografia funcional, memórias, história da UFC, história da educação no Nordeste e no Brasil e história política do Brasil.

BR CEUFC AMF.CR.158	Informação de regresso definitivo ao Brasil	Sem data	Washington, Estados Unidos da América	1 folha	Ocupava o cargo de Subsecretário para Assuntos de Cooperação Técnica da Organização dos Estados Americanos; Missão cumprida; Retorno ao Brasil.
BR CEUFC AMF.CR.159	Nomes para o novo dicionário biográfico Who's Who In Brazil	23/04/1968	São Paulo-SP, Brasil	1 folha	Nome de Antônio Martins Filho indicado para o novo dicionário biográfico Who's Who In Brazil; Pedido de devolução de questionário preenchido; Figuras destacadas da vida brasileira.
BR CEUFC AMF.CR.160	Envio de recorte de jornal sobre plano revolucionário de ensino universitário no Ceará	10/12/1961	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Recorte de jornal sobre plano revolucionário de ensino universitário no Ceará; Oportunidade de tornar público o conceito de Darcy Ribeiro; Conversa com Darcy Ribeiro em Brasília.
BR CEUFC AMF.CR.161	Desconfiança de desvio de correspondência	24/03/1966	Curitiba-PR, Brasil	1 folha	Recebimento de telegrama; Informação de que não recebeu a carta ainda; Desconfiança de desvio de correspondência na Reitoria.
BR CEUFC AMF.CR.162	Oração de Nossa Senhora de Guadalupe com pedidos	02/02/1965	Rio de Janeiro-RJ, Ceará	1 folha	Fé comum; Envio de oração oficial de Nossa Senhora de Guadalupe; Pedido de empréstimo do livro de Antônio Bezerra.
BR CEUFC AMF.CR.163	Informação de integração ao Instituto Brasil-Estados Unidos no Ceará	14/06/1985	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Sugestão de participação mais efetiva de Antônio Martins Filho no IBEU-CE; Informação sobre o

					pagamento de anuidade do ano de 1985.
BR CEUFC AMF.CR.164	Agradecimento por atendimento à solicitação de substituição temporária	Sem data	Juiz de Fora-MG, Brasil	1 folha	Reconhecimento por Antônio Martins Filho ficar temporariamente como Relator de reconhecimento da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais “Vianna Júnior”; Homenagem a AMF.
BR CEUFC AMF.CR.165	Informação de oferta de livro	01/04/1975	Sem local	1 folha	Oferta a Antônio Martins Filho de um livro de Ataliba Nogueira; Livro de Ataliba Nogueira sobre Antônio Conselheiro.
BR CEUFC AMF.CR.166	Recebimento de tributo de amizade de colegas da Câmara de Ensino Superior – 1º grupo	Sem data	Sem local	1 folha	Término de mandato de Antônio Martins Filho no Conselho de Educação; AMF é reconhecido por: prestação de serviços ao Brasil, fundador e administrador de Universidades e orientador das instituições de ensino superior em plano nacional.
BR CEUFC AMF.CR.167	Comunicar recebimento de novo livro	26/03/1992	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Recebimento do livro “Memória histórica – personalidade do povo”; Impressão boa após leitura do livro “Memória histórica – personalidade do povo”.
BR CEUFC AMF.CR.168	Pedido de entrega de livros	13/05/1979	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Pedido de entrega de dez exemplares do livro “A Padaria Espiritual”, a um amigo.
BR CEUFC AMF.CR.169	Informação de rota de viagem	05/08/1960	Rio de Janeiro	1 folha	Apresentação no aeroporto para travessia do Atlântico; O avião irá

					direto para Dakar; O avião seguirá de Dakar para Paris e pernoitará em Frankfurt; Domingo assistirá em Munique, o Congresso Eucarístico Internacional.
BR CEUFC AMF.CR.170	Intimidade baseada em convívio dos velhos e bons tempos	09/01/1956	Ouro Preto-MG, Brasil	1 folha, falta folha, informação incompleta	Desejo de um ano próspero e feliz; Desejo de ficar à vontade e espontâneo.
BR CEUFC AMF.CR.171	Informação sobre curso e agradecimento por ajuda de custo	06/08/1962	São Paulo-SP, Brasil	1 folha	Tempo reduzido do curso de Auxílios Áudio Visuais; Ajuda de custo do curso de Auxílios Áudio Visuais ficou mantida.
BR CEUFC AMF.CR.172	Informação de que irá votar em Antônio Martins Filho	15/03/2001	Barbalha-CE, Brasil	1 folha	Votação em Antônio Martins Filho para “O Cearense do Século”; Feitura de crônica alusiva a Antônio Martins Filho para “O Cearense do Século”; Muitos votos em Padre Cícero e Patativa do Assaré para “O Cearense do Século”.
BR CEUFC AMF.CR.173	Agradecimento por recebimento de livro de Marchet Callou	24/09/1998	Barbalha-CE, Brasil	1 folha	Lançamento de livro de Marchet Callou no Seminário São José, por ocasião da solene comemoração dos 83 anos de fundação da Diocese do Crato.
BR CEUFC AMF.CR.174	Recebimento de convite de lançamento do livro “Maturidade”	12/12/1997	Barbalha-CE, Brasil	1 folha	Convite de lançamento de livro; Não poderá comparecer ao lançamento do livro “Maturidade”, devido à cirurgia de catarata; Felicitações natalinas e de ano novo.

BR CEUFC AMF.CR.175	Inventário de lotes de terrenos	12/08/1955	São Luis- MA, Brasil	1 folha	Pagamento de impostos e custas; Espera da ordem do juiz para transferência das ações e dos lotes do terreno.
BR CEUFC AMF.CR.176	Instalação do departamento de relações públicas da Cooperativa Agrícola Mista Cearense	11/03/1966	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Instalação do Departamento de Relações Públicas com o objetivo de promover a aproximação da Cooperativa e os clientes; Abertura de conta de depósito da Cooperativa, para Antônio Martins Filho.
BR CEUFC AMF.CR.177	Envio de duas teses para o IV Congresso Nacional de Filosofia no Ceará	31/10/1962	Aracaju-SE, Brasil	1 folha	IV Congresso Nacional de Filosofia no Ceará, de 05 a 11 de novembro; Homenagem ao centenário de Farias Brito; Impedimento de viajar devido a apurações eleitorais.
BR CEUFC AMF.CR.178	Informação de candidatura à cadeira 29 da Academia Cearense de Letras	17/08/1992	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Cadeira 29 da Academia Cearense de Letras, era ocupada por Itamar Espíndola; Desejo de convívio com Antônio Martins Filho na Academia Cearense de Letras.
BR CEUFC AMF.CR.179	Enciclopédia “Brasil e Brasileiros de Hoje”	15/03/1960	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Recolhimento de biografia de brasileiros para a obra “Brasil e Brasileiros de Hoje”; Informe da falta da biografia de Antônio Martins Filho; Os questionários originais da biografia, serão depositados no Museu Histórico Nacional.

BR CEUFC AMF.CR.180	Envio de folha de jornal com a nomeação de amigo	31/10/1959	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Informação de que amigo já está garantido caso aconteça uma revolução; Comprovantes de despesas de viagens, faltantes; Prestação de contas de viagem, ao Ministério.
BR CEUFC AMF.CR.181	Custas, prestação de contas de trabalho como advogado	11/03/1952	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Recebimento de carta com o resumo da última prestação de contas; Advogado com probidade profissional; Agradecimento pelos serviços prestados.
BR CEUFC AMF.CR.182	Notícias sobre a vida fora do Brasil	20/01/1981	Essex, Inglaterra	1 folha	Votos de um ano de muita paz e saúde; De volta aos trabalhos e experimentos; Frio com nevascas; Novo degrau da vida.
BR CEUFC AMF.CR.183	Resposta de carta	14/10/1980	Essex, Inglaterra	1 folha	Preocupação de Antônio Martins Filho com o curso; Projeto de Pós-Graduação em Imuno- genética; Facilidades da Universidade.
BR CEUFC AMF.CR.184	Pedido de envio de um exemplar do livro “Memórias-Menoridade”	20/06//1991	Brasília-DF, Brasil	1 folha	Pedido da Casa do Ceará em Brasília; Pedido de um exemplar do livro “Memórias-Menoridade”; Biblioteca especializada em autores cearenses.
BR CEUFC AMF.CR.185	Pedido de envio de um exemplar do livro “Cantigas do coração”	28/04/1995	Brasília-DF, Brasil	1 folha	Pedido da Casa do Ceará em Brasília; Pedido de um exemplar do livro “Cantigas do coração” para a biblioteca; Biblioteca denominada “Padaria Espiritual”.

BR CEUFC AMF.CR.186	Mediação de encontro entre Antônio Martins Filho e poeta	14/11/1961	Rio de Janeiro, RJ, Brasil [?]	1 folha	Recado dado ao poeta; Compromisso inadiável do poeta; Tentativa de adiamento do imprevisto.
BR CEUFC AMF.CR.187	Reconhecimento do bem recebido	14/07/1977		1 folha	Recebimento de cartão da bela Paris; Destino invejável; Sentimento de falta de Antônio Martins Filho no Conselho Federal de Educação.
BR CEUFC AMF.CR.188	Informação de recebimento de biografia	12/07/1968	São Paulo-SP, Brasil	1 folha	Informação de recebimento de biografia corrigida; Recebimento de cheque referente a um exemplar do Who's who in Brazil.
BR CEUFC AMF.CR.189	Agradecimento por convite	03/1999	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Sessão comemorativa; 112º aniversário de fundação do Instituto do Ceará; Impossibilidade de comparecimento; Compromissos anteriormente assumidos.
BR CEUFC AMF.CR.190	Plano de curso sobre Plancton	04/05/1962	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Plano de curso sobre Plancton em São Paulo; Professora indicada devidamente habilitada para o curso sobre Plancton.
BR CEUFC AMF.CR.191	Reconhecimento de recebimento de livros	15/09/1998	Barbalha-CE, Brasil	2 folhas	Recebimento de 400 exemplares do livro, sem despesa; Ficou com 100 livros para os amigos; 94 vezes muito obrigado.
BR CEUFC AMF.CR.192	Apresentação de sobrinha que deseja fazer um pedido a Antônio Martins Filho	14/03/1957	Crato-CE, Brasil	1 folha	Desejos de saúde, felicidades, paz e muito bem estar; Apresentação da sobrinha - professora; Pedido como se fosse de José Bezerra de Brito.

BR CEUFC AMF.CR.193	Reconhecimento de vitória conquistada principalmente através do apoio de Antônio Martins Filho	25/11/1967	Crato-CE, Brasil	1 folha	Eleição; A cidade Crato reconhecida como capital da cultura; Posse em janeiro ou fevereiro; Dados sobre o patrono Samuel Uchoa.
BR CEUFC AMF.CR.194	Agradecimento por recebimento de precioso presente	23/05/1991	Fortaleza-CE, Brasil	1 folha	Livro “Memórias-Menoridade dedicado; Leitor voraz e compulsivo; Amigo e admirador.
BR CEUFC AMF.CR.195	Informações de viagem	07/11/1983	Onzain, Loire, França	1 folha	Visitação aos Castelos de Loire no fim de semana; Informação de que talvez chegue ao Rio de Janeiro entre os dias 15 e 20.
BR CEUFC AMF.CR.196	Recebimento e leitura do livro “Memórias-Menoridade”	18/04/1991	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Leitura agradabilíssima do livro “Memória-Menoridade”; A figura do menino e do jovem; Desejos do segundo volume do livro “Memória-Menoridade”.
BR CEUFC AMF.CR.197	Edição	06/08/1993	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Morte de Edigar de Alencar; Papeis e recortes de jornais recebidos; Ideia de publicação do artigo “Reflexões sobre Augusto dos Anjos”;
BR CEUFC AMF.CR.198	Felicitações pelo título “Personalidade do Povo 91”	16/12/1991	Bonn, Alemanha	1 folha	Parabéns pelo título recebido com medalha “Personalidade do povo 91”; Recebimento do recorte enviado; Envio de abraço amigo pela homenagem.
BR CEUFC AMF.CR.199	Recebimento do livro “Memórias-Menoridade”	15/06/1992	Bonn, Alemanha	1 folha	Alegria em receber o livro Memórias-Menoridade; Lerá com interesse o livro recebido; Obra que desperta interesse em saber os trabalhos na Universidade Federal

					do Ceará.
BR CEUFC AMF.CR.200	Agradecimento pelo telegrama recebido no aniversário	18/04/1965	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	1 folha	Cumprimentos à Dona Maria; Gratidão pela lembrança do telegrama recebido; Lembranças da Universidade e dos amigos que nela possui.

Fonte: Elaborado pela Autora

8 CONCLUSÕES

Primeiramente, é necessário falar aqui que, a questão das cartas de arquivo pessoal, é um encanto, é algo espetacular. Essa dissertação apresentou dois mapas conceituais e um repertório que possam servir de fonte de pesquisa para estudos de quem necessitar. A documentação representada nesses instrumentos, são duzentas (200) cartas pessoais recebidas, do fundo Antônio Martins Filho, referentes ao período de 1935 a 2001 e se encontra salvaguardada no Memorial da Universidade Federal do Ceará.

Sabemos que na Arquivologia, o ideal é se iniciar o tratamento documental de um arquivo permanente, a partir da feitura do quadro de arranjo dos documentos. Ou seja, do geral para o particular. Por um número de contratemplos, esse processo ainda não foi realizado no acervo de Antônio Martins Filho, para a definição das tipologias documentais. Mesmo sem ter o quadro de arranjo criado ainda, essa pesquisa se propôs em ser realizada não do conjunto documental mas sim, de uma série, as cartas pessoais recebidas, trabalhando documento a documento ou seja, se trabalhou do particular para o geral, o item documental.

Pode-se dizer que, a inovação de ideias na pesquisa dentro da área arquivística ou seja, a criação de algo novo, é encontrado neste trabalho. Talvez seja a primeira vez que, é feito um mapa conceitual na arquivologia, referente à terminologia das cartas pessoais recebidas de arquivo pessoal, abrindo novas visões. Essa visão de se trabalhar a terminologia arquivística, relacionando os termos, ainda não é muito estudada na Arquivologia e a literatura ainda é escassa. Foi desafiador, construtivo e prazeroso.

Apesar de, no espaço da Arquivologia, a organização da informação arquivística seja destaque não o item documental mas sim, o contexto que o produziu, a finalidade desse estudo foi fazer com que uma parte da documentação do arquivo pessoal de Antônio Martins Filho, fosse posta à disposição através de instrumentos que o representem. Por isso, a ideia de se trabalhar o mapa conceitual com os termos representativos das cartas e mais o repertório com a representação indexical, principalmente de palavras chaves.

Não podemos deixar de comunicar que, a feitura do repertório arquivístico, está de mãos dadas com a memória institucional da Universidade Federal do Ceará, de Antônio Martins Filho e de estudos brasileiros sobre o ensino superior no país. Isso pode ser verificado na indexação arquivística realizada nesse instrumento de pesquisa.

Como se entende que a Ciência da Informação está sempre em busca de um conhecimento novo, essa pesquisa com documentos arquivísticos, está de acordo com a área,

não somente pela relação de representação da informação mas também, pela questão social que, as cartas representam para a sociedade tanto acadêmica quanto a geral. Mesmo que essas cartas possuam a característica de serem pessoais, algumas delas podem nesse momento, deixar de serem tais para se tornarem de outras pessoas. Ou seja, a informação de algumas cartas, não é somente de Antônio Martins Filho mas sim, de quem desejar, analisando antes, as questões de leis de uso da imagem. Isso é possível a partir do momento em que, divulgamos através dos instrumentos de pesquisas que aqui foram criados para representação (mapas conceituais e repertório).

Os grandes assuntos encontrados nas cartas recebidas por Antônio Martins Filho, foram vinte e cinco (25), em duzentas (200) cartas, no período de 1935 a 2001, tendo assim, um período de sessenta e seis (66) anos trabalhados. A representação da informação desses documentos, foi estruturada em conceitos encontrados através de estudos terminológicos da arquivologia e também, de busca de palavras chaves. Neste sentido, a pesquisa teve como objetivo principal, fazer instrumentos de buscas para dar acesso à informação, fazendo com que se obtenha um impacto tanto institucional quanto social.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 5 jul. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 12676**: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação: procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DE SÃO PAULO. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. 3. ed. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

AGUIAR, J. G. de; CORREIA, P. R. M. Como fazer bons mapas conceituais? Estabelecendo parâmetros de referências e propondo atividades de treinamento. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 141–157, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4265>. Acesso em: 6 jun. 2020.

ALBUQUERQUE, A. C. Em foco a classificação: abordagens conceituais na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 20, n. 43, p. 20-46, maio/ago. 2015. DOI 10.5007/1518-2924.2015v20n43p20. Acesso em: 2 abr. 2020.

ANDRADE, R. S.; SILVA, R. R.G. da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 14-29, dez. 2008.

ARAÚJO, C. A. A. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações teóricas e institucionais. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 110-130, maio 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p110>. Acesso em: 6 jun. 2020. DOI 10.5007/1518-2924.2011v16n31p110.

ARAÚJO, C. A. A. Correntes teóricas da Arquivologia. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 61-82, maio/ago. 2013. DOI 10.5007/1518-2924.2013v18n37p61. Acesso em: 2 abr. 2020.

ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília, DF: Briquet de Lemos; São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO), 2014.

ARAÚJO, C. A. A. O pensamento funcionalista na arquivologia, na biblioteconomia e na museologia. **Ponto de acesso**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 2-29, ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/6995/9835>. Acesso em: 6 jun. 2020.

BABBIE, E.R. **The practice of social research**. Belmont: Calif., 1986.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2002.

BASTOS, A.; ARAÚJO, R. A legislação e a política de arquivos no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1/v. 4, n. 2, p. 19-33, 1989. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.4,%20n.2,%20jul,%20dez,%201989v.5,n.1,jan,1990.pdf> . Acesso em: 5 jul. 2020.

BASTOS, C.; KELLER, V. **Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BELLOTTO, H. L. Arquivos Pessoais em Face da Teoria Arquivística Tradicional: Debate com Terry Cook. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 201-207, 1998.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo / Arquivo do Estado, 2002 (Projeto Como Fazer, 8). Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf. Acesso em: 2 abr. 2020.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

BELLOTTO, H. L. **Diplomática e tipologia em arquivos documentais**. 2. ed. rev. amp. Brasília: Briquet de Lemos, 2008

BELLOTTO, H. L. Reconsiderando os arquivos pessoais. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 101-109, 2014. DOI 10.9771/1981-6766rpa.v8i1.10754. Acesso em: 2 abr. 2020.

BENTES PINTO, V. Indexação documentária: uma forma de representação do conhecimento registrado. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2001.

BENTES PINTO, V.; MEUNIER, Jenan-Guy; SILVA NETO, C. A contribuição peirciana para a representação indexal de imagens visuais. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 13, n. 25, p. 15-35, 2008. Disponível em : <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n25p15>. Acesso em: 6 jun. 2020. DOI 10.5007/1518-2924.2008v13n25p15. Acesso em: 2 abr. 2020.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, Washington, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Resolução nº 27, de 16 de junho de 2008. Dispõe sobre o dever do Poder Público, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de criar e manter Arquivos Públicos [...]. **Diário Oficial [da] República Federativa do**

Brasil, Brasília, DF, 18 jun. 2008. Disponível em:
<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=5&data=18/06/2008>. Acesso em: 5 de jul. 2020.

BRASIL [Constituição (1988)]. **Constituição Federal**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978. Dispõe sobre os serviços postais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 jun. 1978. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6538.htm. Acesso em: 5 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 5 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informação [...], e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.

BUCKLAND, Michael. What is a document? **Journal of American Society for Information Science**, Carolina do Norte, v. 48, n. 9, p. 804-809, set. 1997.

CAMARGO, A. M. de A.; GOULART, S. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007.

CAMPOS, J. F. G. (org.). **Arquivos privados**: abordagens plurais. São Paulo: ARQ-SP, 2016.

CARVALHO, P. F. de; CIANCONI, R. de B. A gestão de informações arquivísticas sob a vigência da lei de acesso à informação em ambiente universitário. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: PPGCI, UFPB, 2015. p. [1-19]. Disponível em:
<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2789/131>. Acesso em: 10 jun. 2020

COLLOQUE INTERNATIONAL SUR L'HARMONISATION DES PROGRAMMES D'ENSEIGNEMENT ET DE FORMATION EN SCIENCES DE L'INFORMATION, BIBLIOTHECONOMIE ET ARCHIVISTIQUE, 1984, Paris. **Declaration liminaire**. Paris: Unesco, 1984. 12 p.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR(CPF)**: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Tradução Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

CROSLAND, D. M. Georgia Tech and the NSF study grant for training personnel for scientific and technical libraries. **Special Library**, Alexandria, EUA, p. 590-594, dec. 1962.

DEKKER, R. Jacques Presser's Heritage : Egodocuments in the study of history. **Memoria y civilización**, Pamplona, v. 5, p. 13-37, 2002.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 2, p. 1-16, 1986. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/49818>. Acesso em: 6 jun. 2020.

FAVIANO, G. Gêneros textuais e identificação de tipos de cartas no arquivo de Camargo Guarnieri. In: CAMPOS, J. F. G. (org.). **Arquivos pessoais: experiências e perspectivas**. São Paulo: ARQ-SP, 2019. p. 190-202.

FERNANDES, J. C.; BENTES PINTO, V.; AZEVEDO NETTO, C. X. de. Representação indexal na web: estudo do sintagma "História da Paraíba" nos sites Alta Vista e Google. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 181-212, jul./dez. 2005.

FERREZ, H. D.; ARAÚJO, J. G.; RONDINELLI, R. C. O desafio da indexação nos arquivos permanentes textuais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 191-192, 1987.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, M. O. K. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FONTES, L. A. S.; SAETA, T. A. Cartas de arquivo: um projeto de mediação cultural nos 180 anos do Arquivo Nacional. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 108, 16 ago. 2019.

FRANCO, C. Por uma lei de arquivos para o Brasil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 7 jul. 1985.

GARCIA, J. C. R. Conferências do georgia institute of technology e a ciência da informação: "de volta para o futuro". **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 1-16, 2002.

GAUDÊNCIO, S. M. **Representação da informação de cibercordéis em blogs: uma análise sob a luz da semântica discursiva**. 2014. 232 f. Dissertação (Mestrado em ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (ed.). **Política de Indexação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 259 p. ISBN 9788579831997 (ebook). Disponível em: <http://www.repositoriobib.ufc.br/00046/0004672.pdf>. Acesso em: 6 jun.

2020.

GIL LEIVA, I.; RODRÍGUEZ MUÑOZ, J. V. Los orígenes del almacenamiento y recuperación de información. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, Málaga, n. 42, p. 51-66, 1996. Disponível em: <http://webs.um.es/isgil/>. Acesso em: 3 jun. 2020.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística General: teoría y práctica**. 5. ed. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1995.

HJORLAND, B. Theoretical development of information science: A brief history. **Journal of Information Science**, Reino Unido, jan. 2014.

KOBASHI, N. Y. Análise documentária e representação da informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 5-27, jul./dez. 1996.

KOBASHI, N. Y.; FERNANDES, J. C. Pragmática linguística e organização da informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 10., 2009, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: PPGCI/UFPB, 2009.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Tradução Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

LIMA, J. L. O.; ÁLVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. *In: ÁLVARES, L. (org.). Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações*. São Paulo: B4, 2012. cap. 1, p. 21-48.

LINDEN, L. L.; BARROS, T. H. B.; BRÄSCHER, M. Normas de descrição arquivística: uma análise comparativa no âmbito do conteúdo e contexto. **IRIS - Revista de Informação, Memória e Tecnologia**, Recife, v. 3, p. 45-55, 2014. Número especial. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93413>. Acesso em: 4 abr. 2020.

LOPES, L. C. **A nova Arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

LOPES, L. C. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996.

LOURENÇO, C. de A. Representação da Informação: sua abordagem nos cursos de Biblioteconomia e nas pesquisas em ciência da informação. *In: ENCONTRO DE REPRESENTAÇÃO DOCUMENTAL*, 1., 2017, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2017.

MARQUES, A. A. da C. Arquivologia e Ciência da Informação: submissão ou interlocução. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v.11, n. 4, 2017. p. 14-22. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2017.v11n4.04.p14>. Acesso em: 5 jul. 2020.

MASSON, S. M. A Arquivística sob o prisma de uma Ciência da Informação: uma proposta de Silva & Ribeiro. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 85-103, jan./jun. 2006. Disponível em: www.arquivistica.net. Acesso em: 5 jul. 2020.

MEDEIROS, G. M. de. **Indexação em documentos arquivísticos**: em busca de aprofundamento teórico-metodológico. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2019.

MEMORIAL DA UFC. **Sobre o memorial**. Fortaleza: Memorial da UFC, 2020. Disponível em: <http://www.memorial.ufc.br/sobre-o-memorial>. Acesso em: 8 abr. 2020.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORAES, H. A. R.; ZAFALON, Z. R.; BARROSO, T. B. Descrição arquivística, records in contexts (ric) e access to memory (atom): análise exploratória da literatura científica. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 17, n. 1, 2019. Disponível em: DOI 10.20396/rdbci.v17i0.8652807. Acesso em: 11 jun. 2020.

MORAIS, M. G. M.; GUERRA, L.C.B. Lei de acesso à informação: uma análise dos portais e sítios eletrônicos oficiais das prefeituras. **Empírica Br - Revista Brasileira de Gestão e Negócios**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 85-104, 2015.

MOSTACERO, R. Persona y subjetividad em um ego-documento: El caso Roland Barthes. **Língua americana**, Venezuela, v. 10, n. 19, p. 130-142, 2006.

NAGEL, R. (editor). **Dicionário de Termos Arquivísticos**: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira. 2. ed. Bonn: Deutsch Stiftung für interred Entwicklung; Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1991.

NEDEL, L. B. **Da sala de jantar à sala de consultas**: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da História política recente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

NEVES, D. A. de B. Representação temática da informação e mapas cognitivos: interações possíveis. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, p. 39-47, 2012. Número Especial.

NOVAK, J. Y; GOWIN, B. **Aprendiendo a aprender**. Barcelona: Ediciones Martínez Roca, 1988.

NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Inf.**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996.

OLIVEIRA, I. C. B. de. **Arquivos pessoais, arquivos de memória e o processo de indexação**. Rio de Janeiro: CPDOC-PPHPBC; Fundação Getulio Vargas, 2009.

OLIVEIRA, L. M. V. de. Os usuários da informação arquivística. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 53-74, jul./dez. 2006.

OLIVEIRA, L. M. V. de. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais.** Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, L. M. V. de. A propósito da carta de Mário. *In:* FREITAS, L. S.; FONSECA, V. M. M.; LIMA, M. H. T. de F. (org.). **Ética e políticas da informação: agentes, regimes e mediações.** Niterói: Ed. UFF, 2016. p. 79-98. (Estudos da Informação, 4.)

OLIVEIRA, L. M. V.; SILVA, J. A.; SOBRAL, C.C. Repensando as cartas em arquivos pessoais. *In:* SEMINARIO HISPANO-BRASILEÑO DE INVESTIGACIÓN EM INFORMACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y SOCIEDAD. 7., 2018, Madri. **Anais [...].** Madri: Universidad Complutense de Madrid; Universidad de Brasília, 2018. Disponível em: <http://seminariohispano-brasileiro.org.es/ocs/index.php/viishb/viishbucm/paper/view/381/16>. Acesso em: 2 jun. 2020.

OLIVEIRA, L. M. V. de; SOBRAL, C. C. de. Cartas em arquivos pessoais: um desafio no arranjo e na descrição. *In:* CAMPOS, J. F. G. (org.). **Arquivos pessoais: experiências e perspectivas.** São Paulo: ARQ-SP, 2019. p. 174-189.

PERROT, M. Introduction. *In:* ARIÈS, P.; DUBY G. **Histoire de la vie privée. De la Révolution à la Grande Guerre.** Paris: Seuil, 1985. p. 7-15.

PÉTILLAT, C.; PRAX, H. Les Archives Contemporaines ou 1 arriveé du flux auquotidian. *In:* LA PRATIQUE archivistique française. Paris: Archives Nationales, 1993. p. 231-312.

PIEIDADE, M. A. Requião. **Introdução à teoria da classificação.** Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

PINHEIRO, L. V. R. **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades.** João Pessoa: UFPB, 2002.

PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: DOI 10.18225/ci.inf.v24i1.609. Acesso em: 24 jul. 2020.

PINTO, L. P. A recepção da informação: apresentação ou representação?. **DataGramZero**, [s. l.], v. 11, n. 5, 2010.

QUEIROZ, D. G. de C.; MOURA, A. M. M. Ciência da informação: história, conceitos e características. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 25-42, ago/dez. 2015.

RIBEIRO, F. **Indexação e controlo de autoridade em arquivos.** Câmara Municipal do Porto. Departamento de arquivos. 1996.

RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação.** Brasília: Thesaurus, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, G.; NAVARRO, M. T. **Análise da lei de acesso a informação nos sítios das**

secretarias da fazenda dos estados brasileiros e do Distrito Federal. 2016. Trabalho apresentado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 17., 2016, Salvador.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos públicos e privados:** arranjo e descrição. Tradução Manoel A. Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1980.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SILVA, A. M. et al. **Arquivística:** teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999. (Biblioteca das Ciências do Homem, Plural, 2).

SILVA, A. M. da. Arquivística, Biblioteconomia e Museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação. *In: INTEGRAR*, 1, 2002. São Paulo. **Anais [...].** São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2002. p. 573-607.

SILVA, A. M. B. M. **Documento e informação:** as questões ontológica e epistemológica. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio e Departamento de História, 2006. p. 327-355.

SILVA, E. P. da. A noção de informação arquivística. *In: RODRIGUES, G.; COSTA, M.* (Orgs). **Arquivologia:** configurações da pesquisa no Brasil – epistemologia, formação, preservação, uso e acesso. Brasília: Ed. da UnB, 2012. p. 37-68.

SILVA, M. D. R.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas v. 16, n. 2, p. 133-161, 2004. Disponível em: DOI 10.1590/S0103-37862004000200003. Acesso em: 2 jun. 2020.

TAMBLE, N. **L'archivio moderno.** Dottrina e pratica, Roma: Majorcaeditore, 1982.

THIOLLENT, M. **Pesquisa ação nas organizações.** São Paulo: Atlas, 1997.

TOGNOLI, N. B. A representação na arquivística contemporânea. **RICI: R. Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 5, n. 2, p. 79-92, jul./dez. 2012.

TRANCOSO, M. C. D.; SILVA, M. C. S. de M. Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro. **Arquivo & Administração**, n. 2, v. 12, p. 52-75, 2013.

TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (org.). **Arquivos pessoais:** reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **A universidade – início.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2020. Disponível em: <http://www.ufc.br/a-universidade>. Acesso em: 1 maio 2020.

UNISIST. Princípios de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.83-94, mar. 1981.

VASCONCELLOS, E. Intimidade das confidências. **Teresa**, [s. l.], n. 8-9, p. 372-389, 18 dez. 2008.

VASCONCELLOS, E. As cartas que mando pra você são suas. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, jul./dez. 2012.

VENTURA, R. **A atuação dos arquivos públicos estaduais do Brasil nas atividades de representação da informação para atendimento da Lei de Acesso à informação**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186801>. Acesso em: 6 jun. 2020.

VITAL, L. P.; MEDEIROS, G. M. de; BRASCHER, M. Classificação e descrição arquivística como atividades de organização e representação da informação e do conhecimento. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v. 11, n. 4, p. 40-46, dez. 2017.

VOGEL, M. J. M. A influência da Jean-Claude Gardin e a linha francesa na evolução do conceito de linguagem documentária. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.14, p.80-92, 2009. Número especial.

ZINS, C. Redefinindo a ciência da informação: da ciência da informação para a ciência do conhecimento. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.21, n.3, p. 155-167, set./dez. 2011.